



**DIÁRIO**

**República Federativa do Brasil**

**DO CONGRESSO NACIONAL**

**SEÇÃO II**

**ANO XLVII — Nº 101**

**SEXTA-FEIRA, 3 DE JULHO DE 1992**

**BRASÍLIA — DF**

## **CONGRESSO NACIONAL**

### **ATO CONVOCATÓRIO**

**Convocação extraordinária do  
Congresso Nacional  
ADITAMENTO**

O Presidente da Câmara dos Deputados e o Presidente do Senado Federal, no uso da competência que lhes é outorgada pelo inciso II do § 6º e § 7º do art. 57 da Constituição da República Federativa do Brasil, resolvem ADITAR à pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional para o período de 1º a 31 de julho de 1992, o seguinte:

1 — Projeto de Lei nº 1.718, de 1992, que “Define a utilização dos Títulos da Dívida Agrária prevista na Constituição Federal”;

2 — Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 1992 (PL nº 2.095/92), que “Dispõe sobre os vencimentos dos Docentes de Primeiro e Segundo Graus pertencentes ao Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987”;

3 — Proposições relativas à matéria orçamentária (art. 166 da Constituição Federal); e

4 — Funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito Mistas e de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 2 de julho de 1992. — Deputado **Ibsen Pinheiro**, Presidente da Câmara dos Deputados — Senador **Mauro Benevides**, Presidente do Senado Federal.

## EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral ..... Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

## SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Mauro Benevides, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

## RESOLUÇÃO

Nº 38, DE 1992

**Autoriza a República Federativa do Brasil a ultimar contratação de operação de crédito externo, no valor de até Y 4.407.000.000,00 (quatro bilhões de ienes), junto às empresas Marubeni Corporation e Marubeni Benelux S/A.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a contratar operação de crédito externo, no valor de Y 4.407.000.000,00 (quatro bilhões e quatrocentos e sete milhões de ienes), dividida em duas parcelas, sendo um de Y 661.050.000,00 (seiscentos e sessenta e um milhões e cinquenta mil ienes) e a outra de Y 3.745.950.000,00 (três bilhões, setecentos e quarenta e cinco milhões e novecentos e cinquenta mil ienes), junto às empresas Marubeni Corporation e Marubeni Benelux S/A., estabelecidas a primeira no Japão e a segunda na Bélgica.

Parágrafo único. A operação de crédito externo, definida no caput deste artigo, destina-se ao financiamento parcial da aquisição de equipamentos para a implantação do Centro de Previsão do Tempo e Estados Climáticos — CPTEC, a cargo do Instituto de Pesquisas Espaciais — INPE, órgão vinculado à Secretaria Especial de Ciências e Tecnologia da Presidência da República.

Art. 2º As condições financeiras básicas da operação de crédito são as seguintes:

I — prazo:

- a) operação com a Marubeni Benelux S/A.: oito anos;
- b) operação com a Marubeni Corporation: dez anos;

II — carência:

- a) seis meses, contados dos desembolsos respectivos;
- b) seis meses, contados de cada embarque dos equipamentos;

III — taxa de juros:

- a) "Prime Rate de Longo Prazo de Yen Japonês — LTPR" mais 0,6% ao ano, fixada na data de assinatura do contrato, exigível semestralmente;
- b) "Prime Rate de Longo Prazo do Yen Japonês — LTPR" menos 0,2% ao ano, fixada na data de assinatura do contrato, exigível semestralmente;

IV — juros de mora: a) e b) 1% ao ano, acima da taxa operacional;

## V — amortização:

a) em dezesseis parcelas semestrais, iguais e consecutivas, vencendo a primeira seis meses após a data do desembolso final;

b) em vinte parcelas semestrais, iguais e consecutivas, vencendo a primeira seis meses após cada embarque.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de doze meses, a contar de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de julho de 1992. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Mauro Benevides, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO**  
**Nº 39, DE 1992**

**Dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O exame e a apreciação pela Comissão de Educação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, obedecerá às seguintes formalidades e critérios.

## I — quanto aos de renovação:

- a) exposição de motivos do Ministro dos Transportes e das Comunicações;
- b) requerimento da concessionária ou permissionária solicitando a renovação, do qual deverá constar a declaração de que não infringe as vedações do § 5º do art. 220 da Constituição Federal;
- c) comprovação de que a emissora está em dia com suas obrigações sociais e contribuições sindicais, nos termos da legislação em vigor;
- d) certidão de quitação de tributos;
- e) relação de todos os empregados da emissora, com as respectivas funções;
- f) laudo de vistoria técnica do Dentel;
- g) informação do Dentel sobre a existência ou não de processo de apuração, em andamento, de qualquer infração cometida pela emissora durante o último período de vigência de sua concessão ou permissão; em caso positivo, a documentação integral do processo relativo à infração, bem como de denúncias apresentadas em relação à emissora;
- h) parecer da Diretoria Regional do Dentel e da Secretaria Nacional de Comunicações sobre o requerimento;
- i) documentos atualizados revelando a composição acionária da emissora e eventuais alterações havidas em seu contrato social durante o período de vigência da outorga, nos quais se esclareça se os requerentes foram cedentes ou concessionários de cotas, ações ou outros meios de transferência do controle direto ou indireto da sociedade;
- j) informação, pela emissora, da programação semanal que venha sendo executada, discriminando os horários, dedicados ao jornalismo, de geração própria e de retransmissão;
- l) manifestações de apoio ou contestação à renovação da concessão apresentadas em qualquer instância durante o processo;
- m) declaração firmada pelos diretores e administradores das emissoras, de que não participam de direção de outra concessionária ou permissionária do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, instalada no mesmo município ou em município contíguo.

## II — quanto aos de concessão:

- a) exposição de motivos do Ministro dos Transportes e das Comunicações, da qual constem as razões que o levaram a autorizar a abertura de licitação;
- b) requerimento das entidades que pleitearam a concessão ou permissão, do qual deverá constar declaração de que não infringem as vedações do § 5º do art. 220 da Constituição Federal;
- c) cópia do edital que abriu a concorrência;

d) cópia de todos os documentos apresentados pelos concorrentes em cumprimento aos itens do edital, especialmente:

- 1) atos constitutivos e alterações subsequentes das sociedades;
- 2) quadro societário atualizado, do qual constem o número, valor e o tipo de ações de cada sócio;
- 3) certidão de quitação de tributos por parte de cada acionista ou cotista;
- 4) documentos relativos a cada acionista ou cotista;
- 5) demonstração de recursos técnicos e financeiros;
- 6) proposta de programação a ser desenvolvida, detalhando o período dedicado a jornalismo e a debates de temas locais e regionais;
- 7) eventuais alterações no contrato social;
- 8) cópia do contrato para execução dos serviços de radiodifusão;
- e) estudos técnicos apresentados pelas entidades e sua avaliação pelas diversas instâncias da Secretaria Nacional de Comunicações;
- f) levantamento da capacidade econômica da cidade pretendente;
- g) estudos de viabilidade econômica da implantação de emissoras de radiodifusão sonora e de sons e imagens não previstas no Plano Básico de Distribuição de Canais correspondente;
- h) pareceres e estudos desenvolvidos pela Secretaria Nacional de Comunicações em relação às propostas apresentadas;
- i) informação de eventuais exigências ou esclarecimentos adicionais solicitados a cada pretendente;
- j) informação oficial do Ministério dos Transportes e das Comunicações sobre a participação das empresas pretendentes ou de qualquer de seus sócios em qualquer outra emissora de rádio ou televisão no País e, em caso afirmativo, indicação do local da concessão ou permissão, potência da emissora e vínculos com a programação de qualquer rede de rádio ou televisão;
- l) informação sobre a existência de previsão de novos canais para a localidade;
- m) informação sobre a composição acionária e vínculos de programação de outras emissoras que operem na cidade ou região abrangidas pelo edital;
- n) recursos ou documentos de apoio ou contestações a qualquer das sociedades pretendentes;
- o) em caso de igualdade entre os pretendentes quanto aos requisitos legais, técnicos e financeiros, a informação das razões que levaram à escolha da vencedora;
- p) infrações registradas no Dentel quanto a outras emissoras de propriedade da sociedade ou de acionistas de entidade pretendente;
- q) termo de compromisso firmado pelos pretendentes, no qual se assegure o cumprimento, em particular, na programação, do disposto nos arts. 5º, incisos IV e XIV, 220 e 221 da Constituição Federal;
- r) documentos que deram origem à abertura da licitação;
- s) declaração firmada pelos diretores e administradores das emissoras de que não participam de direção de outra concessionária ou permissionária do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, instalada no mesmo município ou em município contíguo.

Parágrafo único. Constarão ainda, do processo, os documentos resultantes das análises e consultas feitas pela Comissão;

Art. 2º A Comissão de Educação levará em conta, como fator positivo, para uma conclusão favorável à outorga ou renovação, o fato de existir, nos autos, comprovação:

- I — de maior tempo dedicado à produção cultural, educacional, artística e informativa;
- II — de maior nível de compromisso com a promoção da cultura nacional, regional ou local;
- III — de maior nível de compromisso com os valores éticos e sociais da pessoa e da família;
- IV — de oferecimento de maiores facilidades de participação da população como sujeito do processo comunicativo.

Art. 3º A Comissão de Educação, por deliberação da maioria de seus membros, poderá realizar, no período de até quinze dias do recebimento do processo, audiência pública, a ser anunciada pela imprensa oficial.

§ 1º A Comissão, por deliberação da maioria de seus membros, relacionará as autoridades e lideranças do município, sede da emissora interessada, que deverão ser convidadas a participar da audiência pública.

§ 2º Do Anúncio, pela imprensa oficial, deverá constar que a Comissão considerará correspondências das autoridades e lideranças mencionadas no parágrafo anterior, que tratem dos requisitos constantes do art. 2º

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 1º de julho de 1992. — Senador **Mauro Benevides**, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Mauro Benevides, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO**  
**Nº 40, DE 1992**

**Autoriza a União a celebrar contratos bilaterais de reescalonamento da dívida externa polonesa junto aos credores da República Federativa do Brasil.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a União autorizada, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, a celebrar contratos bilaterais para a reestruturação da dívida externa polonesa, de acordo com os parâmetros fixados em cinco Acordos Multilaterais "Agreed Minutes" de reescalonamento, assinados no âmbito do Clube de Paris e datadas de 15 de julho de 1985 (Fase I); 19 de novembro de 1985 (Fase II); 16 de dezembro de 1987 (Fase III); 16 de fevereiro de 1990 (Fase IV) e 21 de abril de 1991 (Fase V).

Art. 2º As condições financeiras previstas nas Atas e nos Acordos são as seguintes:

I — **Agreed Minute** de 15 de julho de 1985 (Fase I):

— dívida afetada: vencendo de 1º de janeiro de 1982 a 31 de dezembro de 1984 (valores originais), incluindo juros de mora;

— data e taxa de consolidação: 31 de dezembro de 1984/11, 95% ao ano, de cada vencimento original até a data de consolidação;

— valor de face: US\$ 1,635,955,386.17 (um bilhão, seiscentos e trinta e cinco milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e oitenta e seis dólares e dezessete centavos);

— valor consolidado em 31 de dezembro de 1984: US\$ 1,955,729,853.61 (um bilhão, novecentos e cinquenta e cinco milhões, setecentos e vinte e nove mil, oitocentos e cinquenta e três dólares e sessenta e um centavos).

Condições de Reescalonamento:

— taxa: Libor semestral mais 0,5% de **spread**;

— pagamento do principal: doze prestações semestrais iguais e sucessivas de 1º janeiro de 1990 a 1º de julho de 1995 (10,5 anos com 5 de carência).

Os juros, vencendo em 1985, são pagáveis da seguinte forma:

— 50% em 31 de dezembro de 1985;

— 50% (restantes) em quatro parcelas anuais iguais e sucessivas de 31 de dezembro de 1986 a 31 de dezembro de 1989, sendo cobrados juros sobre este saldo à Libor semestral mais 0,5% de **spread**.

A partir de 1986, juros pagáveis a cada 1º de janeiro e 1º de julho, até 1º de julho de 1995.

II — **Agreed Minute** de 19 de novembro de 1985 (Fase II):

— dívida afetada: vencendo de 1º de janeiro de 1985 a 31 de dezembro de 1985 (valores originais), sem juros de mora;

— data e taxa de consolidação: 30 de abril de 1986/9% ao ano, de cada vencimento original até a data de consolidação;

— valor de face = valor consolidado: US\$ 107,247,931.54 (cento e sete milhões, duzentos e quarenta e sete mil, novecentos e trinta e um dólares e cinquenta e quatro centavos).

Condições de Reescalonamento:

— taxa: Libor semestral mais 0,5% de "spread";

— pagamento do principal: dez prestações semestrais iguais e sucessivas de 1º de janeiro de 1991 a 1º de julho de 1995 (9,5 anos com 5,5 de carência);

— juros: semestrais, até 1º de julho de 1995, a cada 1º de janeiro e 1º de julho.

III — **"Agreed Minute"** de 16 de dezembro de 1987 (Fase III):

É dividida em duas janelas, cada uma com tratamento distinto, descritas a seguir:

a) primeira janela:

— dívida afetada: vencendo de 1º de janeiro de 1986 a 31 de dezembro de 1987, compreendendo valores originais e os resultantes dos reescalonamentos anteriores (inclusive o **first interest** da segunda **agreed minute**). Inclui juros de mora;

- data e taxa de consolidação: 31 de dezembro de 1987/7,65% ao ano;
- valor de face: US\$ 514.107,409.21 (quinhentos e quatorze milhões, cento e sete mil, quatrocentos e nove dólares e vinte e um centavos);
- valor consolidado em 31 de dezembro de 1987: US\$ 558,246,303.81 (quinhentos e cinquenta e oito milhões, duzentos e quarenta e seis mil, trezentos e três dólares e oitenta e um centavos).

b) segunda janela:

- dívida afetada: vencendo de 1º de janeiro de 1988 a 31 de dezembro de 1988, compreendendo valores originais e os resultantes dos reescalamentos anteriores, sem juros de mora;
- data e taxa de consolidação: 30 de julho de 1989/9,45%;
- valor de face = valor consolidado: US\$ 226,228,852.13 (duzentos e vinte e seis milhões, duzentos e vinte e oito mil, oitocentos e cinquenta e dois dólares e treze centavos);
- total do valor consolidado da terceira **agreed minute**: US\$ 784,475,155.94 (setecentos e oitenta e quatro milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, cento e cinquenta e cinco dólares e noventa e quatro centavos).

Condições de Reescalamento:

- Taxa: Libor semestral mais 0,5% de **spread**.
- pagamento do principal: em dez prestações semestrais iguais e sucessivas, de 30 de junho de 1993 a 31 de dezembro de 1997 (10 anos com 5,5 de carência);
- juros: semestrais, a cada 30 de junho e 31 de dezembro, até 31 de dezembro de 1997.

IV — “Agreed Minute” de 16 de fevereiro de 1990 (Fase IV):

- Também é dividida em duas janelas, cada uma com tratamento distinto, descritas a seguir:

a) primeira janela:

- dívida afetada: vencendo de 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1989, compreendendo valores originais e os resultantes dos reescalamentos anteriores (inclusive o **first interest** da terceira **agreed minute**). Inclui juros de mora;
- data e taxa de consolidação: 31 de dezembro de 1989/10,77% ao ano;
- valor de face: US\$ 379,761,105.15 (trezentos e setenta e nove milhões, setecentos e sessenta e um mil, cento e cinco dólares e quinze centavos);
- valor consolidado em 31 de dezembro de 1987: US\$ 401,955,568.62 (quatrocentos e um milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e oito dólares e sessenta e dois centavos).

Condições de Reescalamento da Janela:

- taxa: Libor semestral mais 1,5% de **spread**;
- pagamento do principal: doze prestações semestrais iguais e sucessivas, de 31 de dezembro de 1997 a 30 de junho de 2003 (13,5 anos com 8 de carência);
- dívida afetada: vencendo de 1º de janeiro de 1990 a 31 de março de 1991 (valores originais e os resultantes de reescalamentos anteriores), sem juros de mora;
- valor de face = valor consolidado: US\$ 903,223,902.95 (novecentos e três milhões, duzentos e vinte e três mil, novecentos e dois dólares e noventa e cinco centavos).

Condições de Reescalamento da Janela:

- taxa: Libor semestral mais 1,5% de **spread**;
- pagamento do principal: doze prestações semestrais iguais e sucessivas, de 30 de junho de 1999 a 31 de dezembro de 2004 (13 anos e 9 meses com 8 anos e 3 meses de carência);
- juros: semestrais, de 30 de junho de 1991 a 31 de dezembro de 2004.

Os juros vencidos de 1º de janeiro de 1990 a 31 de março de 1991 terão condições especiais. Seu valor total é de US\$111,815,128.52 (cento e onze milhões, oitocentos e quinze mil, cento e vinte e oito dólares e cinquenta e dois centavos) a serem pagos da seguinte forma: 30% na data da assinatura do acordo bilateral; 70% em dez prestações anuais iguais e sucessivas, de 31 de dezembro de 1993 a 31 de dezembro de 2002, sendo cobrados juros sobre esse saldo à Libor mais 1,5%.

V — **Agreed Minute** de 21 de abril de 1991 (Face V):

- Dívida afetada: toda a dívida polonesa em 1º de abril de 1991, com os juros calculados do último vencimento até 31 de março de 1991. Exclui juros de mora. O total da dívida é de US\$ 3,765,415,284.62 (três bilhões, setecentos e sessenta e cinco milhões, quatrocentos e quinze mil, duzentos e oitenta e quatro dólares e sessenta e dois centavos);

— condições: esta **agreed minute** contempla três opções que têm o mesmo resultado prático: a) redução do principal; b) redução de juros; e c) capitalização de juros devidos sem incidência de juros simples ou compostos. O Brasil optou pela alternativa b — redução dos juros.

A forma de aplicação de redução da dívida prevê dois estágios comuns a todas as opções:

1º) redução imediata de dívida e reorganização (“**immediate debt reduction and reorganization**” a partir de 1º de abril de 1991): reduz o total da dívida em 30%, com 80% de redução dos juros nos três primeiros anos. Repagamento em dezoito anos com 4,5 anos de carência, em percentuais crescentes de amortização de 0,25% até 8,75;

2º) redução adicional de dívida e reorganização (“**additional debt reduction and reorganization**” a partir de 1º de abril de 1991): reduz a dívida em mais de 20%, totalizando assim 50% de redução. Os juros serão calculados com base em tabela redutora anexa à **agreed minute**. Repagamento em dezoito anos, com 4,5 de carência, em percentuais crescentes de 0,25% a 8,75%;

— taxa de juros: Libor semestral mais 0,6% de **spread** e juros de mora de 1% acima da taxa contratual.

Art. 3º Os desembolsos autorizados por esta Resolução não poderão ultrapassar os limites e condições estabelecidos pela Resolução nº 82, de 1990, do Senado Federal.

Art. 4º Em qualquer hipótese, cópias dos atos, contratos ou acordos firmados com base no disposto nesta Resolução serão enviados ao Senado Federal até quinze dias após sua respectiva assinatura, na forma original e devidamente traduzidas para a língua portuguesa.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de julho de 1992. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

## SUMÁRIO

### 1 — ATA DA 2ª SESSÃO, EM 2 DE JULHO DE 1992

#### 1.1 — ABERTURA

#### 1.2 — EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Mensagens do Senhor Presidente da República

— Nº 234 e 245/92 (nºs 252 a 254/92, na origem), de agradecimento de comunicações.

— Nº 247/92 (nº 257/92, na origem), restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado.

Submetendo à deliberação do Senado a escolha de nome indicado para função cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:

— Nº 246/92 (nº 255/92, na origem), referente a escolha do Sr. Félix Baptista de Faria, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica da Mauritânia.

##### 1.2.2 — Ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados

— Encaminhando Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 228/91 (nº 2.559/92, naquela Casa), que concede pensão especial a Francisco Paula Cândido e dá outras providências.

##### 1.2.3 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 98/92, de autoria da Senadora Marluce Pinto, que dispõe sobre o custeio de programas não convencionais de escolarização do ensino fundamental para crianças e adolescentes carentes, com recursos do salário-educação e dá outras providências.

##### 1.2.4 — Requerimentos

— Nº 479/92, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando ao Tribunal de Contas da União que realize inspeção no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES.

— Nº 480/92, de autoria do Senador Nelson Carneiro, solicitando a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 258/91, que fixa o valor dos títulos na composição do preço para aquisição de bens a serem alienados.

— Nº 481/92, de autoria do Senador Nelson Carneiro, solicitando a inclusão, em Ordem do Dia, do Projeto de Lei do Senado nº 112/91, que determina a instalação de equipamentos antipoluição em veículos automotores de uso urbano.

— Nº 482/92, de autoria do Senador Mário Covas, solicitando que o Projeto de Lei da Câmara nº 66/92 (nº 8/91, na Casa de origem), que dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos projetos organizados e das instalações portuárias e dá outras providências, seja despachado, também, à Comissão de Assuntos Econômicos.

— Nº 483/92, de autoria do Senador César Dias, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, do Editorial “General Agenor, honradez a qualquer prova”, de autoria do jornalista Antônio Pedreira, da Revista **O Poder**, edição 38/92.

— Nº 484/92, de autoria do Senador Humberto Lucena, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, do artigo sob o título “Para tranquilidade da Nação”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, de 1º de julho de 1992, o qual focaliza a atuação do Presidente do Senado Federal, Senador Mauro Benevides, na presente conjuntura política.

##### 1.2.5 — Comunicações

— Das Lideranças do PMDB e PSDB, de substituição de membros na CPI destinada a investigar os atos decorrentes de denúncias de irregularidades cometidas em fundos de pensões de estatais e na Petrobrás.

**1.2.6 — Discursos do Expediente**

**SENADOR MAURÍCIO CORRÊA**, como Líder — Rebatendo informações de que S. Exª seria contrário à inclusão, no ato convocatório, de vetos presidenciais.

**SENADOR ELCIO ALVARES** — Funcionamento das comissões parlamentares de inquérito e mistas, na convocação extraordinária do Congresso Nacional.

**SENADOR CHAGAS RODRIGUES**, como Líder — Manifestação de apoio ao aditamento do ato convocatório do Congresso Nacional.

**SENADOR JARBAS PASSARINHO** — Absolvição do General Newton Cruz.

**FALA DO PRESIDENTE** — Dedicção e aplicação do funcionalismo da Casa para o funcionamento da CPI do caso PC, a propósito de entrevista concedida pelo Senador Amir Lando ao *Jornal de Brasília*.

**SENADOR ALUIZIO BEZERRA** — Avaliação política da ECO-92.

**SENADOR NEY MARANHÃO** — Solidariedade dos pequenos e micro empresários ao Presidente Fernando Collor no atual momento de crise. Resultado de pesquisa de opinião pública sobre o pronunciamento do Presidente Collor feito na última terça-feira.

**1.2.7 — Comunicações da Presidência**

— Recebimento do Ofício nº 1.161/92, do Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando o nome dos Parlamentares daquela Casa que integrarão a Comissão Representativa do Congresso Nacional.

— Aprovação, pela Comissão Diretora, em reunião realizada no dia 29 último, dos Requerimentos de Informações nºs 441 e 445, de 1992.

**1.2.8 — Requerimentos**

— Nº 485/92, do Senador Almir Gabriel, solicitando a prorrogação por mais 60 dias, do prazo concedido à Comissão Temporária do Senado Federal, destinada a proceder amplo estudo do sistema previdenciário brasileiro. **Aprovado.**

— Nº 486/92, do Senador Coutinho Jorge, solicitando a prorrogação por mais 30 dias, do prazo concedido à Comissão Temporária do Senado Federal, destinada a estudar, analisar e acompanhar as atividades da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento-ECO/92. **Aprovado.**

— Nº 487/92, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 62/92 (nº 2.905/92, na Casa de origem), que dispõe sobre os vencimentos dos docentes de 1º e 2º graus pertencentes ao Plano único de Classificação e Retribuição de Cargos, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987.

**1.2.9 — Nota oficial**

Do Movimento pela Ética na Política, integrado por entidades da sociedade civil, referente a novas denúncias sobre o episódio Pedro Collor — PC Farias, que indicam agora o envolvimento do Senhor Presidente da República.

**1.2.10 — Apreciação de matéria**

Requerimento nº 487/92, lido na presente sessão. **Aprovado**, tendo usado da palavra o Sr. Jutahy Magalhães.

**1.2.11 — Discursos do Expediente**

**SENADOR GUILHERME PALMEIRA** — Reparos à conotação que vem sendo dada a referências feitas ao

Ministro Jorge Bornhausen pelo candidato à Presidência da República, Fernando Collor de Mello.

**SENADOR LOURIVAL BAPTISTA** — Homenagem de pesar pelo falecimento do empresário sergipano Albino Silva da Fonseca.

**SENADOR NELSON WEDEKIN** — Preservação do meio ambiente relacionada com a erradicação da miséria.

**SENADOR ODACIR SOARES** — Crise na caça-cultura brasileira.

**1.2.12 — Comunicação da Presidência**

— Convocação de sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 19 horas e 8 minutos, com Ordem do Dia que designa.

**1.3 — ENCERRAMENTO****2 — ATA DA 3ª SESSÃO, EM 2 DE JULHO DE 1992****2.2. — ABERTURA****2.2.1 — EXPEDIENTE****2.2.2 — Requerimentos**

— Nº 488/92, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 60/92 (nº 2.341/91, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a estrutura do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências.

— Nº 489/92, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 61/92 (nº 2.486/92, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera os arts. 30 e 58 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, e o art. 41 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social.

**2.2.3 — Discurso do Expediente**

**SENADOR FERNANDO HENRIQUE CARDO-SO**, como Líder — Clima de tranquilidade que deve direcionar os trabalhos da CPI do caso PC. Editorial publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, intitulado "O Drama da Pesquisa no Brasil".

**2.2.4 — Requerimento**

Nº 490/92, de autoria do Senador Marco Maciel e outros, solicitando transcrição, nos Anais do Senado, do editorial "Para Tranquilidade da Nação", publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* edição de 1º de julho de 1992.

**2.3 — ORDEM DO DIA**

Requerimento nº 475/92, de autoria do Senador Júlio Campos, solicitando, nos termos regimentais, tenham tramitação conjunta, os Projetos de Lei do Senado nºs 47 e 61/92, e o da Lei da Câmara nº 59/92, que versam sobre a mesma matéria. **Aprovado.**

Requerimento nº 482/92, de autoria do Senador Mário Covas, solicitando, nos termos regimentais, seja também ouvida a Comissão de Assuntos Econômicos sobre Projeto de Lei da Câmara nº 66/92 (nº 8/91, na Casa de origem), que dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias, e dá outras providências. **Aprovado.**

**2.3.1 — Matérias apreciadas após a Ordem do Dia**

— Requerimento nº 488/92, lido no Expediente da presente sessão. **Prejudicado**, em virtude da retirada de assina-



turas, tendo usado da palavra os Srs. Nelson Carneiro, Jutahy Magalhães e Ronan Tito.

— Requerimento nº 489/92, lido no Expediente da presente sessão. **Prejudicado**, em virtude da falta de **quorum**,

#### 2.4 — ENCERRAMENTO

#### 3 — RETIFICAÇÕES

Ata da 110ª Sessão, realizada em 9 de junho de 1992.

Ata da 116ª Sessão, realizada em 12 de junho de 1992.

#### 4 — MESA DIRETORA

#### 5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

#### 6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

#### SUMÁRIO DA ATA DA 100ª SESSÃO, REALIZADA EM 3 DE JUNHO DE 1992 RETIFICAÇÕES

Na publicação do Sumário, feita no DCN (Seção II), de 4-6-92, na página nº 4278, 2ª coluna, no item 1.3 — ORDEM DO DIA, no Projeto de Decreto Legislativo nº 32,

##### Onde se lê:

Projeto de Decreto Legislativo nº 32/91 (nº 50/91),...

##### Leia-se:

Projeto de Decreto Legislativo nº 32/92 (nº 50/91),...

Na página 4280, 1ª coluna, na Ordem do Dia, no Projeto de Lei da Câmara nº 107/91,

##### Onde se lê:

Projeto de Lei da Câmara nº 107/91 (nº 1.877/82, na...

##### Leia-se:

Projeto de Lei da Câmara nº 107/91 (nº 1.877/83, na...

#### SUMÁRIO DA ATA DA 106ª SESSÃO, REALIZADA EM 4 DE JUNHO DE 1992 RETIFICAÇÃO

Na publicação do Sumário, feita no DCN (Seção II), de 5 de junho de 1992, na página 4337, 1ª coluna, no item 6.3 — ORDEM DO DIA, imediatamente após o Requerimento nº 139/92, inclui-se por omissão o seguinte:

Requerimento nº 264, de 1992, do Senador Marco Maciel, solicitando, nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 121, de 1991, de sua autoria, que "determina a contagem como tempo de serviço no exterior, para todos os fins os períodos em que o diplomata cônjuge, também em serviço no exterior, para todos os fins, para acompanhar cônjuge no exterior, nos termos da Lei nº 5.887, de 31 de maio de 1973". **Aprovado.**

#### SUMÁRIO DA 110ª SESSÃO, REALIZADA EM 9 DE JUNHO DE 1992 RETIFICAÇÕES

Na publicação do Sumário, feita no DCN (Seção II), de 10-6-92, página 4490, 2ª coluna, no item 1.3 — ORDEM DO DIA, na ementa do Projeto de Decreto Legislativo nº 56/92,

##### Onde se lê:

...que aprova o texto da Conversão sobre Controle de Movimentos Transfronteiriços...

##### Leia-se:

...que aprova o texto da Convenção sobre Controle de Movimentos Transfronteiriços...

Na página 4491, 1ª coluna, no mesmo item, na ementa do Requerimento nº 267/92,

##### Onde se lê:

...devedores junto à Secretaria da Receita Social e Caixa Econômica Federal e dá outras providências.

##### Leia-se:

...devedores junto à Secretaria da Receita Federal, ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social e Caixa Econômica Federal e dá outras providências.

## Ata da 2ª Sessão, em 2 de julho de 1992

### 4ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 49ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Mauro Benevides, Alexandre Costa, Lucídio Portella,*

*Beni Veras, Epitácio Cafeteira e Esperidião Amin*

#### ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Albano Franco — Alexandre Costa — Aluizio Bezerra — Antonio Mariz — Carlos Patrocínio — César Dias — Chagas Rodrigues — Cid Saboia de Carvalho — Dirceu Carneiro — Divaldo Suruagy — Elcio Álvares — Enéas Faria — Esperidião Amin — Epitácio Cafeteira — Francisco Rollemberg — Garibaldi Alves Filho — Gerson Camata — Henrique Almeida — Humberto Lucena — Hydekel Freitas — Iram Saraiwa — Irapuan Costa Júnior — Jarbas Passarinho — João Calmon — João França — João Rocha — Jonas Pinheiro — José Eduardo — José Paulo Bisol — José Richa — José Sarney

dião Amin — Epitácio Cafeteira — Francisco Rollemberg — Garibaldi Alves Filho — Gerson Camata — Henrique Almeida — Humberto Lucena — Hydekel Freitas — Iram Saraiwa — Irapuan Costa Júnior — Jarbas Passarinho — João Calmon — João França — João Rocha — Jonas Pinheiro — José Eduardo — José Paulo Bisol — José Richa — José Sarney

— Júnia Marise — Jutahy Magalhães — Levy Dias — Louremberg Nunes Rocha — Lourival Baptista — Lucídio Portella — Magno Bacelar — Mansueto de Lavor — Marco Maciel — Mário Covas — Maurício Corrêa — Mauro Benevides — Meira Filho — Moisés Abrão — Nabor Júnior — Nelson Wedekin — Ney Maranhão — Odacir Soares — Pedro Simon — Rachid Saldanha Derzi — Ronaldo Aragão — Ruy Bacelar — Valmir Campelo — Wilson Martins.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — A lista de presença acusa o comparecimento de 55 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

## EXPEDIENTE

## MENSAGENS

### DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nºs 243 a 245, de 1992 (nºs 252 a 254/92, na origem), de 30 de junho último, de agradecimento de comunicações referentes à aprovação das matérias constantes das Mensagens SM nºs 100, 133 a 138, de 1992.

*Restituindo Autógrafos de Projeto de Lei sancionado:*

Nº 247, de 1992 (nº 257/92, na origem), de 30 de junho último, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 1992 (nº 2.950/92, na Casa de origem), que prorroga o termo final do prazo previsto no art. 3º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991 e dá outras providências, e que se transformou na Lei nº 8.438, de 30 de junho de 1992.

*Submetendo à deliberação do Senado a escolha de nome indicado para função cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:*

### MENSAGEM Nº 246, DE 1992

(Nº 255/92, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal, De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e de acordo com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 39, inciso I, alínea a, e no art. 40, do Anexo I ao Decreto nº 99.578, de 10 de outubro de 1990, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor FÉLIX BAPTISTA DE FARIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Senegal, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica da Mauritânia.

2. Os méritos do Embaixador FÉLIX BAPTISTA DE FARIA, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 30 de junho de 1992. — Fernando Collor de Mello.

## INFORMAÇÃO

### Curriculum-Vitae:

Embaixador FÉLIX BAPTISTA DE FARIA.

Rio de Janeiro/RJ, 13 de fevereiro de 1929.

Filho de Felix de Carvalho Faria e Ernestina Baptista de Faria.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, FND-UB.

Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, IRBr.

Professor de Prática Consular, Curso de Prática Diplomática e Consular, 1975.

Cônsul de Terceira Classe, 6 de maio de 1953.

Segundo Secretário, antiguidade, 30 de janeiro de 1961.

Primeiro Secretário, antiguidade, 22 de novembro de 1966.

Conselheiro, título, 28 de outubro de 1969.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 2 de junho de 1976.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 30 de junho de 1987.

Auxiliar do Secretário-Geral-Adjunto para Assuntos da Europa Oriental e Ásia, 1962.

Assistente do Chefe da Divisão da Ásia e Oceania, 1962.

Chefe, interino, da Divisão da Ásia e Oceania, 1963.

Auxiliar do Secretário-Geral-Adjunto para o Planejamento Político, 1964.

Assessor de Imprensa, 1964/66.

Chefe da Divisão de Documentação Diplomática, 1973/74.

Chefe da Divisão Consular e de Imigração, 1974.

Chefe, substituto, do Departamento Consular e Jurídico, 1975/76.

Estocolmo, Legação, Terceiro Secretário, 1955/58.

Estocolmo, Encarregado de Negócios, 1956.

Manágua, Segundo Secretário, 1958/62.

Manágua, Encarregado de Negócios, 1958/62.

Londres, Cônsul-Adjunto, 1967/71.

Londres, Encarregado, 1967, 1968 e 1970.

Praga, Conselheiro, 1971/72.

Praga, Encarregado de Negócios, 1971/72.

Moscou, Ministro-Conselheiro, 1977/80.

Lisboa, Cônsul-Geral, 1980/84.

Amã, Embaixador, 1984/90.

Dacar, Embaixador, 1991/92.

Comissão para a Nova Tabela de Milhas, 1964 (membro).

Comissões de Inquérito nº 2/1954 e 3/1954 (secretário).

Comissão de Inquérito nº 10/1964 (presidente).

A disposição da Missão da China, visita ao Brasil, 1964.

Comitiva do Ministro de Estado das Relações Exteriores em visita à Argentina, 1965.

Conferência dos Chanceleres das Partes Contratantes do Tratado de Montevideu (ALALC), Montevideu, 1965 (membro).

XX Sessão da Assembléia-Geral da ONU, Nova Iorque, 1965 (membro).

Membro da Ordem dos Advogados do Brasil.

Ordem do Mérito Naval, Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito Militar, Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito Aeronáutico, Oficial, Brasil.

Medalha do Mérito Tamandaré, Brasil.

Medalha Lauro Müller, Brasil.

Ordem de Vasa, Cavaleiro, Suécia.

Ordem Del Sol, Oficial, Peru.

Ordem de Cristo, Oficial, Portugal.

Ordem de Mayo, Oficial, Argentina.

Ordem de Miguel Larreinaga, Comendador, Nicarágua.

Ordem do Infante D. Henrique, Comendador, Portugal.

Ordem do Mérito por Serviços Distinguidos, Comendador. Peru.

O Embaixador FELIX BAPTISTA DE FARIA se encontra nesta data no exercício de suas funções de Embaixador do Brasil junto à República do Senegal.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em 30 de junho de 1992. — Gilda Maria Ramos Guimarães, Chefe do Departamento do Serviço Exterior.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

## OFÍCIO

Do 1º Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado Federal autógrafos da seguinte matéria:

### SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 228/91,

Que “concede pensão especial a Francisco Paula Cândido e dá outras providências”.

Substitua-se o projeto pelo seguinte:

**Concede pensão especial a Francisco Paula Cândido e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida a Francisco Paula Cândido uma pensão especial, mensal, no valor de Cr\$2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil cruzeiros), na data de 30 junho de 1992.

§ 1º Essa pensão não se estenderá a descendentes ou eventuais herdeiros do beneficiado.

§ 2º A revisão do valor dessa pensão far-se-á na mesma data e nos mesmos percentuais em que for alterada a remuneração dos servidores públicos civis e militares da União.

Art. 2º A despesa decorrente desta lei correrá à conta de encargos previdenciários da união — recursos sob supervisão do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário:

(À Comissão de Assuntos Sociais.)

**O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa)** — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 98, DE 1992

Dispõe sobre o custeio de programas não convencionais de escolarização do ensino fundamental para crianças e adolescentes carentes, com recursos do salário-educação e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A cota federal do salário-educação de que trata o § 2º do art. 2º do Decreto-Lei nº 1.422, de 23 de outubro de 1975, terá vinte por cento do total destinado a programas não convencionais de escolarização, incluindo iniciação ao trabalho e profissionalização para crianças e adolescentes carentes que não tiveram ingresso no ensino fundamental ou que o abandonaram.

Art. 2º Na celebração de convênio para a concessão dos recursos de que trata o artigo anterior, o Ministério da Educação exigirá que:

a) a contrapartida de recursos financeiros, de responsabilidade do Estado, seja na base de um terço para cada dois terços da cota federal;

b) cada programa seja limitado até dez por cento da cota que o Estado recebe, de acordo com o art. 2º, alínea a, da Lei nº 1.422, de 23 de outubro de 1975;

c) o programa tenha como meta prioritária a erradicação do analfabetismo e a universalização do ensino fundamental aliadas à formação para o trabalho e à integração social dos educandos;

d) conste do programa compromisso da escola de apresentar ao Conselho de Educação local as atividades educacionais com a iniciação para o trabalho apropriadas à sua clientela, bem como o acompanhamento e a avaliação dos resultados obtidos em termos de matrícula, evasão, repetência, promoção, atividade pré-profissional, estágio em empresa e outras informações, se solicitadas.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

### Justificação

A preocupação com crianças e adolescentes carentes no Brasil vem sendo tema de pesquisas, pronunciamentos, simpósios e debates em busca de possíveis soluções.

No XXVI Congresso Brasileiro de Pediatria realizado em Belo Horizonte em outubro de 1989, o documento apresentado pelos pediatras brasileiros destacou que 45% da nossa população, ou seja, o equivalente a 65 milhões de pessoas, têm menos de 18 anos de idade e 60% destes, ou 39 milhões, são provenientes de famílias que vivem em situação de pobreza absoluta ou relativa.

É a esta enorme clientela menos privilegiada que dedicamos este projeto de lei, todavia conscientes de que esta proposição torna-se uma, apenas, das muitas necessárias diante do vasto universo de menores e, ainda, porque tudo que se tem feito nesta direção é, comprovadamente, insuficiente e, na maioria das vezes, ineficiente.

A seguir, tentaremos fazer um resumo do contexto do menor abandonado, a fim de mergulharmos nesta realidade, com subsídios em trabalhos realizados pelas pesquisadoras Cleide de Fátima Galiza de Oliveira, no seu livro intitulado “Se Essa Rua Fosse Minha: um estudo sobre a trajetória e vivência dos meninos de rua do Recife” — Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 1989, e Maria de Fátima Olivier Subback em “A trajetória da Criança Marginalizada rumo à Delinquência”, Porto Alegre, 1982.

Propositadamente procedemos à análise de duas pesquisas geograficamente distantes e de regiões economicamente distintas, a primeira no Nordeste, a segunda no Sul do País. Entretanto, constatamos que a problemática, em essência, é a mesma.

As crianças e adolescentes de famílias que vivem em extrema pobreza e que representam aproximadamente 30% do povo brasileiro, encontram-se privados de dignidade, sujeitas a maus-tratos, a doenças, à desnutrição, à carência afetiva, à desestruturação do elo familiar, à exclusão do convívio social, à estigmatização, à opressão, ao vício, à criminalidade, que os encaminha, irreversivelmente, à delinquência.

Por sua vez, os resultados obtidos na rede de “apoio” existente são lamentáveis — já que a recuperação só é possível em ambiente de compreensão, de calor humano, de afeto. Enquanto isso, os problemas de ordem psíquica, emocional, social e física continuam avolumando-se.

Estatísticas fornecidas pela Funabem diziam que 80% da clientela atendida é composta de abandonados, pobres,

excluídos da escola, da família e só 10% deles são realmente infratores. Por conseguinte, os homens de sensibilidade humana necessitam atingir logo o "menor" antes da infração ou alcançar rapidamente o pequeno infrator e envolvê-lo no processo psicopedagógico direcionando-os à sua auto-realização.

Entretanto, o que vislumbramos é o encaminhamento deste menor para uma escola inapropriada, que foi idealizada e feita para a classe média, e não para atender as necessidades da maioria de sua população, porque prega valores e modos de comportamentos que não são os solicitados. Resultado: o menor sente-se perdido diante da inutilidade das coisas que são ensinadas, da artificialidade das situações vividas na sala de aula. A professora corrige tudo que vem espontaneamente dele, como por exemplo: sua maneira de falar, de agir, de conduzir-se, e ensina coisas que ele não compreende. Assim as correções freqüentes, os insucessos e a ausência de estímulos vão-se acumulando e o aluno termina por desistir da escola. Conclusão: altas taxas de repetência e de evasão escolar.

A escola não quer ou não sabe aproveitar todos os conhecimentos e experiências que os alunos trazem com eles; logo, a escola que está aí não foi organizada para satisfazer as necessidades e interesses desta clientela.

É urgente e prioritário adotar medidas que propiciem a entrada e a permanência pelo maior tempo possível desses menores, uma vez que quem mais precisa da escola é o aluno carente.

Adaptar o ensino fundamental às necessidades de cada segmento social é importante, é inadiável, o que se traduzirá por um planejamento e execução com maior flexibilidade de horários escolares, de currículos, de objetivos, de conteúdos, da distribuição e duração das disciplinas, da seriação, do calendário escolar, do respeito às diferenças individuais e individualização do ensino, do ritmo próprio de aprendizagem, da escolha de professores que saibam ensinar mais e melhor e do uso de métodos e técnicas adequados à realidade sócio-cultural da clientela específica.

Uma escola voltada para o desenvolvimento de projetos educacionais para o trabalho com a iniciação de formação profissional, de forma a propiciar a alocação do educando no mercado de trabalho; isto significa o aprendizado de um ofício com vistas à sua subsistência e realização condigna. E a orientação para o trabalho com o objetivo de formação, de reeducação, como atividade pedagógica não contraria o dispositivo constitucional.

Ainda deverão estar presentes outras atividades pedagógicas como as artísticas, em oficinas de arte, teatro, etc. e as práticas esportivas e de lazer que, de fato, conduzam à valorização da saúde e do equilíbrio do corpo e da mente.

Tudo isto, visando à formação harmoniosa e integral do educando, mantendo-o ocupado e em crescimento digno e salutar. E esta concepção de programação flexível encontra apoio legal no art. 64 da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que diz:

"Art. 64. Os Conselhos de Educação poderão autorizar experiências pedagógicas com regimes diversos dos prescritos na presente lei, assegurando a validade dos estudos assim realizados."

Finalizamos nossa justificação com a consciência tranqüila de estarmos contribuindo para assegurar o que dispõe o art. 227 da Constituição Federal, o de defender os direitos das crianças e adolescentes; contudo, continuamos angustia-

dos, porque sabemos da complexidade e amplitude deste problema.

Em face do exposto, solicitamos o apoio dos nossos pares para o presente projeto que reputamos de elevado alcance social.

Sala das Sessões, 2 de julho de 1992. — Marluce Pinto.

## LEGISLAÇÃO CITADA

### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar a criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais e obedecendo os seguintes preceitos:

I — aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil;

II — criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

§ 2º A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

§ 3º O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos:

I — idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, observado o disposto no art. 7º, XXXIII;

II — garantia de direitos previdenciários e trabalhistas;

III — garantia de acesso do trabalhador adolescente à escola;

IV — garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica;

V — obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade;

VI — estímulo do Poder Público, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, nos termos da lei, ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado;

VII — programas de prevenção e atendimento especializado à criança e ao adolescente dependente de entorpecentes e drogas afins.

§ 4º A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

§ 5º A adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte de estrangeiros.

§ 6º Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

§ 7º No atendimento dos direitos da criança e do adolescente levar-se-á em consideração o disposto no art. 204.

LEI Nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971

Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

#### CAPÍTULO VII Das Disposições Gerais

Art. 64. Os Conselhos de Educação poderão autorizar experiências pedagógicas, com regimes diversos dos prescritos na presente lei, assegurado a validade dos estudos assim realizados.

DECRETO-LEI Nº 1.422,  
DE 23 DE OUTUBRO DE 1975

Dispõe sobre o Salário-Educação.

Art. 2º O montante da arrecadação do salário-educação, em cada Estado e Território e no Distrito Federal, depois de feita a dedução prevista no § 3º a este artigo, será debitado pelo Banco do Brasil S.A. em duas contas distintas:

a) 2/3 (dois terços) em favor dos programas de ensino de 1º grau, regular e supletivo, no respectivo Estado, Território ou Distrito Federal;

b) 1/3 (um terço) em favor do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

§ 1º Os recursos de que trata a alínea a deste artigo serão empregados nos Estados e no Distrito Federal, de acordo com planos de aplicação aprovados pelos respectivos Conselhos de Educação, e nos Territórios de conformidade com o Plano Setorial de Educação e Cultura.

§ 2º O terço destinado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação será aplicado:

a) em programas de iniciativa própria do Ministério da Educação e Cultura de pesquisa, planejamento, currículos, material escolar, formação e aperfeiçoamento de pessoal docente e outros programas especiais relacionados com o ensino de 1º grau;

b) na concessão de auxílios, na forma do disposto nos arts. 43 e 54, e seus parágrafos, da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, sempre respeitando critérios que levem em conta o grau de desenvolvimento econômico e social relativo, tal como especificado no regulamento e especialmente, os déficits de escolarização da população na faixa etária entre os sete e os catorze anos, em cada Estado e Território e no Distrito Federal, de modo a contemplar os mais necessários.

§ 3º O INPS reterá, do montante recolhido, a título de taxa de administração, a importância equivalente de 1%

(um por cento), depositando o restante no Banco do Brasil, para os fins previstos neste artigo.

(À Comissão de Educação — decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — O projeto lido será publicado e remetido à comissão competente.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

#### REQUERIMENTO Nº 479, DE 1992

Senhor Presidente,

Com fundamento no disposto no inciso IV do art. 71 da Constituição Federal, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário, seja solicitado, ao Tribunal de Contas da União, que realize inspeção no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES, visando averiguar a procedência de informes que dão conta de que o banco estaria empregando recursos na concessão de empréstimos aos adquirentes de empresas privatizadas pelo Programa Nacional de Desestatização.

#### Justificação

Há informações de que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social tem lançado mão de recursos sob sua gestão para a concessão de empréstimos e financiamentos a instituições e empresários adquirentes de empresas estatais privatizadas pelo banco dentro do Programa Nacional de Desestatização.

Confirmadas essas informações, parece-me configurada uma contradição insanável com a política do Governo, cuja materialização se expressaria através do programa, qual seja a liberação do Poder Público do ônus do exercício de atividades mais consentâneas com a iniciativa privada, ao mesmo tempo em que se obteria novos recursos destinados ao emprego em atividades próprias da administração pública.

Para esclarecer essa dúvida sobre a correta execução do mandato conferido, pelo Legislativo ao Executivo, através da Lei nº 8.031, de 12-4-90, solicito a realização da inspeção, pelo TCU.

Sala das Sessões, 2 de julho de 1992. — Senador Pedro Simon.

(Ao exame da Comissão Diretora.)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — O requerimento lido será publicado e remetido ao exame da Comissão Diretora.

Sobre a mesa, requerimentos que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

#### REQUERIMENTO Nº 480, DE 1992

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a inclusão, na Ordem do Dia, do PLS nº 258/91, ainda sem parecer da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Sala das Sessões, 2 de julho de 1992. — Nelson Carneiro.

#### REQUERIMENTO Nº 481, DE 1992

Nos termos do art. 172, inciso I do Regimento Interno, requeiro a inclusão, em Ordem do Dia, do PLS nº 112/91,

cujo prazo, na Comissão de Assuntos Sociais já se achá esgotado.

Sala das Sessões, 2 de julho de 1992. — Senador Nelson Carneiro.

#### REQUERIMENTO Nº 482, DE 1992

Sr. Presidente,

Nos termos do art. 255, inciso I, letra c do Regimento Interno, requeiro que o Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 1992 (nº 8/91, na Casa de origem), que dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos projetos organizados e das instalações portuárias e dá outras providências, seja despachado, também, à Comissão de Assuntos Econômicos.

Sala das Sessões, 2 de julho de 1992. — Senador Mário Covas.

**O SR. PRESIDENTE** (Alexandre Costa) — os requerimentos que acabam de ser lidos serão publicados e incluídos oportunamente em Ordem do Dia.

Sobre a mesa, requerimentos que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

#### REQUERIMENTO Nº 483, DE 1992

Nos termos do art. 210, item 2, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a transcrição, nos Anais do Senado, do Editorial "General Agenor, honradez a qualquer prova", de autoria do jornalista Antônio Pedreira, da revista **O Poder**, Edição 38/92.

Sala das Sessões, 2 de julho de 1992. — Senador César Dias.

*(Ao exame da Comissão Diretora.)*

#### REQUERIMENTO Nº 484, DE 1992

Nos termos do art. 210 do Regimento Interno, requeiro a transcrição nos Anais do Senado, do artigo sob o título "Para tranquilidade da Nação", publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, de 1º de julho de 1992, o qual focaliza a atuação do Presidente do Senado Federal, Senador Mauro Benevides, na presente conjuntura política.

Sala das Sessões, 2 de julho de 1992. — Senador Humberto Lucena.

*(Ao exame da Comissão Diretora.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Alexandre Costa) — Os requerimentos lidos serão submetidos à Comissão Diretora.

Sobre a mesa, comunicações que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos as seguintes

Brasília 1º de julho de 1991

OF. Nº 82/GLPMDB/92

Senhor Presidente:

Solicito a Vossa Excelência a substituição do Senador JOÃO CALMON pelo Senador COUTINHO JORGE na Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar os atos decorrentes de denúncias de irregularidades cometidas em fundos de pensões de estatais e na Petrobrás.

Ao ensejo renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração. Senador Humberto Lucena, Líder do PMDB.

Brasília, 30 de junho de 1992

Senhor Presidente,

De acordo com o disposto no Regimento Interno desta Casa, venho comunicar a V. Exª a inversão dos membros do PSDB na Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar os atos decorrentes de denúncias de irregularidades cometidas em fundos de pensões de estatais e na Petrobrás, passando a titular o Senador Chagas Rodrigues e suplente o Senador Teotônio Vilela Filho.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª meus protestos de estima e consideração. — Senador Fernando Henrique Cardoso, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Alexandre Costa) — Serão feitas as substituições solicitadas.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Maurício Corrêa, como Líder.

**O SR. MAURÍCIO CORRÊA** (PDT — DF. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho procurado cumprir meu mandato com absoluta lisura e, pela própria natureza da minha atividade profissional, granjeei um bom relacionamento junto aos Tribunais Superiores, ao próprio Supremo Tribunal Federal, aos juízes de primeiro grau, aos cartórios, enfim, junto a toda a comunidade forense, à Procuradoria Geral da República, à Procuradoria Geral do Tribunal de Contas da União, à Procuradoria-Geral Militar e à Procuradoria-Geral do Trabalho.

Ontem, vários juízes amigos ligaram para mim perguntando por que eu havia impedido, isto é, havia criado obstáculos para que os vetos, opostos pelo Presidente da República aos projetos sobre vencimentos dos magistrados e do MP, fossem apreciados na pauta selecionada para o mês de julho, nessa convocação extraordinária.

Fiquei perplexo, porque, segundo fui informado, saiu daqui do Congresso Nacional, a notícia de que, numa reunião havida, eu teria sido uma das vozes — o outro colega que também foi mencionado foi o Senador Marco Maciel — responsáveis pela não inclusão, na pauta extraordinária, desses vetos.

Estou usando da palavra rapidamente, apenas para esclarecer que isso é uma inverdade. Acaba de chegar o Presidente Mauro Benevides, que é o Presidente do Congresso Nacional. S. Exª poderá esclarecer que me convocou para uma reunião das Lideranças do Senado, à qual compareci, embora tenha chegado atrasado.

Nessa reunião, todas as Lideranças do Senado se posicionaram pela proposta que nos foi encaminhada, no sentido de que deveríamos votar as matérias relativas à convocação promovida pelo Senhor Presidente da República. Indaguei, então, ao Presidente do Senado se iríamos apreciar vetos — gostaria, inclusive, que o Sr. Presidente Mauro Benevides desse o seu testemunho sobre o fato — na pressuposição de que, caso houvesse resposta afirmativa, eu solicitaria que os vetos do Ministério Público e do Judiciário fossem incluídos na pauta para nossa apreciação. Mas, se não fosse incluído veto nenhum, evidentemente não teríamos condições de privilegiar determinadas situações em detrimento de outros vetos que também têm que ser votados.

Essa é a palavra que gostaria de dar, Sr. Presidente, para que fique registrado que eu não impedi — V. Ex<sup>a</sup> é testemunha disso, e todos os presentes — que se incluíssem esses vetos. Se fôssemos discutir a prioridade dos vetos, eu seria o primeiro a propor que os relativos ao Judiciário e ao MP fossem apreciados imediatamente.

Era o que queria dizer, pedindo ao Sr. Presidente que me socorra dando o seu testemunho.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides)** — A Presidência, trazida à colação pelo nobre Líder Maurício Corrêa, sente-se no dever de esclarecer o fato agora veiculado, trazido, portanto, ao conhecimento da Casa. E o faz dizendo que a elaboração da pauta de convocação extraordinária, por parte do Presidente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, foi antecedida por uma série de contatos para que fizéssemos a inserção, dentre as matérias, daquelas que pudessem justificar imediatamente uma decisão, no prazo de 30 dias, do Congresso Nacional.

Naquilo que se relaciona com os vetos do Senhor Presidente da República, chegamos à evidência de que, sendo eles em número de 27, superariam os itens da pauta oferecida pelo Presidente da República, que eram em número de 22 itens, e outros que, coincidentes ou não, integraram o Ato Convocatório do Presidente das duas Casas.

Se fizéssemos a inserção apenas dos vetos relacionados com a Magistratura, discriminaríamos outros vetos que sensibilizam importantes segmentos da sociedade brasileira. E a decisão a que se chegou, naquele primeiro momento, foi de que a inclusão de todos os 27 vetos representariam um embargo permanente na pauta de votação, porque, como a Lei de Diretrizes Orçamentária tem prazo constitucional explícito, as outras matérias teriam que se posicionar numa situação desfavorável na elaboração da pauta. Ou seja, os vetos, por terem privilégio constitucional, se sobreporiam às demais matérias que viessem a ser incluídas. Foi esse o grande argumento que ensejou a que os Presidentes da Câmara e Senado não fizessem inclusão dos vinte e sete vetos que aguardam manifestação do Congresso Nacional.

Posso dizer, entretanto, ao Líder Maurício Corrêa que o Presidente da Câmara e eu examinamos a alternativa de, ainda no curso, evidentemente, desta convocação, editar um aditamento ao Ato Convocatório, para encontrar alternativa que possa favorecer a apreciação dos vetos do Senhor Presidente da República.

Portanto, não houve a manifestação de qualquer Senador no sentido de desfavorecer os vetos da Magistratura, nem aqueles outros que integram a pauta do Congresso Nacional.

**DURANTE O DISCURSO DO SR. MAURÍCIO CORRÊA, O SR. ALEXANDRE COSTA, 1º VICE-PRESIDENTE, DEIXA A CADEIRA DA PRESIDÊNCIA, QUE É OCUPADA PELO SR. EPITÁCIO CAFETEIRA.**

**DURANTE O DISCURSO DO SR. MAURÍCIO CORRÊA, O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA, DEIXA A CADEIRA DA PRESIDÊNCIA, QUE É OCUPADA PELO SR. MAURO BENEVIDES, PRESIDENTE.**

**O Sr. Elcio Álvares** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Elcio Álvares.

**O SR. ELCIO ÁLVARES (PFL — ES.** Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, eminentes Srs. Senadores, na tarde de ontem, a Comissão Parlamentar de Inquérito, instituída para apurar irregularidades do Fundo de Pensão e na Petrobrás, realizou uma reunião administrativa como parte de seus trabalhos.

Após instalada a reunião, o Senador Chagas Rodrigues levantou uma questão de ordem com base no art. 57, § 7º, da Constituição, arguindo se era possível o funcionamento da Comissão, tendo em vista o que dispõe o dispositivo constitucional evocado, ou seja:

“Art. 57

§ 6º A convocação extraordinária do Congresso Nacional far-se-á:

I — pelo Presidente do Senado Federal, em caso de decretação de estado de defesa ou de intervenção federal, de pedido de autorização para a decretação de estado de sítio e para o compromisso e a posse do Presidente e do Vice-Presidente da República;

II — pelo Presidente da República, pelos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ou a requerimento da maioria dos membros de ambas as Casas, em caso de urgência ou interesse público relevante”.

E, aí, surge o § 7º:

§ 7º Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado.”

Logicamente, em se tratando de uma questão de ordem, base do dispositivo constitucional e tendo em vista, também, a relevância do assunto argüido pelo nobre Senador Chagas Rodrigues, na condição de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, pediu um prazo de 24 horas para examinar o assunto e, logo em seguida, então, colocar o nosso ponto de vista.

O nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho, Relator da Comissão, teve, então, a oportunidade de ponderar que a questão de ordem só teria cabimento produzida em plenário, porquanto a Comissão não teria condições de estabelecer um parâmetro dentro da questão de ordem levantada pelo nobre Senador Chagas Rodrigues. Obviamente, prosperou a arguição do nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho, que é o Relator da CPI, da qual nós somos presidente. E, nesse intertempo, já realizando uma reunião com todos os integrantes da Comissão, tivemos a oportunidade de ponderar que ao longo do dia de hoje teríamos oportunidade de examinar assunto com toda atenção, para que pudéssemos então dar uma resposta cabal à dúvida suscitada pelo Senador Chagas Rodrigues.

Devo esclarecer, Sr. Presidente, em homenagem à verdade, em homenagem inclusive ao preâmbulo da questão de ordem argüida pelo Senador Chagas Rodrigues, que o gesto de S. Ex<sup>a</sup> não teve nenhum outro sentido senão afastar dúvidas inteiramente consistentes de ordem constitucional, em nenhum momento o Senador Chagas Rodrigues tentou, arquivado a questão de ordem, procrastinar ou dar à Comissão um tratamento de tempo, que não fosse aquele adequado à proposta inicial, que motivou todos os seus integrantes.

Um outro registro paralelo eu gostaria de fazer. Ontem, a Comissão esteve reunida com a unanimidade dos seus membros, e quando evidentemente o Senador Chagas Rodrigues, com a maior grandeza, fez uma colocação ditada exclusiva-



mente, por uma questão de consciência jurídica, da qual ele tem demonstrado em todas as reuniões, não só da nossa Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, mas também aqui do plenário, entendemos que esta questão era relevante e precisava ser dirimida de uma vez, para não provocar qualquer tipo de dúvida.

Nesse intertempo, a comissão, em contato com a Presidência da Casa, através do Senador Mauro Benevides, teve a grata satisfação de tomar conhecimento do Ato Convocatório, que é um aditamento feito à convocação extraordinária do Congresso Nacional, sendo que na sua parte nº 4 consta de maneira expressa que na convocação extraordinária nós teríamos incluído na sua pauta o funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito Mistas e de cada uma das comissões das Casas do Congresso Nacional, com o detalhe que ficou claro, evidentemente, todas as comissões que já estavam constituídas.

No momento em que o nobre Senador Mauro Benevides e o nobre Deputado Ibsen Pinheiro fizeram este aditamento, obviamente, a questão foi dilucidada por inteiro e, logicamente, na reunião que vai ser realizada, agora, às 5h da tarde, demonstrando empenho da comissão em dar celeridade aos trabalhos.

Vamos julgar a questão de ordem prejudicada, porque a dúvida suscitada com oportunidade e embasamento na Constituição pelo Senador Chagas Rodrigues, teve inteira resposta através do aditamento do Ato Convocatório, que já se encontra em nossas mãos e que nos parece inteiramente dirimidor de dúvidas, não permitindo qualquer outra interpretação pela Comissão Parlamentar de Inquérito, que vai apurar irregularidades nos Fundos de Pensões e na Petrobrás.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, fazendo este registro, quero declarar que, a partir de hoje, essa CPI dará uma celeridade muito objetiva aos seus trabalhos, e dentro das linhas que foram ontem esposadas, não só pelo nobre Relator Cid Sabóia de Carvalho mas por todos os integrantes da Comissão. Pretendemos com isenção dentro da finalidade de cultivar exclusivamente a verdade, apurar os fatos decorrentes do requerimento do Líder Humberto Lucena, assim como realizar, de maneira muito célere, de maneira muito rápida, a proposta da instituição da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Faço esse registro, Sr. Presidente e Srs. Senadores, em homenagem, inclusive, ao Senador Chagas Rodrigues, que demonstrou, em todos os momentos, uma preocupação muito grande com o cumprimento da norma constitucional. E, agora, congratulamo-nos, porque, tanto o Presidente da Câmara quanto o Presidente do Senado, sensíveis evidentemente à colocação feita pelo nobre Senador Chagas Rodrigues, tiveram oportunidade de fazer um aditamento ao Ato Convocatório, que, ao nosso parecer, dilucida qualquer dúvida e encerra de vez a questão, permitindo que a CPI possa trabalhar tranqüilamente, a partir da data de hoje.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

#### COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Alfredo Campos — Almir Gabriel — Amazonino Mendes — Áureo Mello — Beni Veras — Carlos De'Carli — Coutinho Jorge — Eduardo Suplicy — Fernando Henrique Cardoso — Flaviano Melo — Guilherme Palmeira — Hugo Napoleão — José Fogaça — Lavoisier Maia — Marluce Pinto — Nelson Carneiro — Raimundo Lira — Ronan Tito.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides)** — Antes de passar a palavra aos oradores inscritos, a Presidência atenta à intervenção do nobre Senador Elcio Álvares, que preside a mais nova das Comissões Parlamentares de Inquérito, instalada no Senado Federal e no Congresso Nacional, diante da perspectiva de se argüir, como ocorreu naquela Comissão, questão de ordem, a fim de que melhor se esclarecesse o funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito — e foi essa a intenção muito explícita do nobre Senador Chagas Rodrigues, uma das grandes figuras do Congresso Nacional —, o Presidente da Câmara e eu, ao tomarmos conhecimento ainda ontem da questão suscitada pelo ilustre representante do Piauí, diligenciamos um aditamento ao Ato Convocatório, já assinado nas primeiras horas da manhã de hoje, para dirimir qualquer dúvida que pudesse remanescer pela não-inclusão explícita no Ato de Convocação do funcionamento das Comissões Mistas do Congresso Nacional, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

O próprio Senador Elcio Álvares, em companhia do próprio Senador Chagas Rodrigues, Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, esteve na Presidência, quando dei ciência a S. Ex<sup>a</sup>, — agora o faço em relação ao Plenário — de que o Ato Convocatório lido pelo 1º Secretário significa uma providência imediata, pronta, eficaz, capaz de legitimar toda atuação das Comissões Parlamentares de Inquérito, Mistas e Especiais, até 31 de julho, durante o recesso, período em que o Congresso Nacional estará funcionando.

Portanto, creio que a ação adotada pelo Presidente da Câmara e por mim atendeu àquela expectativa e sobretudo ao desejo claro de um jurista eminente, como o Senador Chagas Rodrigues, que jamais obstaculizaria, com questões de ordem, o funcionamento de uma Comissão que tem objetivo determinado e prazo certo para cumprir a sua missão.

**O Sr. Chagas Rodrigues** — Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Chagas Rodrigues, como Líder.

**O SR. CHAGAS RODRIGUES** — Sr. Presidente, quero apenas agradecer as generosas palavras de V. Ex<sup>a</sup> e do ilustre Senador Elcio Álvares, Presidente da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Ficam aqui os meus agradecimentos e as minhas congratulações a V. Ex<sup>a</sup> e ao nobre Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Ibsen Pinheiro, pelo aditamento que baixaram hoje, 2 de julho de 1992, ficando, portanto, a matéria devidamente explicitada. Com esse procedimento, estamos acobertados e ninguém poderá invocar, seja o que for, a partir de agora, qualquer pretexto contra o funcionamento regular de nossas comissões.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides)** — A Presidência, para uma comunicação inadiável, concede a palavra, neste instante, ao Senador Jarbas Passarinho. Após o pronunciamento do ilustre representante do Pará, esta Presidência fará uma comunicação à Casa sobre o funcionamento da CPI e o apoio indiscutível que a Mesa do Senado vem prestando à atuação, não apenas da CPI que investiga irregularidades praticadas pelo Sr. Paulo César Farias, mas aos demais órgãos, Comissões Especiais e Mista do Congresso e do Senado, que vêm funcionando nesta sessão legislativa. Portanto, logo depois do pronunciamento do Senador Jarbas Passarinho deverei oferecer, em nome da Mesa, os esclarecimentos que se torna-



ram indispensáveis, em razão de matéria inserida num importante órgão de comunicação da Capital da República.

Com a palavra o Senador Jarbas Passarinho, para uma comunicação.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA.** Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, pedi a palavra, realmente, para uma comunicação breve, brevíssima. Mas ela me parece — do meu ponto de vista pessoal — muito importante.

Ontem vimos o desfecho do longo processo a que respondeu, durante esse tempo todo, o General Newton Cruz.

Devo expressar a V. Exª que eu tinha grande receio por esse resultado; receio, porque o General Newton Cruz, que foi contemporâneo meu na Escola Militar, é um homem que entre o afago e a irritação a diferença é pequena, dependendo das circunstâncias. E isso poderia ser levado como até verossímil aquela possibilidade de um crime que, em absoluto, em nenhuma hipótese, poderíamos admitir que ele tivesse cumprido.

Ora, Sr. Presidente, no jargão dos advogados se fala em *latim que testis unus, testis nullus*. E, no entanto, a única que existia, que pretendia ser testemunha no crime supostamente praticado pelo General, era uma pessoa não qualificada. Não qualificada por doença mental, não qualificada por desemprego, não qualificada por falta de compostura pessoal. E, no entanto, essa pessoa, através de um delegado que estava ávido de ter expressões políticas na ocasião, no Rio de Janeiro, transformou num sofrimento de anos a fio o julgamento do General Newton Cruz.

Agradeço às circunstâncias que ele só tenha vindo a ser julgado agora, porque, se fosse logo depois que se encerrou o Governo do Presidente Figueiredo, ele seria julgado, não pelo que supostamente teria feito, mas sim, porque teria sido o executor das medidas de emergência e teria um julgamento político.

E ontem, eu que acompanhava à distância esse julgamento, quando o *Jornal Nacional*, na Globo, através do locutor, declarou que o júri tinha acabado de se reunir e tinha sentença, confesso que prendi a respiração na expectativa daquele resultado. Mas quando veio o resultado de sete jurados, 7 a 0, chegamos à conclusão exata do que foi essa farsa ao longo do tempo, fazendo o homem sofrer da maneira como o fez.

É a primeira vez, creio, que na História do meu País um General de Divisão senta no banco dos réus para assistir a uma farsa.

E mais ainda, Sr. Presidente, não consigo entender como o Promotor, na ocasião, pediu que o suposto, o único testemunho válido que havia para aquela acusação, não depusesse, não fosse interrogado. E foi por exigência exatamente do corpo de jurados que o Sr. Polila, o bailarino, foi obrigado a falar durante hora e meia a respeito da sua extraordinária visão de lince, de ver a 25 metros de distância, no lusco-fusco da madrugada, no abrir e fechar de uma porta, uma pessoa que ele foi capaz de identificar depois com tanta precisão.

Pedi a V. Exª este momento para fazer este registro, porque se trata de um homem com o qual mantive sempre muito bom relacionamento pessoal, é um colega de uma turma depois da minha na Escola Militar, e creio que nesta altura ele deve estar extremamente feliz por verificar que no País ainda se faz justiça.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides)** — Srs. Senadores, antes de iniciar a lista de oradores, franqueando a palavra aos que nela estão inscritos, desejo oferecer à Casa e, sobretudo, à opinião pública brasileira informações sobre o funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga as atividades do Sr. PC Farias.

Ontem, a CPI completou um mês de funcionamento, ensejando a que o seu eminente Relator, nosso Senador Amir Lando, concedesse entrevista a um órgão da imprensa de Brasília, tecendo algumas considerações sobre o apoio que teria sido prestado, ou que vinha sendo prestado pelo Senado Federal ao funcionamento daquele órgão que é realmente do Congresso Nacional. Esclarece a Presidência que, em razão de resolução que disciplina a matéria, o apoio para o seu funcionamento está sob exclusiva responsabilidade do Senado Federal, eximida que está a Câmara de oferecer qualquer colaboração explícita para o funcionamento daquela CPI.

É indiscutível que a matéria jornalística gerou preocupação entre os servidores desta Casa e, sobretudo, entre Senadores que integram a Mesa Diretora, para que se oferecesse, de imediato, aquelas explicações que se tornam indispensáveis e que ponham em evidência o espírito público daqueles que, por dever funcional, têm sido instados a colaborar com a Comissão Parlamentar de Inquérito: a Secretaria Legislativa, a Diretoria de Comissões, a Subsecretaria de Taquigrafia, a Secretaria-Geral da Mesa, o Prodasen, o Cegraf, enfim, toda a estrutura do Senado Federal vem sendo mobilizada para o funcionamento dessa Comissão.

Os funcionários vêm trabalhando em jornadas diuturnas que exigem sacrifícios inauditos. Não são poucas as vezes em que, adentrando a madrugada para ultimar seu trabalho, essas equipes vêm trabalhando afanosamente para cumprir todas as suas tarefas.

Não sei se, na tradição do Senado Federal e do Congresso Nacional, houve uma comissão dessa natureza que tivesse contado com o apoio logístico mais decidido, mais leal e mais devotado por parte dos servidores. Desde a reunião inaugural até a que se realizou no dia de ontem, tem sido garantido ao funcionamento da Comissão todo o material necessário para o seu trabalho, da parte da Assessoria, da Taquigrafia, do Prodasen, enfim, de toda a mobilização e apoio do Senado Federal.

Eu me permitiria dizer que, já às 10h da manhã de hoje — e as equipes trabalharam até 1h30min da manhã! — chegava à Comissão Parlamentar de Inquérito, para o seu Presidente, para o seu Relator, para os seus integrantes, todo o apanhado do debate com o disquete respectivo, enviado pela Taquigrafia ao Prodasen, numa demonstração inequívoca de que o trabalho vem se fazendo sentir de forma verdadeiramente irrepreensível.

É em nome, sobretudo, desse devotamento a um trabalho que é difícil, que é penoso, acompanhado muito de perto pela imprensa, que me senti no dever, como responsável maior pela equipe que está trabalhando junto à CPI e na própria Casa, e até mesmo para resguardar a imagem de eficiência do corpo funcional da Casa, de oferecer aqui, neste instante, aos Srs. Senadores e à opinião pública brasileira, esses esclarecimentos que se tornam indispensáveis e que devem ser entendidos como um estímulo a mais, para que esses servidores prossigam na faina a que se entregaram de, neste caso específico, tudo fazer para que os debates, as discussões, as decisões da Comissão Parlamentar de Inquérito sejam cabalmente atendidos.

Estou tentando falar com o Senador Amir Lando, que está em trânsito entre Brasília e Rondônia; mas do seu Chefe de Gabinete, Dr. Renato Vianna, acabo de ouvir a informação de que certamente houve uma interpretação equivocada das palavras que possam ter sido proferidas pelo Senador Amir Lando. Embora S. Ex<sup>a</sup> esteja ausente deste plenário, entendi do meu dever trazer, assim de modo presto, essas informações ao Senado Federal.

Esclareço ainda que nenhuma solicitação da Comissão Parlamentar de Inquérito deixou de ser por mim atendida em nome da Mesa da Casa, até mesmo a contratação de uma auditoria de empresas internacionais, proposta que foi combatida neste plenário por eminentes Senadores de várias Bancadas, constringendo-me para aceitar essa decisão. Quero comunicar que fiz consulta ao Tribunal de Contas da União, para resguardar a decisão que viesse a adotar, ou seja, a contratação dessas empresas; e, na tarde de ontem, o próprio Presidente Carlos Átila fez questão de trazer a mim o resultado da consulta, viabilizando essa contratação, evidentemente com consultas que deverão alcançar pelo menos três empresas internacionais.

A partir deste momento, o setor responsável da Casa já deflagrou esse processo de consulta, o que vai significar aproximadamente um dispêndio de 25 mil dólares — esta é a estimativa para a contratação da empresa. De certa forma, isso preocupa a mim, porque, a julgar pela manifestação do Senador Eptácio Cafeteira, do Senador Magno Bacelar e do Senador Mansueto de Lavor, isso pode ser interpretado como uma tentativa de desqualificar a competência de auditorias brasileiras que poderiam fazer igual trabalho com o mesmo êxito. Mesmo assim, senti-me no dever de atender à solicitação da CPI e o farei imediatamente.

Sabe a Casa que a única solicitação da CPI que recusei foi a concessão de uma passagem, no trecho Maceió/Brasília/Maceió, para o Sr. Paulo César Farias, por razões que constaram de um despacho que exarei e que foi glosado em prosa e verso pela grande imprensa brasileira. Afora isso, Srs. Senadores, tem sido garantido à Comissão um apoio firme e decidido através de minhas decisões como Presidente da Casa e principalmente do devotamento e dedicação do corpo de servidores que mais diretamente vem atendendo à CPI. Nada tem faltado para que ela cumpra exemplarmente os objetivos para os quais foi criada.

Era a comunicação que senti do meu dever transmitir neste instante ao conhecimento da Casa e da opinião pública brasileira, desta forma desagravando as equipes que estão trabalhando tão infatigavelmente para o êxito da CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o nobre Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

S. Ex<sup>a</sup> não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Aluizio Bezerra.

**O SR. ALUIZIO BEZERRA** (PMDB — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, concluída a Rio-92, já não resta a menor dúvida de que esse importante evento, tido por uns como um completo fracasso e por outros como a conferência do século, refletiu as profundas e insanáveis contradições que vigoram entre o poder econômico, concentrado sobretudo no Primeiro Mundo, e os interesses vitais e ambientais da Humanidade.

Este é o tema que nos traz a esta tribuna. Quero, aqui, não apenas trazer um breve informe sobre nossa participação

na Conferência Rio-92, como registrar nossa primeira avaliação política.

Somos conscientes de que a Humanidade vive um processo de crescente preocupação e rechaço com relação à devastação social e ambiental. A qualidade de vida, sobretudo nos grandes centros, sofre ininterrupta deterioração. A Rio-92 veio, em boa parte, como reflexo dessa crescente elevação da pressão da opinião pública nesse sentido, a favor de uma saúde ambiental, da luta para que o desenvolvimento beneficie a todos e se harmonize com o meio ambiente.

Dessa forma, e na condição de Vice-Presidente do Parlamento Amazônico, empenhamo-nos desde bem antes da Conferência Mundial do Rio, para que a contribuição do Parlamento Amazônico e a nossa, como Senador da República, pudesse ser a mais substancial possível, produzisse idéias e propostas para o bom nível da Rio-92. Foi com esse empenho que organizamos o Fórum Amazônico. Sabíamos que na Rio-92 haveria uma concentração da opinião pública, política, científica mundial, como terminou acontecendo. O nosso objetivo, através do Fórum Amazônico foi o de que a inevitável discussão sobre a questão Amazônica da Rio-92, pudesse contar com o respaldo mais sério e objetivo possível. A partir de representantes da região, os parlamentares dos países da Região Amazônica, seja a nível de Brasil como também em termos de Bacia Amazônica e dos oito países, eram conscientes das pressões e da coibição internacional sobre a Amazônia, e da necessidade de que nós, amazônidas, bloco dos países da Amazônia, interviéssemos diretamente nesse grande debate. Procurássemos trazer a discussão para um ponto de equilíbrio onde, nem a idéia de Amazônia "santuário intocável", nem a idéia de desenvolvimento predatório e anti-social, prevalecessem. Partimos da idéia de que o parlamento amazônico é um espaço fundamental para a promoção dessa discussão.

Nesses termos é que o Fórum Amazônico procurou reunir autoridades e conhecedores dos problemas amazônicos para que, num debate aberto de vários dias, reuníssemos os melhores elementos, reflexões e estratégias para o desenvolvimento racional, ecológico, da nossa região.

O resultado final está em um documento produzido pelo Fórum Amazônico, que, em seguida, foi entregue não apenas à Rio-92, ao Sr. Maurice Strong, mas a inúmeras entidades e dezenas de Chefes de Estado presentes ao grande debate. Este mesmo documento trazemos ao conhecimento desta Casa, e para o qual peço seja escrito nos Anais do Senado Federal, portanto, para trazer ao conhecimento aos nobres colegas e à opinião pública. Ele reflete o espírito e as reflexões daquele fórum que se desenvolveu ao longo de vários dias, de 25 a 29 de junho, antecedendo à Eco-92, com a participação de Ministros de Estado, cientistas, lideranças indígenas e de seringueiros, médicos e pesquisadores, além de secretários estaduais de meio ambiente e membros de outras entidades nacionais e do parlamento amazônico, portanto, dos países vizinhos.

Ao mesmo tempo, ao organizarmos o Fórum Amazônico, nos preocupava a tendência dominante — sobretudo nos governos do Primeiro Mundo — a um debate ambiental mais declaratório do que concreto. Desejávamos que os frutos de semelhante esforço, de nossa parte, de parte de entidades e povos de todo o mundo, produzissem na Rio-92, efeitos planetários a curto ou médio prazo. Queríamos desenvolvimento social, queríamos deter a assustadora poluição industrial e radioativa que corrói o planeta.

Preocupava-nos a falta de premência, de metas, datas e recursos, com a qual os países que dominam a economia mundial se dirigiam à Rio-92. Tínhamos consciência de que essa grande contradição entre o discurso dos países que mais exploraram e mais poluem o planeta, e a sua preocupação com o meio ambiente, poderia pôr a Rio-92 a perder e esvaí-la profundamente. E foi o que terminou acontecendo.

A nosso ver, a Conferência Rio-92 evidenciou qual é a tendência da humanidade, qual é a tendência do pensamento dos países do mundo: ela é majoritariamente a favor da saúde da Terra, visceralmente contra a poluição ambiental. Os obstáculos, os grupos econômicos poderosos, que resistem ao saneamento ambiental da Terra, tiveram que estar na defensiva. Tiveram que defender seus interesses na Rio-92 de forma indireta, elíptica, recorrendo a um discurso ambientalístico. E tiveram que agir quase clandestinamente, sorrateiramente, disfarçando seus objetivos, como foi o caso do Presidente Bush.

A própria unidade dos países ricos, unidades em defesa dos seus interesses, foi enfraquecida. Tiveram que aparecer divididos. Ao mesmo tempo em que pesou, como nunca, numa conferência oficial, tão global, a presença e a mobilização das Organizações não-Governamentais. Ao ONG, pesaram muito na Rio-92, inclusive contrapondo-se aos interesses oficiais dos governos dos seus países, participaram de uma enorme manifestação de massas, no centro do Rio, com repercussões internacionais.

Tudo isso demonstra, de forma eloquente, que a luta começou. A arrancada pela saúde do planeta Terra foi dada. A tendência global de humanidade é contra a devastação da terra, da qualidade de vida, dos ecossistemas. O que é necessário é ter-se claro que os obstáculos, os mesmos que limitaram decisivamente os resultados concretos, planetários, da Rio-92, eles continuam operando, continuam de pé. Mas com oposição da opinião pública da terra. É necessário que essa arrancada, que essa tomada de consciência refletida na Rio-92, ela vá em frente. O futuro é nosso. Historicamente é essa tendência que vai prevalecer, triunfar, por mais que não tenha conseguido traduzir-se em frutos concretos dentro da Rio-92. E este é o outro lado do problema.

De certa maneira, não se confirmou o que mais temíamos, mas nenhuma medida econômica ou de política industrial antipoluição foi tomada. Contribuir com 0,7% do PIB para sanear o planeta? Nada foi aceito e decidido. Sustar, desde já, antes que seja tarde, a grave emissão de poluentes industriais, de gases, ou a fabricação de armas sofisticadíssimas e caríssimas? Nada. Nada de determinante nesse campo foi decidido. Muito menos uma mudança na relação comercial, tecnológica ou econômica com os países pobres.

Todavia, não consideramos que, apesar desses pontos negativos objetivos, a Conferência tenha como para muitos anunciar o fracasso. Na realidade um ponto muito difícil, mas refletiu a vontade de todos quantos dela participaram, da grande maioria, portanto, de que a Conferência seja um grande marco de avanço da solução dessas questões que a todos interessa.

**O Sr. Coutinho Jorge** — Senador Aluizio Bezerra, V. Exª me permite um aparte?

**O SR. ALUÍZIO BEZERRA** — Concedo o aparte ao nobre Senador Coutinho Jorge, que teve uma participação importantíssima, representando a Comissão do Senado que participou na Eco-92, participando desde as suas reuniões

preparatórias até o desfecho final naquela Conferência, como podemos testemunhar.

**O Sr. Coutinho Jorge** — Meu caro Senador Aluizio Bezerra, eu também testemunhei a sua participação efetiva, importante, naquele grande encontro mundial, sobretudo em relação ao chamado fórum amazônico, que V. Exª, antes mesmo da realização da ECO-92, coordenou com brilhantismo e levou conclusões importantes para aquele grande encontro da ECO-92. Concorde também que muitos temas que deveriam ter sido aprovados, por todos os países ali presentes, não o foram, como V. Exª relacionou. Mas concordo também que a ECO-92, em absoluto, não foi um fracasso. Ela representou, como V. Exª colocou, uma etapa, um início de um processo de mudança fundamentalmente para o planeta Terra. Temos de levar em consideração que, em relação ao caso, por exemplo, das denúncias que a nossa Amazônia sofria como a grande poluidora do mundo, pelas suas queimadas, e que o Brasil sofria, como País de Terceiro Mundo, responsável pela poluição ambiental, ficou configurado, provado e comprovado, como já disse outras vezes, aqui, que a Amazônia não é vilã, não é responsável pela emissão de gases tóxicos, gerando, como diziam, o chamado efeito estufa. Tanto que o próprio INPE, um órgão sério do País, provou, através de estudos de satélites, que a Amazônia emite, hoje, 1,4% de gases tóxicos na atmosfera, e o Brasil, como um todo, 2,4% — e eu sempre lembro esses exemplos — e os Estados Unidos, mais de um quarto do total mundial: 26%. Portanto, há uma disparidade muito grande, como V. Exª falou, entre o discurso e a realidade. O que ficou comprovado é que os países industrializados, os países ricos como os Estados Unidos, são, realmente, os grandes poluidores e depredadores da natureza, não tenho dúvida nenhuma. Isto, realmente, ficou comprovado nesse grande encontro da Rio-92. Não tenho dúvida que poderíamos ter obtido melhores resultados, poderíamos ter tomado decisões mais firmes em vários setores que poderiam preservar a natureza e, sobretudo, permitir o desenvolvimento. De qualquer maneira, considerando que a metodologia das Nações Unidas é aquela em que mais de 100 países têm que definir alguma coisa por consenso. Portanto, é muito difícil e nós, de qualquer maneira, conseguimos um documento chamado Agenda 21, que V. Exª conhece muito bem, que apresenta propostas em termos de programas de política, de estratégias, que discute os problemas ligados desde o efeito estufa aos problemas urbanos, aos problemas de crescimento populacional, portanto, problemas fundamentais para a solução das dificuldades em que o nosso planeta se encontra. Creio que, mesmo com certas restrições, se todos os países do mundo cumprirem, rigorosamente, o que está preceituado nos vários textos da chamada Agenda 21, na Declaração do Rio, que nada mais é do que o somatório de teses globais e, sobretudo, no que diz respeito às duas convenções da biodiversidade e a convenção relativa ao problema de clima, mudança climática, o mundo começará a mudar, começará uma nova etapa. Mesmo os Estados Unidos que não assinaram, deverão fazê-lo com certeza depois das eleições presidenciais.

Estes são avanços que a humanidade assumiu de tal sorte que nós poderemos ter mudanças fundamentais até o início do terceiro milênio, não temos dúvida nenhuma. Agora, é importante que os países assumam e cumpram o que ficou estabelecido. Por isso, nós Parlamentares, nós do Congresso Nacional temos uma responsabilidade grave, qual seja a de

exigir que o Governo Federal, os governos estaduais e os municipais, a sociedade como um todo cumpra o que foi acordado, assinado, assumido na Rio-92 e passemos, mediante uma legislação especial, a cumprir tudo isso, a cumprir as convenções, sobretudo a Agenda 21. E para isso, é preciso que o Congresso Nacional se aparelhe e acompanhe rigorosamente as decisões do Governo Federal em relação aos compromissos da Rio-92. Por isso mesmo que, no caso do Congresso Nacional, já foi aprovada uma Comissão Mista que acompanhará a implementação — como já existia no Senado e V. Ex<sup>a</sup> se referiu, uma comissão da qual tive o privilégio de ser Presidente e que acompanhou toda a preparação e a realização da Rio-92. Portanto, cabe ao Congresso Nacional, a partir de agora, discutir exaustivamente, não somente os resultados, mas sobretudo, a sua viabilização, a sua implementação no Brasil. No próximo mês de novembro teremos um grande encontro mundial da União Interparlamentar, que discutirá aqueles assuntos debatidos na Rio-92 e, sobretudo, as decisões aprovadas. Nobre Senador Aluízio Bezerra, acredito que, se montarmos essa estratégia, poderemos, dentro do que foi aprovado — e concordo com V. Ex<sup>a</sup> de que não foi ideal, mas politicamente foi o possível — mudar lenta e progressivamente o mundo, conciliando aqueles grandes assuntos que são a preservação, por um lado, e o desenvolvimento, pelo outro. Isso é o que interessa sobretudo e particularmente ao Brasil. Eram essas as considerações que eu queria, realmente, aduzir ao seu importante pronunciamento e, mais uma vez, parabenizá-lo pelo seu trabalho na Rio-92, sobretudo no que diz respeito a grande Região Amazônica, tal qual V. Ex<sup>a</sup>, um grande defensor e estudioso.

**O SR. ALUÍZIO BEZERRA** — Senador Coutinho Jorge, o aparte de V. Ex<sup>a</sup> abrilhantou o meu modesto pronunciamento, especialmente pelo trabalho, pela dedicação que V. Ex<sup>a</sup> teve, presidindo a comissão do Senado junto à Rio-92.

Sabemos do seu trabalho intenso. E todas as reuniões preparatórias tiveram como desfecho a grande conferência. Mas essa conferência, antes, teve uma série de reuniões preparatórias, da qual V. Ex<sup>a</sup> fez parte e atuou na mesma, a qual acompanhamos pessoalmente com denodo, com dedicação total, procurando agir da maneira mais dinâmica e com maior domínio e compreensão dos assuntos, para que pudesse, na qualidade de Senador e de Presidente da Comissão, apresentar o melhor resultado possível. Testemunhamos o fato.

Aproveito a oportunidade para ressaltar, perante esta Casa, o trabalho de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Coutinho Jorge, à frente da Comissão, em todos os trabalhos, o que pudemos pessoalmente constatar. Esta Casa deve à pessoa de V. Ex<sup>a</sup> uma homenagem pelo trabalho que fez representando o Senado da República na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Agradeço profundamente o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, que enobrece o meu discurso, pelo conhecimento, pelo trabalho, pela autoridade que tem V. Ex<sup>a</sup> no assunto, trabalhando nele ao longo de vários meses e concluindo com a participação na ECO-92.

**O Sr. Humberto Lucena** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ALUÍZIO BEZERRA** — Com prazer, ouço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Humberto Lucena** — Ouço com todo interesse o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. Como também estive presente às sessões finais da Rio-92, tendo ocasião de assistir a pronun-

ciamentos importantes, como o do Presidente Bush, do Presidente Mitterand, do Presidente Lacalle, do Uruguai, posso dar um testemunho não só do excelente trabalho — V. Ex<sup>a</sup> já sublinhou — do Senador Coutinho Jorge, Presidente da comissão especial do Senado designa para acompanhar os trabalhos da RIO-92, desde há alguns meses atrás, sob cujos auspícios e o prestígio do Senador Mauro Benevides — que também esteve na instação daquela Conferência —, mas também do excelente trabalho realizado por vários Senadores que lá estiveram, revezando-se nas Comissões e no Plenário, para assistir aos trabalhos da RIO-92 e, particularmente, os trabalhos desenvolvidos por V. Ex<sup>a</sup>, que tem se destacado na atuação do Parlamento Amazônico. V. Ex<sup>a</sup> tem, realmente, procurado desenvolver uma atividade muito grande nesse sentido, e pude perceber, inclusive, o grande prestígio que V. Ex<sup>a</sup> desfruta nos meios parlamentares dos países que compõem o bloco de que V. Ex<sup>a</sup> é Vice-Presidente. Portanto, eu queria, neste instante, em nome da minha Bancada, sob o testemunho do nosso Presidente Mauro Benevides, registrar também além do trabalho do Senador Coutinho Jorge, a excelente colaboração de V. Ex<sup>a</sup>, e dizer também, que, na verdade, o Brasil foi muito prestigiado com aquela conferência, embora, como todos nós saibamos, os seus resultados tenham sido um tanto quanto decepcionantes, sobretudo pela decisão dos Estados Unidos da América de não apor a sua assinatura na convenção sobre transferência de tecnologia em matéria de biodiversidade, porque, naturalmente, nesse particular, o Presidente Bush, às voltas com a sua campanha de reeleição presidencial, estando, inclusive, em uma posição impopular cada vez mais expressa pelas últimas pesquisas de opinião pública, estava mais preocupado com a política interna americana do que propriamente com os resultados daquela conferência. E, por isso, não quis realmente se comprometer com o fundamental, ou seja, com o esquema financeiro do custeio dos projetos decorrentes das decisões da Rio-92, o que foi profundamente lamentável, porque esse retraimento dos Estados Unidos da América, se persistir, sobretudo no campo financeiro, poderá prejudicar enormemente os grandes e altos objetivos daquele extraordinário conclave internacional. E sabe V. Ex<sup>a</sup> que, por iniciativa minha quando era Presidente do Grupo da União Interparlamentar Brasileira, vamos ter este ano, em Brasília, a Conferência da União Interparlamentar, em novembro, que deve ser realizar no Centro de Convenções, tão logo reformado, que vai, com a presença de delegações de mais de cem países, debater os resultados da Rio-92, para efeito de implementação, nos seus respectivos Parlamentos, das decisões tomadas naquela reunião histórica do Rio de Janeiro. Meus parabéns, portanto, ao Senador Coutinho Jorge, a V. Ex<sup>a</sup> e aos demais Parlamentares que prestigiaram o Senado Federal na Rio-92, graças aos auspícios da Mesa presidida pelo Senador Mauro Benevides.

**O SR. ALUÍZIO BEZERRA** — Agradeço, nobre Senador Humberto Lucena, Líder do nosso Partido, pelo brilhante aparte que faz ao nosso pronunciamento. Indiscutivelmente, a participação dos Senadores que lá estiveram só foi possível graças aos apoios que recebemos da Mesa Diretora, através da Presidência do nobre Senador Mauro Benevides, que esteve atento em todos os minutos para criar as condições apropriadas à participação do Senado na Rio-92.

Sr. Presidente, como eu dizia antes, o poder econômico mostrou, mais uma vez, que está preocupado com os seus interesses de lucro e de mercado, muito mais do que com

qualquer outra questão, seja ela de caráter ecológico ou social — a vontade do economicamente mais poderoso se impôs tranqüilamente na Rio-92.

Não significa isso que a Rio-92 foi um fracasso. Esse é um novo marco na história da nova ordem do desenvolvimento mundial.

Existe a disposição de salvar o Planeta, mas apenas na medida em que se garantam os lucros dos grandes monopólios internacionais — mostrarei, a seguir, alguns exemplos disso, na prática, dentro do nosso próprio território. Essa lógica, que é a mesma do GATT, que é a mesma das relações desiguais de troca, do protecionismo comercial, do repasse de tecnologia, se sobrepôs aos interesses ambientais objetivos da Humanidade, mesmo com toda a concentração das atenções, da pressão da opinião pública, que se verificou me torno da Rio-92, especialmente por intermédio das Organizações Não-Governamentais, as ONG.

Entendemos que a Terra é a casa comum de todos nós e que não pode continuar sendo envenenada; milhões de pessoas não podem continuar morrendo, literalmente, de fome, brutalmente excluídas do desenvolvimento social. Oitenta por cento da Humanidade não podem continuar vivendo no porão insalubre desta nossa Casa comum.

Essa é a idéia de desenvolvimento ambiental que continuaremos defendendo.

Nossa avaliação do processo de desenvolvimento amazônico tem tudo a ver com o pensamento manifestado na própria Rio-92, pelo Diretor-Geral da FAO, Eduardo Saouma, quando disse que “não se deve esperar que a população faminta proteja o meio ambiente, os recursos naturais e se preocupe com o bem-estar das gerações futuras, quando o que está em jogo é a sua sobrevivência imediata. A alimentação é o mais básico de todos os direitos humanos, e um bilhão de pessoas passam fome, além dos 10% da população mundial que vivem em estado de subnutrição”.

Essa questão do não-desenvolvimento, a questão social dos milhões que não dispõem de alimentos, esgotos, água tratada, moradia e acesso à educação, é a pressão mais aguda sobre nós, países da bacia Amazônica. Nessa medida, é corretíssima a declaração do Sr. Maurice Strong, no início da Rio-92, quando disse: “Foi o apetite insaciável dos ricos que causou a maioria dos distúrbios ambientais de hoje”.

O problema está em que a Rio-92 foi pouco além de declarações dessa natureza. Dentro ou fora da Rio-92, continuam de pé os problemas internacionais que decidem sobre não-desenvolvimento, que decidem sobre meio ambiente, desde a pressão da dívida externa, da desigualdade comercial Norte-Sul, até a falta de acesso a tecnologias limpas e a recursos para saneamento ambiental.

Temos a riqueza da biodiversidade; eles monopolizam a tecnologia. Por que não se chega a um acordo favorável a países como os nossos, os amazônicos, que dispõem da maior fonte natural de biotecnologia da Terra? O mesmo poder econômico que gasta em armas, em superconsumo, não tem interesse, não tem vontade política.

Bush queimou bilhões de dólares na guerra contra o Iraque, mas não investe na saúde da Terra. É o cúmulo: os Estados Unidos chegaram a anistiar metade da dívida externa do Egito, imediatamente após a guerra no Iraque, para envolvê-lo naquele massacre em defesa dos seus interesses de superpotência imperial. Fizeram concessões financeiras por todo lado para garantir a sua guerra. A máquina de guerra norte-americana destruiu toda a capacidade industrial do Iraque,

o que não estava previsto, inicialmente, no acordo das Organizações das Nações Unidas, colocando-o na Idade da Pedra. Esse é um outro capítulo do processo. Mas, e a outra guerra, a guerra que realmente vale, que interessa à Humanidade, a guerra contra a devastação ambiental, contra a miséria? É ou não mais importante do que a guerra pelo petróleo no Golfo?

A guerra por uma terra sadia é ou não a mãe de todas as guerras? Aqui é necessário colocar prioridade total, não na corrida armamentista.

As verbas do Pentágono aumentaram. Puro contra senso. O que é necessário para a Humanidade, em vez disso, e para evitar novas “Los Angeles”, é investir no meio ambiente, na qualidade da vida de milhões e milhões de seres humanos.

Denunciamos, na Rio-92, as pressões que, em nome do desenvolvimento, tentam manter a Amazônia mais isolada e mais pobre do que já é. Os Estados Unidos sabem muito bem, por exemplo, que a estrada que une o Brasil, através do Acre, ao Pacífico é necessário para se romper o isolamento de milhões de pessoas da nossa Região. Ela é necessária para se estabelecer o desenvolvimento, a integração política com os países vizinhos, o acesso ao mercado do Pacífico; é necessária para que se supere uma espécie de “bloqueio” comercial que existe e que opera contra a Amazônia. No entanto, o Presidente Bush pronunciou-se frontalmente contra a pavimentação da BR-364, quando da sua ida ao Japão para os funerais do Imperador Hiroito. A estrada está pronta, só tem que ser pavimentada. No entanto, razões nada ecológicas, interesses geopolíticos dos Estados Unidos, insistem em impedir que o nosso isolamento geográfico-comercial vá sendo rompido com a BR-364, o acesso ao Pacífico.

Esse é o outro lado do ecologismo declaratório. De um lado, não estão dispostos a sustar a emissão de poluentes, a devastação econômica e social que promovem contra nós, países pobres. Por outro, em nome do ecologismo, querem a pobreza e o isolamento amazônico “intocados”, querem que a Amazônia permaneça onde está, como se fosse um almoxarifado, uma “reserva” dos seus interesses imperiais. Decididamente, esse não é o ecologismo que interessa aos povos da floresta.

Com a borracha, a mesma coisa — promove-se a importação da borracha da Malásia, numa política que sai frontalmente contra a borracha amazônica.

Há pouco tempo, a importação da borracha da Malásia era uma complementação do que se produziu no País, para atender à indústria de pneumáticos e a outras indústrias de artefatos de borracha, mas atualmente não, numa política que se pode significar pura e simplesmente o aprofundamento da miséria dos seringueiros da Região Amazônica, o desemprego em massa. E o que é mais irônico: a destruição de uma atividade eminentemente preservacionista.

Onde está a preocupação ambientalista nisso tudo?

Além disso, joga os seringueiros, sem trabalho — um milhão de seringueiros — nos braços do narcotráfico que ronda a nossa região, pois, só para exemplificar, 600 mil hectares de coca são plantados na Amazônia peruana.

Isto é só para lembrar, porque, enquanto a Firestone, a Goodyear, a Pirelli, a Michelin, empresas multinacionais da indústria de pneumáticos, pertencentes, portanto, aos países ricos, que dizem defender a ecologia, não compram mais a borracha da Amazônia, colocando um milhão de seringueiros no desemprego, atividade mais conservacionista. Na práti-

ca, prevalecem os interesses de mercado; hoje, essas indústrias de pneumáticos estão importando a borracha da Malásia, totalmente para as suas necessidades, porque estão importando a borracha de seus próprios seringais.

Não ficamos somente aí. Sentimos a necessidade de uma Amazônia unida. Unida até para proteger-se, para desenvolver-se. Partimos da compreensão de que a Amazônia não é apenas um país. É toda uma região. Quando concebemos e fizemos realizar o Fórum Amazônico, prévio à Rio-92, a motivação básica do Parlamento Amazônico foi a integração, unidade de ação em defesa de interesses comuns e pelo desenvolvimento social e ambientalmente racional.

Entendemos que não temos saída, separados. Um exemplo é a criação da Unipam, pelo Parlamento Amazônico. A Universidade Panamazônica foi implantada com o objetivo de dar suporte e viabilidade científica aos projetos regionais locais de desenvolvimento auto-sustentável. Nossa universidade surge como um instrumento comum aos oito países da bacia, e que, pelo intercâmbio de pesquisas, cultura e de conhecimentos, busca fazer com que a vocação amazônica, as peculiaridades locais dos ecossistemas façam parte de todo o projeto importante para a região.

É importante observar que temos que desenvolver a pesquisa científica, porque, neste momento, a razão pela qual os Estados Unidos não assinaram o Acordo da Biodiversidade está bem no eixo disso: é que as grandes empresas transnacionais, hoje, são as que detêm o domínio da tecnologia da biodiversidade. Cerca de 200 bilhões de dólares são comercializados no mercado farmacológico mundial, onde 80% disso são de essências vegetais. Então, transferir tecnologia, transferir fundo para os países em vias de desenvolvimento, que são os que detêm as áreas das florestas tropicais, entra em confronto direto com as grandes empresas multinacionais que já detêm o controle dessa tecnologia e querem avançar detendo o seu monopólio. Essa é uma das pressões sobre o Sr. George Bush, pelas grandes empresas multinacionais, razão pela qual, até agora, ele não assinou o Acordo da Biodiversidade.

Portanto, temos que gerar ciência e tecnologia que sirva para o desenvolvimento da biodiversidade na Amazônia, que sirva de modelo para que, mediante acordos e convênios à base da cooperação científica com os países em vias de desenvolvimento, da África e da Ásia, possamos ser, da Amazônia e do Brasil, um ponto de apoio para o desenvolvimento do Terceiro Mundo.

Assim, a Unipam está encontrando eco e, em conjunto com o Parlamento Amazônico, com a Fundação Amazônia, foi uma das entidades que promoveu e contribuiu para que o Fórum Amazônico tivesse a qualidade que teve.

Sabemos que a Rio-92 não conseguiu superar a contradição entre os interesses do poder econômico e os interesses

ambientais e vitais da Humanidade, neste momento, mas acreditamos que se trata de uma luta muito maior. Não é por acaso que, logo em seguida à Rio-92 os Estados Unidos — atentem bem para esse ponto, Sr. Senadores —, por intermédio da Suprema Corte, adotam aquela decisão monstruosa que atenta contra a soberania de todos os países: autoproclama-se no direito de invadir qualquer país para seqüestrar quem eles quiserem institucionalizam o que fizeram no Panamá, em Granada e em tantos outros lugares.

Isso simplesmente mostra que o poder imperial não tem nada do liberalismo que pregam. E mostra que não vão ceder no meio ambiente aquilo que não cedem em outros campos, onde estão em jogo negócios muito mais decisivos para os interesses imperiais, sobretudo no caso dessa manifestação norte-americana.

De nossa parte, não é por isso que vamos nos deter. Entendemos, com relação à Amazônia, que ela tem tudo para dar certo. Sem copiar erros, sem copiar a devastação ambiental das metrópoles, vamos continuar lutando pela superação desse *status quo* desumano, em defesa do homem e dos povos, como o mais legítimo fundamento de qualquer projeto de desenvolvimento. Esse foi o elemento básico que inspirou a nossa participação na Rio-92, na organização do Fórum Amazônico, e que trazemos a esta Casa, com a certeza de que a economia mundial só tem um caminho histórico: o de ser definitivamente humanizada e harmonizada com a natureza.

Sr. Presidente, Sr. Senadores, gostaria de dizer que já anunciei ontem, mas sempre é bom registrar novamente, ao finalizar este pronunciamento, que levei ao conhecimento do grande arquiteto Oscar Niemeyer o projeto da necessidade da Universidade Panamazônica como centro gerador de ciência e tecnologia para desenvolver a pesquisa científica, sobretudo na área da biodiversidade.

No sábado passado, obtivemos a resposta em seu escritório, na Avenida Atlântica. Ali, o arquiteto Oscar Niemeyer, de fama nacional e internacional, disse-nos que irá oferecer gratuitamente o projeto da Universidade Panamazônica, que será construída em Manaus, para servir à causa do crescimento da pesquisa científica, dando acesso, aos países em desenvolvimento, à ciência e tecnologia, no sentido de desenvolver na área da biodiversidade e outras afins ao seu trabalho, para que possamos contribuir na luta pela elevação da qualidade da vida dos povos da região Amazônica e servirmos de exemplo e até podermos colaborar com os países em desenvolvimento, sejam da Ásia ou da África.

Era o que tinha a dizer, sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ALOÍZIO BEZERRA EM SEU DISCURSO:**



## **Fórum Amazônico**

# **MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO A QUESTÃO AMAZÔNICA**

---

**Documento/Contribuição  
do  
PARLAMENTO AMAZÔNICO  
à  
II CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE  
MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO  
através dos resultados dos debates do  
I FÓRUM AMAZÔNICO**

---

***ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT  
THE AMAZONIAN QUESTION  
INCLUDED AN ENGLISH ABSTRACT***

---

**MEDIO AMBIENTE Y DESARROLLO  
LA CUESTIÓN AMAZÓNICA  
CONTIENE UN RESUMEN EN CASTELLANO**

---

**Rio de Janeiro, 8 de Junho de 1992**

---

**Âpoio da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**



## I. INTRODUÇÃO

O Parlamento Amazônico, entidade internacional que reúne parlamentares dos oito países que integram a Região Amazônica, promoveu no Rio de Janeiro, de 26 a 29 de Maio de 1992, o I Fórum Amazônico, onde personalidades expressivas das comunidades acadêmicas, técnico-científicas, governamentais, sindicais e empresariais, discutiram em profundidade a questão do Desenvolvimento Sustentado da região, originando aqui este Documento/Contribuição à II Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Trata-se de um posicionamento objetivo que adquire relevância na medida em que considera a problemática e as possibilidades de solução para a macro-região como um todo. Na verdade, a Ecologia desconhece fronteiras. E as soluções para o Desenvolvimento Sustentado, acima de tudo, devem atender aos interesses das comunidades locais e nacionais.

Sob esta ótica, o I Fórum Amazônico buscou discutir precisamente os aspectos setoriais, trazendo um equilíbrio entre o elenco de possibilidades de solução dos problemas da região através do Planejamento Estratégico, da Tecnologia, da Pesquisa, do Conhecimento Científico e da necessária Viabilidade Política, tendo em muito colaborado para isso a própria característica parlamentar do organismo.

Foi ainda extremamente positivo para o processo como um todo, o envolvimento da Universidade Pan-Amazônica e da Fundação Amazônia Internacional que, juntamente com o Parlamento Amazônico, formam um sistema harmônico, ora em início de operações, e até por isso capaz de responder com agilidade às solicitações do estudo e da pesquisa na região, em total sintonia com organismos similares, como as quase duas centenas de instituições acadêmicas e de pesquisas, muitas delas com seu esforço coordenado pela Associação de Universidades da Amazônia.

A principal característica do I FORUM AMAZÔNICO foi, no entanto, o seu próprio objeto de estudo. O Espaço Amazônico, considerado como um todo, interessa à comunidade científica internacional, pois, "Pensar a Amazônia, é pensar o Planeta. Por outro lado, o apelo do ordenamento do planejamento da região, está presente em todas as demandas populares nos demais continentes.

Assim, este Documento/Contribuição do Parlamento Amazônico à II Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, é um aporte à ênfase crescente que a Região Amazônica vai adquirindo no decorrer dos debates. Uma contribuição ao equacionamento da problemática regional à última área do Planeta ainda intocada, graças ao esforço dos Países que integram o Pacto Amazônico.

A seguir, em todo seu conteúdo, eis os procedimentos de estratégia que objetivam a implantação de uma base consistente para o



**Desenvolvimento Sustentado segundo às conclusões a que se chegou através dos debates do I Fórum Amazônico.**

## **II. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO**

A Macro-Região Amazônica concentra, por um lado, a maior riqueza do Mundo em termos de Biodiversidade, de Recursos Naturais Hídricos e de Ecossistemas Intocáveis. Concentra uma necessidade de Desenvolvimento Social e Político que beira extremos inimagináveis. Extremos que vão desde a prostituição de menores em massa até a incidência de doenças carenciais e indigência social crônica.

São problemas superáveis. Quase todos eles vinculados à uma longa exploração colonial e a elites retrógradas que tradicionalmente colocam em último plano a questão social ou a prioridade ao mercado interno. O potencial para o Desenvolvimento Sustentado, vinculado à atividades produtivas preservacionistas, à geração de pleno emprego, é infinito. A semelhante exuberância natural e florestal corresponderia uma exuberante Civilização Amazônica. Não abusando do lugar comum: é uma região que tem tudo para dar certo.

Somos oito os Países da Bacia Amazônica, o equivalente ao tamanho de uma Europa inteira, incluindo a ex-União Soviética a oeste dos Urais. Reunidos em torno Parlamento Amazônico, são a Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guyana, Peru, Suriname e Venezuela. Estão todos unidos não apenas pela mesma floresta, por bacias hidrográficas comuns, não apenas articulados por uma realidade natural comum, mas sobretudo pelo mesmo desafio.

É o desafio do desenvolvimento, da luta por um modelo de desenvolvimento que armonize o ser humano com a natureza. Os povos da floresta com a floresta. Que inclua ao invés de excluir. Que supere, portanto, aquela contradição da miséria em meio a tanta riqueza natural.

Foi com este espírito de desafio, de integração, em busca de sintonia que o Parlamento Amazônico promoveu o I Fórum Amazônico, e agora, elabora este Documento/Contribuição.

Tudo isso estabelece uma lição muito clara que o Parlamento Amazônico tem tratado de avaliar e discutir permanentemente, e através do seu próprio exemplo. Ou seja: a Comunidade dos Países Amazônicos, respeitadas as suas prerrogativas nacionais, ou funciona como uma verdadeira comunidade, ou perece. Somos oito Países com óbvios interesses comuns. Com uma vocação material comum, convergentes. O que é necessário, é que saibamos transformar esta potencialidade em iniciativas, em propostas como a da Universidade Pan-Amazônica, e que não hajam limites à criatividade entre nós. Nenhum limite no campo da unidade dos povos e nações da Bacia Amazônica.

### III. ASPECTOS BIOLÓGICOS, BIODIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO

É consenso mundial que se encontra na Amazônia o maior estoque de flora e fauna do Planeta, o maior banco genético do Mundo. Ao mesmo tempo é do conhecimento público que medicamentos de última geração são produzidos pelas grandes corporações farmacêuticas a partir daquela Biodiversidade, daqueles Recursos Genéticos. O problema está em que a Comunidade dos Países Amazônicos não tem qualquer benefício com este processo, muito até pelo contrário.

Esta é uma questão de suma gravidade que foi atentamente examinada pelo I Fórum Amazônico. Nós temos a Biodiversidade, ocupamos dois quintos da área total da América do Sul, mas os países ricos, através do patenteamento da tecnologia que dominam, do poder econômico, eles terminam, em última instância, tendo controle total sobre nossos Recursos Genéticos.

A exuberância biológica da Amazônia gera constantemente divisas para o chamado Primeiro Mundo. Mas não para a Amazônia. Este é um ponto com o qual o Parlamento Amazônico não pode, definitivamente, estar de acordo.

Defendemos a cobrança de *royalties* sobre essa utilização das nossas riquezas naturais. A riqueza genética da Amazônia deve beneficiar a humanidade. Mas não às custas da nossa pobreza ou do bombeamento de divisas sempre para fora. São bilhões de dólares por ano. Se se fizer uma estimativa do que estamos perdendo em Biodiversidade, com certeza o montante vai alcançar cifras astronômicas e é perfeitamente possível calcular isso. E comparar, inclusive, com cifras como as da dívida externa. O que existe, no entanto, é uma resistência sistemática das corporações internacionais em partilhar com as Nações Amazônicas a utilização de riquezas que são originárias da própria Amazônia.

O I Fórum Amazônico recomenda um tratamento de igual para igual nessa questão. Não pode mais ser protelada ou deixada de lado uma questão como essa. A Amazônia tem funcionando como um banco genético de amplitude mundial, mas que termina sendo usufruído pelas multinacionais, exclusivamente numa via de mão única. Ao mesmo tempo em que nossa região afunda em escassez de todo tipo, a começar pelo doloroso quadro social.

A questão da Borracha Amazônica é outro exemplo nesse mesmo sentido. Sua produção vem sendo arrasada pela política mundial das grandes corporações, com consequências sociais muito negativas para a Comunidade das Nações Amazônicas.

A concepção da I Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em Estocolmo, definindo o Meio Ambiente como o somatório de fatores biológicos, físicos, químicos, sociais e morais que cercam o Homem, o Homem como modelador e modelado pelo Meio Ambiente, dele

dependendo, esta concepção enfim esteve presente também durante todo o I Fórum Amazônico. E especificamente em relação à Borracha, em tom de denúncia, foi recomendada a adoção pelos Países Amazônicos de um elenco de estratégias específicas. A Borracha Amazônica se acha com seus preços aviltados por procedimentos sistemáticos das multinacionais da indústria de pneumáticos e de artefatos de borracha. A nefasta e condenável realidade, apresenta tal situação em que os Governos Nacionais de Países Amazônicos estão emitindo livremente guias de isenção de tributos para importação de matéria prima estrangeira -- no caso do Brasil, o órgão responsável é o IBAMA. Pois bem, estas multinacionais, todas com fábricas instaladas e em funcionamento em Países Amazônicos, estão preterindo a Borracha Amazônica, de excelente qualidade, em prol de matéria prima da Malásia, onde a grande maioria dos seringais pertence às mesmas multinacionais. Conclusão: a atividade do seringueiro é a mais preservacionista de todas, os armazéns amazônicos estão abarrotados de matéria prima, mais de um milhão de seringueiros estão a beira do desemprego e, o que ainda mais grave, para a sua sobrevivência, poderão se tornar presa fácil como mão de obra barata para a indústria do narcotráfico.

Este é um quadro que foge completamente à idéia mais elementar de Ambientalismo, de Desenvolvimento Sustentável. Arrasar com uma atividade produtiva essencialmente preservacionista, joga milhares de famílias de seringueiros na marginalidade. O que tem isso a ver com Ecologia e Desenvolvimento?

#### IV. POVOS AMAZÔNICOS: QUESTÃO SOCIAL E ÁREAS PROTEGIDAS

A questão social é, em última instância, a que significa a marca mais profunda e mais humana de qualquer projeto de Desenvolvimento Regional. Todo Desenvolvimento tem que ser medido como desenvolvimento para quem? Como Desenvolvimento em função de quem? Se a condição ou a qualidade de vida dos Povos Amazônicos está sendo rebaixada, não dá para se falar em Desenvolvimento. Muito menos se as Comunidades Indígenas estão sendo exterminadas.

O verdadeiro Desenvolvimento Auto-Sustentável é o que se apoia nos Povos Amazônicos como a medida de tudo. É essa a concepção que mais pode unir as Nações Amazônicas. Fora disso caímos no exemplo da Borracha Amazônica, onde, em nome do mercado, do lucro dos monopólios mundiais privados, milhares de famílias são lançadas na miséria em meio a tanta riqueza.

O Parlamento Amazônico defende a proteção a todos os Povos da Região. E, por seu caráter de Assembléia Internacional da Amazônia, constitui, na verdade, um fórum privilegiadíssimo para tratar dessas questões. Seja para

normalizar e garantir a vida das Comunidades Indígenas em seus territórios, seja para assegurar que as Reservas e Estações Biológicas e Naturais funcionem como tais.

Dentro da preocupação ecológica, ambiental, essa noção de que o social é que dá sentido a todas as coisas é central. É ela que permite separar Ecologismo de Retórica. Não é aceitável uma retórica que em nome do verde, em nome da "Amazônia Santuário", termina isolando e afundando socialmente a região, mais do que ela já está. Podemos dar como exemplo dessa atitude incoerente, o Senador norte-americano James Schewer, que veio a esta II Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento gabar-se de ter conseguido brecar, junto ao Banco Mundial, a construção de uma rodovia na Amazônia. Trata-se de uma importante rodovia, que já estava construída e que só dependia de pavimentação para ser posta em funcionamento. Sua atitude é, na verdade, o mais puro contra-senso. Bloquear a referida rodovia equivale a manter dezenas de milhões de pessoas isoladas. E como se trata de uma região que depende visceralmente de comunicação, e cujo atraso e subdesenvolvimento tem a ver uma realidade oposta, fica evidente a contradição do "discurso ecológico" de setores como o que integra o referido político. Fala-se em nome do indigenismo, em nome do verde da Amazônia, e, na prática, só se tenta atrasar e impor uma camisa-de-força ao progresso da região.

## V. A SAÚDE PÚBLICA: UMA QUESTÃO INTERNACIONAL POR EXCELÊNCIA

O quadro sanitário da Amazônia é uma das expressões mais cruéis do subdesenvolvimento e da sangria que sofre a região. Doenças de massa como a malária, a hepatite, a cólera, os mais diversos tipos de verminose, a hanseníase e outras, quase todas elas superadas pela Medicina, atingem milhões de seres humanos, como se o conjunto da Amazônia estivesse envolto por um cinturão de enfermidades. Um cinturão que fere a sensibilidade de qualquer pessoa. Mas que, acima de tudo, cobra, de qualquer Abordagem Ecológica um vínculo estreito com a Questão Social.

Essas doenças de massa são um dos problemas mais comuns da região. Talvez seja esta a questão que mais intensamente exige uma unidade de ação, ação sanitária preventiva e assistencial. Exige programas e pesquisas comuns, e uma coordenação sanitária absoluta. Com tudo sendo pensado, planejado e implementado em função das peculiaridades da região. Porque não vai funcionar, como não tem funcionado, a pura e simples aplicação de programas elaborados para uma generalidade de regiões.

A Universidade Pan-Amazônica, ao articular o conhecimento, inclusive clínico, do conjunto da Amazônia, pode ter um papel fundamental no combate à situação tão grave. Não apenas articulando ações sanitárias, mas também proporcionando Políticas de Saúde Adequadas e Diferenciadas, conforme as particularidades de cada micro-região da Amazônia. E aí, inclusive, dando uma especial atenção à Saúde dos Povos Indígenas.

## VI. CULTURA E EDUCAÇÃO: COMPATIBILIZAÇÃO ENTRE PRESERVAR E INTEGRAR

Na medida em que a II Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento dedica grande parte dos seus esforços à Questão da Diversidade Étnico-Cultural do Planeta, o I Fórum Amazônico reputou esta questão como de grande importância.

As Áreas Amazônicas das oito nações participantes apresentam interessante e diversa manifestação cultural. Por outro lado, estão a demandar uma harmonização mínima dos contingentes autóctones com a média do padrão cultural e educacional das nações como um todo.

No que tange ao Desenvolvimento Sustentável, um fluxo constante de informação diferenciada por nível de sofisticação tecnológica das comunidades distribuídas pelo Espaço Amazônico é necessário. Em vista disso, o I Fórum Amazônico examinou as perspectivas de operação da Universidade Pan-Amazônica, obra do Parlamento Amazônico, que pretende contribuir de maneira decisiva para a viabilização do Desenvolvimento Sustentável, com técnicas de Educação à Distância.

Sobre esta questão da Educação à Distância, já existe em andamento um projeto conjunto da Universidade Pan-Amazônica com a Fundação Roquete Pinto, onde os principais veículos a serem utilizados são o Rádio e a Televisão, e objetivando-se, de início, melhorar o nível do ensino de primeiro e segundo graus.

Por outro lado, da mesma forma que a Universidade das Nações Unidas, sediada em Tóquio, responde à Diversidade Cultural e Tecnológica da Comunidade de Nações, a Universidade Pan-Amazônica responderá a essa Diversidade no contexto dos Países Amazônicos.

Trata-se ainda de um experimento de grande valia no sentido de adaptar a idéia vitoriosa da Universidade das Nações Unidas – orientada para o Terceiro Milênio – aos Países Amazônicos e, em última análise, ao chamado Terceiro Mundo.

Especificamente em relação a este item "Cultura e Educação", será de fundamental importância toda iniciativa, incentivo e participação que objetivem a implantação permanente em todas as metrópoles possíveis, de Representações Avançadas do Parlamento Amazônico e da Universidade Pan-Amazônica. É que a Questão Amazônica como um todo, ao nível do seu estudo, pesquisas e conhecimento, não deve se restringir ao universo do habitante da Região Amazônica. O Parlamento Amazônico entende que uma região tão importante no cenário mundial, deve tomar do máximo envolvimento possível pessoas interessadas de todas as partes.

## VII. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: UM LABORATÓRIO PARA O MUNDO

Um Projeto Amazônico de Desenvolvimento Sustentável pressupõe o conhecimento mais aprofundado possível das potencialidades nativas da região, e também de suas peculiaridades. É aí que a Pesquisa, as Experiências e as Observações Científicas ganham uma importância estratégica e concreta inigualáveis.

O competente conhecimento botânico, agrônomo, geológico, climatológico, zoológico, ecológico e científico — nestes dois últimos casos, em todos os sentidos — é premissa básica quando se quer Desenvolvimento com Preservação, Desenvolvimento com o Mínimo de Destruição da Natureza e o Máximo de Regeneração. Considerando-se que a Amazônia é o maior ecossistema ainda preservado da Terra, é fácil de imaginar, por outro lado, que ali praticamente se dispõe de um Colossal Laboratório a Céu Aberto. Um laboratório vivo, extremamente rico, não só pela incrível variedade biológica, e em termos de ecossistemas, como pelos recursos minerais e vegetais de grande importância econômica. Plantas próprias da região, como as medicinais ou a castanha-do-Pará, podem ser cultivadas de forma racional e plenamente incorporadas, respectivamente, na assistência médica ou na merenda escolar, com um potencial ilimitado.

É dentro desse quadro que a Ciência e a Tecnologia podem e devem tornar-se a Grande Linguagem da Integração Amazônica. Uma tecnologia desenvolvida a partir das condições da floresta, ou adaptada às condições amazônicas, esse é o nosso grande ideal. Moradias, escolas, unidades produtivas e serviços sanitários, tudo concebido em função das condições ambientais e de clima da região. E dentro da mais plena integração e coordenação de esforços entre as Nações Amazônicas.

## VIII. ESTRUTURA FÍSICA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO

O sistema de comunicação física apresenta grande facilidade e economicidade na Região Amazônica. Estas características serão imediatamente notadas quando se estabelecer a integração entre os sistemas hidroviário, ferroviário e rodoviário, apoiados pelas conexões aéreas. O fato é verdadeiro para os oito países integrantes do Parlamento Amazônico. Bem evidentes, suas potencialidades e economicidade das soluções se complementam.

Do ponto de vista do espaço como um todo, a Amazônia é adequada ao planejamento de uma via que faça uma conexão entre os dois oceanos, o Pacífico e o Atlântico, e no qual se localize produção ou acabamento de bens para a própria Região, ou para outros Países e Continentes.

A cooperação mais imediata para a organização da comunicação no Espaço Amazônico é entre o Brasil e o Peru, e o Brasil e a Venezuela, agilizando a interligação com o Pacífico, atualmente o mais importante oceano em trocas comerciais, o Atlântico, mais especificamente o Mar do Caribe, tradicional cenário de comércio internacional. No primeiro caso, uma via rodoviária passando por Rio Branco e Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre, e Pucallpa, no Peru; no segundo, outra rodovia ligando Manaus, no Estado do Amazonas, e Boa Vista, em Roraima, a Santa Helena, na Venezuela, e de lá se chegando ao Caribe.

## **IX. COMÉRCIO INTERNACIONAL E INTRA-REGIONAL**

A interligação física com o Atlântico, o Pacífico e o Caribe, aliada à implementação de um sistema de hidroelétricas de baixo impacto ambiental, ensejará uma circulação intra-regional de bens de efeitos muito positivos para a Comunidade Amazônica dos diversos países da região.

Cumprindo ainda notar que a complementabilidade econômica entre os países da região é muito significativa. Uma análise apurada poderá levar os Governos do Pacto Amazônico à acordos progressivos de integração econômica regional.

Contudo, é pela posição estratégica, aliada à riqueza e diversidade de recursos naturais que a atividade de produção deverá ter mais relevo no contexto do Comércio Internacional.

Por outro lado, a Mercadologia dos produtos da Região obtidos com padrões de Desenvolvimento Sustentável, os tornará bastante atraentes para um consumidor cada vez mais exigente de minimização dos impactos ambientais.

No contexto da Produção e da Comercialização com o Exterior, outra vez mais evidenciou-se a vantagem de uma abordagem internacional. As Regiões Amazônicas dos respectivos Países, por suas populações de baixa densidade, necessitam de melhor escala em suas economias. Esta solução é naturalmente obtida com a parceria na produção e na comercialização.

Por outro lado, é mais efetivo o controle dos impactos ambientais se critérios unificados são adotados pelos Países da Região, particularmente se envolvem uma gama muito variada de atividades, que vão da Minero-Metalurgia à Agricultura, passando pelo Processamento Biotecnológico e a Pecuária.

Neste sentido, entende-se como uma necessidade todos os estudos de viabilização do Mercado Comum Amazônico ou organismo similar.

## **X. CONCLUSÃO**

De todo ponto-de-vista, o I Fórum Amazônico reforçou a idéia de Comunidade dos Países Amazônicos e a necessidade de que Desenvolvimento seja considerado como um desafio a ser enfrentado unindo a preocupação econômica e social com a ecológica. E não o contrário. A idéia de "Amazônia Santuário Intocável", onde não se constrói uma estrada, um hospital, onde não se gera empregos, não pode servir de guia para uma região cuja marca social é a do subdesenvolvimento, da precariedade e da economia informal.

Ao contrário, o I Fórum Amazônico partiu da idéia de que economia rima com ecologia. E, necessariamente também, com soberania. Além disso, entendeu que é preciso medir o progresso pela dignidade que ele propicia. Pela capacidade dos projetos de desenvolvimento – e de integração regional – de desmarginalizarem as populações mais exploradas e incorporarem massas inteiras à cidadania.

No discurso das grandes corporações internacionais, ecologismo costuma encobrir estratégias econômicas – e de lucro – que não têm nada a ver com a elevação da qualidade de vida dos Povos Amazônicos. Menos ainda com a garantia de que as riquezas da Bacia Amazônica sejam veículo para o Desenvolvimento Sustentado da própria bacia.

É fundamental, para que as idéias aqui colocadas, através deste Documento/Contribuição, possam se transformar em realidade, que haja uma aproximação cada vez maior entre os Países que formam a Região Amazônica. E que entidades como o Parlamento Amazônico, a Universidade Pan-Amazônica ou a Fundação Amazônia Internacional possam desenvolver cada vez mais sua atuação, firmando a condição de promotoras por excelência dessa aproximação, efetivando intercâmbios de toda ordem.

A partir dessas reflexões e dos resultados altamente significativos dos debates realizados, é que o I Fórum Amazônico, esforço conjugado do Parlamento Amazônico, da Universidade Pan-Amazônica e da Fundação Amazônia Internacional, com apoio fundamental da Caixa Econômica Federal, pode ser considerado como tendo atingido todos os objetivos pretendidos, sobretudo nas reflexões e nas propostas para os problemas do desenvolvimento comum e integrado dos Países da Comunidade Amazônica.

Enfim, pensar Meio Ambiente é pensar Amazônia. E é necessário pensar a Amazônia como um Desafio e certamente como a Grande Esperança em termos de se construir para a Humanidade, um Modelo e uma Referência em termos de Desenvolvimento Sustentável e Socialmente Justo.



## **PARLAMENTO AMAZÔNICO**

---

### *Presidente*

**Deputado JOSE CUIEL RODRIGUES**  
**(Venezuela)**

### *Vice-Presidentes*

**Senador ALUÍZIO BEZERRA (Brasil)**

**Senador HANS DELLIN SALAZAR (Bolívia)**

**Deputado TITO EDMUNDO RUEDA (Colômbia)**

**Deputado FLAVIO TORRES JEFFREY THOMAS (Guyana)**

**Deputado LUCIO ABENSUR (Peru)**

**Deputado OTOMAR RODGERS (Suriname)**

**Deputado HUMBERTO D'ASCOLI (Venezuela)**

### *Secretário Geral*

**Deputado JUVENCIO PULGAR (Venezuela)**

### *Secretário Executivo*

**Dr. ALEJANDRO MARTINEZ UBIEDA (Venezuela)**

## **I FÓRUM AMAZÔNICO**

---

### *Presidente*

**Senador ALUÍZIO BEZERRA (Brasil)**

### *Diretor Executivo*

**Professor ARLÉRICO JÁCOME (Brasil)**

### *Moderador de Debates*

**Engenheiro RONALDO GOYTACAZ CAVALHEIRO (Brasil)**

### *Consultor Acadêmico-Científico*

**Professor LUIZ ROCHA NETO (Brasil)**

---

### **REPRESENTAÇÃO/RIO DE JANEIRO**

**Avenida Marechal Floriano, 196, Anexo do Palácio do Itamaraty, Segundo Andar, CEP 20080, Centro**

**Telefones: (021) 516.2483 e 253.8461 Fax (021) 263.9174 Telex (21) 21789**

**Rio de Janeiro - RJ - Brasil**

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao Senador Ney Maranhão, que falará como Líder do PRN.

**O SR. NEY MARANHÃO** (PRN — PE. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Brasil assistiu, na noite da última terça-feira, dia 30 de junho próximo passado, a um momento muito importante da política nacional, quando o Presidente Fernando Collor, num pronunciamento à Nação, defendeu sua pessoa e seu cargo das insídias que estavam fazendo cair sobre Sua Excelência.

Não vem ao caso comentar o pronunciamento do Senhor Presidente da República. As opiniões dos políticos foram as mais diversas. Mas o que é importante frisar neste instante, Sr. Presidente, é a repercussão e a aprovação que a palavra presidencial conseguiu junto ao povo brasileiro.

Antes de examiná-las é bom chamar a atenção do País para o comportamento do Partido dos inconformados e de seus seguidores. O Partido aqueles que não aceitaram, até o momento, o Presidente Fernando Collor como vencedor. Não o aceitando como vencedor, querem dele fazer um mito. E, como mito, deve ser destruído.

Essa inconformação pelo Collor vencedor está no dia-a-dia dos seguidores do Partido dos inconformados. Desde o início do Governo Collor falam de **impeachment**.

Há erros neste Governo, Sr. Presidente? Há e muitos, talvez. Mas quando os erros são apontados, este Governo tenta consertá-lo pela apuração. Nunca se viu neste País a apuração de crimes do colarinho branco, mas este Governo apura e leva tais criminosos para o banco dos réus, como agora está acontecendo no Rio de Janeiro com os corruptos e corruptores do INSS. Hoje, no Congresso Nacional, há computadores que permitem aos Congressistas saber onde está sendo, ou se está sendo, empregado o dinheiro da arrecadação dos impostos. Antes deste Governo, nada disso existia e sobraram para a Nação e para o povo as corrupções da Coroa/Brastel e do Grupo Delfin, além dos escândalos de Nagi Nahas na Bolsa de Valores. Hoje, não. Há uma ratoeira preparada para pegar as ratazanas do dinheiro público pelos beigos.

É leviandade dizer, Sr. Presidente, que este Governo não tem o apoio das bases. Nesta semana ainda, o Presidente do Sindicato das Micro e Pequenas Empresas, acompanhado de mais de quinhentas companhias, representando os dois milhões e quinhentos mil empresários dessas empresas, foi ao palácio do Planalto hipotecar total solidariedade ao Senhor Presidente da República. Em seu discurso, simples e objetivo, o Presidente desse Sindicato foi enfático ao dizer: "A nossa presença aqui tem como principal objetivo demonstrar... que o Brasil é muito maior... que as crises". Disse que a crise é grave porque "os valores democráticos se vêem atacados por motivações pessoais, rancores e vaidades". "A crise é grave" — continua o Presidente do Sindicato — "porque os monopólios, oligopólios e cartéis aproveitam do momento para tentar recuperar o espaço recentemente perdido". As pequenas empresas se sentem ameaçadas porque nunca tiveram os benefícios do Governo Federal. "somente agora — continuou o empresário —, na administração de Vossa Excelência, pela primeira vez na história, um Presidente da República, em oito meses, recebeu por quatro vezes a Liderança dos empresários das micro e pequenas empresas". E lhes concedeu alguns pleitos específicos, como linha de financiamento,

revogação da proibição das micros importarem diretamente e outros benefícios existentes, além de outros que estão por vir, como o Substitutivo ao art. 179 da Constituição, do incansável defensor das micros e pequenas empresas, o nobre Senador Mansueto de Lavor.

"Os arautos dos golpes — prosseguiu o empresário —, dos choques e dos pacotes econômicos estão aí, atuantes. Conte conosco para combater esses personagens, que representam o passado, que tantos prejuízos provocaram à Nação".

Essa solidariedade das pequenas empresas ao Presidente da República é de suma importância porque elas são mais de 150 mil, representam 2 milhões e 500 mil empresários e são elas as maiores responsáveis pelo número de empregos no País.

Não só, Sr. Presidente, os pequenos empresários estão solidários com o Presidente da República. O povo, os descamisados, estão apoiando o Presidente da República. Após seu pronunciamento à Nação, na última terça-feira, o Ibope aferiu a opinião de brasileiros em 114 municípios e 21 capitais. Setenta por cento de nossos patrícios aprovaram o pronunciamento do Presidente. Sessenta e sete por cento disseram que o Presidente Collor deve permanecer no cargo. Trinta e seis por cento continuam a confiar no Presidente. E trinta e cinco por cento sustentam que a confiança no Presidente Collor aumentou com o pronunciamento.

Não faltou também, Sr. Presidente, a solidariedade dos Governadores ao mais alto magistrado da Nação.

O Governador Antônio Carlos Magalhães disse que o pronunciamento do Presidente foi "convicente". O PFL ficou ao lado do Presidente, e, com seu comportamento, evitou a tese ridícula do **impeachment**.

O Governador Hélio Garcia solidarizou-se com Collor e sempre lhe deu apoio irrestrito.

O Governador de Santa Catarina, Vitor Kleinubing, foi enfático quando disse: "Presidente, fique firme porque foi o povo que o colocou aqui".

Mas quem deu as cores das cartas em jogo foi o Governador Leonel Brizola: "É golpismo a atitude daqueles que exigem a renúncia do Presidente ou o seu **impeachment**, antes que a CPI ofereça uma conclusão. Já se nota, continuou o Governador do Rio, uma certa conspiração no País de grupos e políticos que pedem a renúncia ou o impedimento, sem o julgamento sereno de todas as denúncias."

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. NEY MARANHÃO** — Concedo o aparte ao nobre Senador Jutahy Magalhães, com prazer.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Mais uma vez, tenho que me render ao espírito de V. Exª, de lealdade ao Governo atual. V. Exª nunca deixou de defender o Governo do Senhor Fernando Collor de Mello. Mais uma vez, V. Exª vem a essa tribuna. Discordo inteiramente do pronunciamento de V. Exª, porque não vi no pronunciamento do Presidente Fernando Collor nenhum desmentido de valor real aquilo que tinha sido denunciado pela revista IstoÉ, e ontem nós tivemos a comprovação, no depoimento feito pelo motorista da Secretária Ana Acioli. Isso é de fácil comprovação. Os fatos foram apontados e as comprovações terão que ser feitas. Nós teremos isso em poucos dias. Só o fato do depoimento já jogou por terra o efeito da palavra do Presidente. É um ótimo comunicador. Mas, infelizmente, não trouxe os documentos que todos nós esperávamos que Sua Excelência trouxesse. Aliás, errei quando disse que esperava, porque eu não esperava, mas

gostaria que Sua Excelência trouxesse. No entanto, o que foi que o Presidente apresentou? Que, o Sr. Cláudio Vieira faz os depósitos. O motorista disse que nunca levou depósito de Cláudio Vieira. Está tudo sendo comprovado a cada minuto e a cada instante, desfazendo tudo que foi dito pelo Presidente, quanto à repercussão que V. Exª fala de alguns Governadores, fico calado em alguns casos, mas não no do Governador da Bahia. Estranho é como V. Exª escutou mal. O que foi que S. Exª disse? Ele disse: "Estou combatendo os moralistas de ocasião, oportunistas, porque só quem tem o direito de falar em moralidade sou eu, que fui o primeiro a atacar", etc. "Quem destituiu os Ministros fui eu! Quem fez o Presidente destituir Ministros fui eu", disse o Governador Antônio Carlos Magalhães! Agora, pergunto: o Presidente obedece às determinações dele? Considerei, assim como vários colegas nossos, que aquele foi o depoimento mais perverso que houve contra o Presidente Collor. E V. Exª está elogiando o seu depoimento! Veja V. Exª como se ouve mal as coisas, como se entende de maneira completamente diversa. Considerei o fato uma deslealdade por parte do Governador. Mas isso é normal! Quem conhece o Governador da Bahia sabe que isso é normal da parte dele! Ainda ontem, eu disse ao Senador Hugo Napoleão que se eu estivesse presente quando do pronunciamento do seu aparte, este teria sido desconsiderado, em razão do elogio, porque, se a reserva moral do País for essa, vou rezar para que os suplentes não se machuquem, porque, entrando essa "reserva" em campo, o Brasil estará perdido! Ouça V. Exª uma frase que escutei hoje e gostei. É uma frase provocativa, mas achei interessante! O pronunciamento de V. Exª, elogiando o Presidente Fernando Collor foi o de "novo Dia do Fico". Teria dito o Presidente: "Se é para o bem do PFL e infelicidade geral da Nação, diga ao povo que fico". Esta é a realidade, a infelicidade geral da Nação, o Presidente declarando que ficará até o final do seu mandato. Mas a Nação não aguenta mais dois anos e meio de um Governo desse tipo, que perdeu a credibilidade. Os fatos que estão sendo apurados e comprovados mostram que este Governo não inspira mais nenhuma confiabilidade à Nação. Portanto, digo a V. Exª que essa pesquisa do Ibope não "entrou na minha cabeça". No entanto, V. Exª merece elogios, porque, mais uma vez, comprova o que todos reconhecemos: sua lealdade e o seu compromisso para com o Presidente da República.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Senador Jutahy Magalhães, V. Exª sabe a admiração que tenho por V. Exª, pela posição que assume em relação aos seus pontos de vista. Todos nós o respeitamos, principalmente eu, que o conheço, que sei da luta que sempre travou em defesa dos altos interesses de sua Bahia. Reconheço que V. Exª defende, com coerência, seus pontos de vista.

Permita-me, em primeiro lugar, agradecer a V. Exª o reconhecimento de que defendo o Presidente da República. Defenderei, Senador Jutahy Magalhães, até o dia em que eu estiver convencido de que o Presidente da República não está envolvido com essas denúncias veiculadas pela imprensa. Nesse dia, antes de vir aqui, irei falar com Sua Excelência e farei o meu pronunciamento.

Mas tenho certeza, até hoje, pode ser que amanhã eu mude o meu ponto de vista, mas até hoje eu confio na integridade, na luta que este Presidente está tendo, pois como eu disse aqui, através desse pronunciamento, que Sua Excelência errou muito, tem muitas pessoas que Sua Excelência esperava que fossem seus amigos e não o foram, mas sim amigos da

onça, como se diz lá no Nordeste. E o que mais me impressiona, Senador Jutahy Magalhães, é que essas pessoas, quando comprovadas participantes de corrupção, o Governo manda apurar devidamente os fatos, abrindo inquérito. Esse problema, por exemplo, Senador, como V. Exª acaba de citar, está perto de uma solução, porque o Brasil não vai aguentar mais. Os exploradores, Senador Jutahy Magalhães, dessa situação que estamos hoje vivendo, tenho certeza que ganharam rios de dinheiro.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Mas V. Exª...

**O SR. NEY MARANHÃO** — Deixa-me completar meu raciocínio e logo em seguida darei o aparte a V. Exª. Acredito que todos nós desejamos que tudo isso seja esclarecido. Mas V. Exª vai ver, não é partindo de V. Exª nem da maioria da Oposição, porque aqui neste plenário, no Congresso e na Câmara dos Deputados existe uma oposição construtiva, responsável. Mas existem aqueles que não vêm por este lado, Senador, por isso é que estamos preocupados, porque a esses a imprensa dá uma prioridade muito importante nas manchetes dos jornais.

Mas este povo silencioso, V. Exª há de reconhecer, pode até mudar de ponto de vista. Mas essa pesquisa, depois de vivermos praticamente um mês numa situação de incerteza, numa situação onde tentam, por todos os meios, desmoralizar o Primeiro Mandatário da Nação, essa maioria silenciosa responde com 67%, dizendo o quê, Senador? Que o Presidente foi eleito e tem que permanecer no cargo. Isso é a maioria silenciosa. Tenho certeza que V. Exª, como Senador de Oposição, um Senador que quer ver o vem deste País, um Senador que quer ver, acima de tudo, as coisas todas explicadas e investigadas, V. Exª deseja que o Presidente se saia bem. Tenho certeza que V. Exª deseja.

Quanto ao Governador Antônio Carlos Magalhães, V. Exª sabe que o que estou falando aqui é apenas de um setor que declarou o seu apoio ao Presidente. Com essa declaração que V. Exª acaba de citar, que o Governador nomeou Ministro ou tirou Ministro ou vai tirar Ministro, eu não concordo. Se há essas declarações do Governador, não concordo.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Isso foi dito de público; isso foi dito no *Jornal Nacional*, não estou inventando.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Porque o Presidente da República, Senador, é Fernando Collor de Mello, e Sua Excelência não abre mão da sua autoridade. Agora, muitas vezes, Senador, V. Exª diz uma coisa aqui e a imprensa às vezes deturpa. Vamos conferir se o Governador da Bahia realmente deu essas declarações dentro da linha que a imprensa acaba de falar.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Isso não estou dizendo por ouvir falar, não. Eu ouvi, como muitos ouviram, no *Jornal Nacional*, logo após a fala do Presidente, falando diretamente da Bahia, do Gabinete do Palácio.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Mas ele dando a declaração?

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Ele declarou que foi em razão das denúncias dele, na luta pela moralidade, que é dele, que o Presidente teria demitido aqueles Ministros do seu primeiro Governo; e a responsabilidade da demissão era dele, Governador da Bahia, não era do Presidente, não.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Ele pode ter colaborado, mas eu discordo.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Isso aí eu tenho gravado, se V. Ex<sup>a</sup> quiser, posso passar a fita. A fita está na moda, agora está se passando fita aí todo dia. Isso não foi declaração de campanha, foi declaração do *Jornal Nacional* agora. Outra coisa que quero dizer a V. Ex<sup>a</sup>: o problema não é o Governador da Bahia. V. Ex<sup>a</sup>, eu, qualquer Senador, qualquer pessoa que quisesse comprovar que as despesas eram pagas por si pegaria o extrato de suas contas e mostraria que aquele dinheiro era repassado para a conta de fulano de tal, mas do seu dinheiro. Isso não foi feito, por quê? É difícil? Não é. É fácil fazer isso. Agora, então vem e diz: "Não, quem faz é o Sr. Cláudio Vieira". Está bem, foi o Sr. Cláudio Vieira, onde estão os comprovantes da transferência do Cláudio Vieira para a conta da Dona Ana Acioli? Onde está o comprovante do Sr. Fernando Collor para o Sr. Cláudio Vieira para ele fazer essas transferências? Isso é fácil de conseguir. V. Ex<sup>a</sup> teria todo o interesse de fazer publicar isso de imediato, e não uma carta de D. Ana Acioli ou Maria Gomes. Não seria essa carta que iria desmentir os fatos que estão sendo denunciados a cada instante, porque aquele depoimento de ontem, do motorista, foi feito com muita objetividade.

**O SR. NEY MARANHÃO** — E muito desprendimento.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Eu não sei se é desprendimento ou não, porque eu creio, eu acredito quando ele afirma que não recebeu dinheiro de ninguém.

**O SR. NEY MARANHÃO** — eu acredito também.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Mas se houvesse recebido desqualificaria os fatos que ele está apontando? Não desqualificaria em nada. Temos o caso daquela moça da campanha que, antigamente, era ligada ao ex-Deputado Luiz Inácio Lula da Silva que, até hoje, está sendo financiada por alguém. O fato que ela apontou foi desqualificado por isso? Veja V. Ex<sup>a</sup> que é muito fácil quando se tem condições de comprovar aquilo que se diz. E, até agora, o Presidente não desmentiu em nada o que foi dito, porque não apresentou um documento válido. Pelo contrário, aquelas cartas apresentadas no depoimento de quinta-feira foram, de logo, desmentidas com o depoimento do motorista.

**O SR. NEY MARANHÃO** — O depoimento do motorista, Senador, não acrescentou nada...

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Não acrescentou nada?

**O SR. NEY MARANHÃO** — ... ele manteve o que falou na IstoÉ, e o Presidente desmentiu. V. Ex<sup>a</sup> vai ter paciência...

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Ele desmentiu com o quê? Com aquela carta da Ana Acioli?

**O SR. NEY MARANHÃO** — Peço que V. Ex<sup>a</sup> tenha paciência que isso vai ser devidamente esclarecido.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — V. Ex<sup>a</sup> considera que aquela carta de Ana Acioli desmente os fatos?

**O SR. NEY MARANHÃO** — Senador, não estou falando sob esse enfoque.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Mas foi ela que apresentou...

**O SR. NEY MARANHÃO** — Se, por acaso, a Secretária Ana Acioli for culpada, nobre Senador Jutahy Magalhães,...

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Ana Acioli ou Maria Gomes...

**O SR. NEY MARANHÃO** — .. ela vai ser, dentro da lógica que todos sabemos, punida.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Ela vai ser punida, o PC vai ser punido, Maria Gomes vai ser punida, Cláudio Vieira vai ser punido, todos serão punidos. O Presidente, sai tranqüilo, sem nenhum problema.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Senador Jutahy Magalhães, creio que devemos ter um pouco de cautela, de paciência, que a verdade vai aflorar. Disso eu tenho certeza. É preciso ver que a maioria silenciosa está acompanhando os fatos, passo a passo, e já deu o seu primeiro recado através do Ibope, mostrando...

**Jutahy Magalhães** — Estou acompanhando a pesquisa da DataFolha, e acredito que V. S<sup>a</sup> também...

**O SR. NEY MARANHÃO** — Não. Li a pesquisa do Ibope, pois acredito tratar-se de uma pesquisa...

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Ah, sim, (risos)! Considero também o Ibope uma coisa séria. Há certos tipos de perguntas que quem é técnico, inclusive, sabe fazer melhor do que ninguém.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Claro.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Há erros, também, no Ibope, Senador. Na sucessão passada, na Bahia, a pesquisa do Ibope dizia que o Governador ia ganhar por um milhão e meio de votos na frente. Durante quatro meses repetiu isso, semanalmente. Ganhou por quarenta mil, porque o Ibope, publicando essa estatística, provocou a ida de muitos Prefeitos para o outro lado. Protanto, nessas estatísticas, às vezes, ocorrem equívocos.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Correto.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Observe, nobre Senador, quantos erros, quantas inverdades, foram impostos ao desavisado leitor que leu a pesquisa do Ibope; eu li a *DataFolha*, que publicou um resultado que é completamente o inverso do publicado pelo Ibope.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Senador Jutahy Magalhães, acho que todos nós esperamos, todos nós torcemos para esse problema que está afligindo a Nação brasileira tenha um fim, e rápido. Isso é o que nós desejamos.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Não culpe por favor, a Oposição. Quem trouxe o problema não foi a Oposição, mas o Sr. Pedro Collor, o Sr. Renan Calheiros, o ex-Presidente da Petrobrás, e, até, o motorista da secretária do Presidente. Todos eles participaram do Governo e foram escolhidos pelo Presidente Collor.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Senador, eu não estou culpando, de maneira alguma, a oposição. A oposição é construtiva, responsável, está ajudando a esclarecer as coisas, como V. Ex<sup>a</sup> e outros Srs. Senadores. Enfim, todos os presentes. Agora não aceito, Senador, é a oposição daqueles que nunca aceitaram a vitória do Presidente. E V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem quem são esses opositores que não aceitam nenhuma decisão do Presidente.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup> e tenho a certeza de que todos nós desejamos que isso passe logo, para que a Nação continue o seu destino que é o desenvolvimento e a tranqüilidade da família brasileira.

**O Sr. Divaldo Suruagy** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador Ney Maranhão?

**O SR. NEY MARANHÃO** — Ouço o Senador Divaldo Suruagy.

**O Sr. Divaldo Suruagy** — Senador Ney Maranhão, V. Ex<sup>a</sup>, ao longo de sua vida pública, tem-se caracterizado pela firmeza de suas atitudes quando abraça uma causa.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Divaldo Suruagy** — Muitas vezes essa causa pode ser, sob o ângulo de outros, não a mais acertada, mas V. Ex<sup>a</sup> jamais foge de uma causa abraçada, com a coragem, com a pertinácia e com a obstinação que são traços típicos de sua personalidade. V. Ex<sup>a</sup>, ao analisar o quadro político do momento, tece comentários a respeito daquilo que rotula como uma perseguição obstinada à figura do Presidente, como se Sua Excelência fosse grande vítima de um complô, como se o Presidente estivesse sendo, assim, a grande vítima de uma incompreensão coletiva. O Senador Jutahy Magalhães colocou, com uma propriedade, na minha opinião, a mais feliz possível, que toda essa denúncia foi formulada por alguém que tem uma autoridade imensa para formulá-la, que é o irmão do Presidente. Foi o irmão do Presidente que estremeceu a Nação, que surpreendeu a Nação com denúncias dessa natureza. Depois, foram os auxiliares mais vinculados ao Presidente — aí eu posso dar uma informação precisa a V. Ex<sup>a</sup> O Dr. Cláudio Vieira, e eu disse isso na CPI ao apartear-lo, é uma pessoa de uma dedicação, de uma lealdade ao Presidente ímpar. Quero fazer justiça ao Dr. Cláudio Vieira: ele não é um amigo do Presidente, ele é amigo do cidadão Fernando Collor de Mello. Este rapaz é um pequeno funcionário da Prefeitura de Maceió, depois do Estado como Professor, em apenas dois ou três anos, passa a ter um patrimônio imenso. Ele se coloca como um advogado caro, estou fazendo um levantamento das causas em que ele atuou em Alagoas, para poder justificar esse imenso patrimônio que foi formado. Então, quero dar outro depoimento sobre uma criatura humana maravilhosa, que é a Senhora Ana Acioli. Se essa senhora for vítima de algum ato de hostilidade, é uma das maiores injustiças que se pode fazer. Ana Acioli, essa senhora, há 16 ou 18 anos, se dedica à família do Sr. Fernando Collor de Mello. Ele não tem a menor responsabilidade nesses desastres, apenas, recebeu ordens e as cumpriu. Em Alagoas todos têm conhecimento disso. Alagoas, como V. Ex<sup>a</sup> bem sabe, é um Estado pequeno, todos se conhecem e sabem das virtudes e defeitos de todos. Essa Senhora é uma pessoa da melhor qualidade. De uma dedicação à família Collor de Mello sem precedentes. Quando leio nos jornais que o Presidente vai abrir um inquérito para punir esta senhora, Senador Ney Maranhão, confesso que tremo nas bases. Porque, conheço que esta senhora tem tido para com essa família, principalmente com o Presidente da República, é de estarrecer, sinceramente. Portanto, não vamos querer culpar essa senhora. Não vamos querer transferir a responsabilidade para os pequenos auxiliares. Não vamos querer poupar a figura maior, que emprestou tanto poder para que pessoas tivessem influências enormes nos maiores estabelecimentos de crédito desta Nação, nas maiores empresas do País.

Não vamos querer transferir para Cláudio Vieira, para Ana Acioli, que são pessoas que só estão pagando um preço pela lealdade, pela dedicação, pela estima que têm à figura do Presidente da República. Há dezoito anos esse pessoal presta serviços a essa família. É o maior absurdo, Senador Ney Maranhão! E conhecendo, como conheço, o sentimento de justiça de V. Ex<sup>a</sup>, sabendo, como eu sei, que V. Ex<sup>a</sup> sempre se bateu pelos mais fracos, que V. Ex<sup>a</sup> tem coragem cívica e pessoal, tenho certeza de que chegará à mesma conclusão

a que cheguei. Eu conheço Alagoas como a palma da minha mão! É um absurdo querer envolver essa menina — ela que está numa situação de saúde dramática, internada no Incor, em São Paulo — pondo em risco até a sua vida. Talvez ela nem saiba o que está acontecendo. Quando ela tomar conhecimento — e eu acho que a família deve estar privando-a da dramaticidade do quadro em que está sendo envolvida; ela não deve estar tendo acesso a jornais, não deve estar vendo pela televisão, não deve estar ouvindo pelo rádio — que estão querendo inculpá-la! Senador Ney Maranhão, esse é o maior crime, a maior injustiça que se pode fazer! O Presidente não tem condições de abusar da amizade e da confiança de Ana Acioli. Quero dar esse testemunho como uma pessoa que conhece esses quadros de Alagoas; todos eles eu conheço como a palma da minha mão. Quero dar esse testemunho a V. Ex<sup>a</sup>: essa menina é inocente; essa menina é mais uma vítima do Governo Collor.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Senador Divaldo Suruagy, V. Ex<sup>a</sup> sabe que a admiração, o respeito, é recíproco. V. Ex<sup>a</sup> é um homem que governou o seu Estado já por duas vezes e vai governar a terceira vez. Independentemente de cor partidária, terei o prazer de, mesmo V. Ex<sup>a</sup> não me convidando, subir no seu palanque e dizer quem é Divaldo Suruagy.

**O Sr. Divaldo Suruagy** — Será uma honra para mim ter V. Ex<sup>a</sup> ao meu lado.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Aliás, Alagoas toda o conhece. Respeito o ponto de vista, o depoimento de V. Ex<sup>a</sup> Mas quero me reservar ao direito de, como primeiro Senador que apoiou o Presidente Fernando Collor de Mello, confiar em Sua Excelência. Não me arrependo um segundo disso. Porém, reservo-me o direito de, no dia em que sentir que essa confiança não é sólida — conforme disse ao Senador Jutahy Magalhães — ir até Sua Excelência e lhe dizer na cara o que penso e, depois, vir a esta tribuna. Enquanto isso, defendo o Presidente, porque, a meu ver, estou defendendo o País, estou defendendo trinta e cinco milhões de brasileiros que votaram nesse homem para Presidente do Brasil. Penso que Fernando Collor se sairá bem de toda essa engrenagem, desse cipoal onde alguns de boa-fé, outro de má-fé o colocaram. Essa situação está beneficiando os exploradores e prejudicando extremamente este País. Queira Deus que acabemos logo com isso, para a tranquilidade da Nação brasileira e a de todos nós. Agradeço o seu aparte.

Sr. Presidente, neste momento é preciso que todos se unam ao derredor da pessoa do Presidente, prestando-lhe irrestrito apoio, pois esta crise artificialmente montada aproveitam-na os aproveitadores de notícias falsas e os especuladores das Bolsas. Esses já ganharam demais com a instabilidade do País. Vamos pensar hoje e sempre no Brasil, que ao partido dos inconformados e seus sequazes à opinião pública e a maioria silenciosa, como muito bem registrou o Ibope, já deram seu recado: estão com o Presidente. Deixemos o Presidente em paz para que trabalhe muito e eficazmente pelo nosso País.

**O Sr. Aureo Mello** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. NEY MARANHÃO** — Com muito prazer, nobre Senador Aureo Mello.

**O Sr. Aureo Mello** — Senador Ney Maranhão, essa maioria silenciosa à qual V. Ex<sup>a</sup> se refere é que foi pesquisada e assinalada pelo Ibope, foi detectada depois das declarações do motorista. A cifra ou a quantidade de pessoas que foi

assinada pelo DataFolha foi mensurada antes das declarações do motorista. A pesquisa do Ibope é de hoje, é uma pesquisa atualizada; ela foi assinada depois das declarações do motorista e revela, portanto, que eles são estão levando a sério esse homem de caráter dubio, que somente dois anos depois, muito tempo depois é que vem com essas acusações e essas assacádilhas que, na minha opinião, não estabelecem a verdade. Um motorista, na sua nobre profissão, tem por peculiaridade ser discreto, guardar segredo e ser sóbrio. Mesmo que houvesse qualquer coisa que pudesse significar uma incriminação, a obrigação dele, então, seria imediatamente denunciar e não fazê-lo muito tempo depois. O motorista é quase como um padre confessor. Quantos homens, quantos cidadãos ficam à mercê da discrição de um motorista quando vão ter seus encontros amorosos em lugares secretos! Imaginem se o motorista saísse dali e fosse contar para a mulher do sujeito onde ele estava àquela hora! Então, o motorista tem um pouco de padre confessor. E essa averiguação do Ibope foi uma averiguação recente, e não anterior, como é a do DataFolha que ocorreu quando o motorista ainda não tinha se manifestado. Era só isso que eu tinha a dizer.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Senador Aureo Mello, quero agradecer o aparte de V. Exª e complementá-lo. Esse motorista é muito desprendido. Pediu demissão de um empregueiro em que mordida 1 milhão e quatrocentos mil cruzeiros, um apartamentozinho de graça, e ainda não teve nem tempo de buscar o Fundo de Garantia, e outras coisas a que tinha direito na área trabalhista. É um rapaz muito desprendido.

**O Sr. Aureo Mello** — Pelo jeito ele não está nem preocupado com isso.

**O SR. NEY MARANHÃO** — É muito desprendido. Saúdo esse motorista. Concorro com V. Exª

**O Sr. Marco Maciel** — Senador Ney Maranhão, permitte-me V. Exª um aparte.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Com muito prazer, nobre Senador Marco Maciel.

**O Sr. Marco Maciel** — Gostaria de iniciar o meu aparte, nobre Senador Ney Maranhão, cumprimentando V. Exª por, neste instante, trazer uma palavra sobre fatos que a sociedade está agora a discutir. E V. Exª trás uma contribuição, extremamente afirmativa, tentando, como eu acho que se impõe neste momento, situar os fatos na sua exata dimensão e na sua exata proporção. Aliás, V. Exª situou muito bem como a percepção popular processa essas notícias. E a prova do que V. Exª afirma foi o levantamento feito pelo Ibope, que deixa bem claro como o povo tem discernimento e como ele sabe distinguir claramente as coisas.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Note bem, Senador, que obteve tal resultado apesar de toda a propaganda e o escândalo que se estava preparando com a revista IstoÉ.

**O Sr. Marco Maciel** — Exatamente! Quero, nobre Senador Ney Maranhão, iniciar meu aparte cumprimentando-o por essa defesa oportuna e adequada que V. Exª faz. De outra parte, gostaria de dizer duas coisas que me parecem importantes. Em primeiro lugar, desde o início o Governo do Presidente Fernando Collor de Mello fez questão de dizer que o Congresso, em sua soberania, devia conduzir a CPI. Em momento algum (e ninguém poderá falar nada em contrário) houve qualquer manifestação que viesse cercear, limitar os trabalhos da CPI ou sequer dificultar quanto ao ofereci-

mento de documentos e outros papéis. Eu mesmo vi providências, muitas das quais o próprio Poder Executivo Federal, por instrução do presidente da República, antecipou-se em adotar. Veja V. Exª com que transparência e liberdade, podemos assim dizer, se opera todo o desenvolvimento dessa CPI. E vou mais além, eu diria que é algo quase sem precedentes na história republicana brasileira. Em segundo lugar, o Presidente Collor tem dito e reiterado que deseja ver a apuração dos fatos em toda a sua extensão, inteireza e integralidade. E tem correspondido a isso com fatos, que podem ser apalpadados compulsando autos de processos que ele mandou ou determinou que se fizessem, quer na Receita Federal, quer no Departamento da Polícia Federal. Então, não são afirmações graciosas, são palavras que se compatibilizam com ação, ação concreta, real, visível. Devo também dizer a V. Exª, nobre Ney Maranhão, que acho que o instante que estamos vivendo é um instante para que busquemos também dar nossa contribuição à consolidação das instituições.

**O SR. NEY MARANHÃO** — É exatamente essa a nossa preocupação.

**O Sr. Marco Maciel** — E isso passa naturalmente por conduzirmos os fatos nos devidos termos. Há muita gente, a essa altura, querendo desviá-los do seu rumo com outros interesses, alguns notórios. Sabemos que este ano, coincidência ou, como diria um aforismo francês, *pour cause*, é um ano eleitoral e, se puder, alguns tiram dividendos econômicos na especulação e outros tiram dividendos políticos através do voto. E é necessário também que nos vacinemos com relação a isso. Nós desejamos a apuração dos fatos.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Todos nós.

**O Sr. Marco Maciel** — Ninguém aqui deseja, essa é minha posição e creio que é também de todos os nossos colegas, outra coisa que não seja a apuração dos fatos e a punição dos responsáveis. Então, estamos à vontade para defender aqui que essas coisas corram com a natural isenção, sem outros interesses que não aquele da exata apuração dos fatos, que a eles não se sobreponham interesses, quer dos especuladores, dos atravessadores, nem daqueles que desejam extrair dividendos eleitorais de fatos que estão sob a apreciação do Judiciário e sob os olhos cravados do Ministério Público, quer também sob a apreciação de uma instância que não é judiciária, mas política, mais que para isso foi legalmente constituída, que é a CPI que se encontra funcionando no Congresso Nacional. Por isso, acho que V. Exª traz hoje uma contribuição ao contencioso que se formou no Congresso, mas que está levando que a Nação também convém que isso aconteça sobre esses assuntos, se posicione. Cumprimento-o e digo que por esse caminho V. Exª dá uma contribuição muito importante para que os fatos aflorem, para que a verdade afinal triunfe.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Senador Marco Antônio Maciel, V. Exª como Líder do Governo, como homem que, apesar de moço, é uma das figuras principais da política brasileira, pela sua competência e seriedade, conhecedor profundo dos homens públicos deste País, e pelos cargos que V. Exª já ocupou.

A palavra de V. Exª, neste instante, neste aparte a este Senador, é muito importante pela credibilidade. V. Exª sistematizou exatamente o que esperam os políticos, aqueles que têm responsabilidade para com esse País, aqueles que desejam a paz para as famílias brasileiras e aqueles que querem ver exata e rapidamente esse problema esclarecido.

Complementando, nobre Senador Marco Maciel, o povo brasileiro que vem acompanhando, passo a passo, esses 30 dias onde a nação brasileira está intranquilha. Ontem, depois de serem publicadas as declarações em manchete, na revista **ISTOÉ**, a maioria silenciosa do povo brasileiro já começou a sinalizar que não adianta preparação de um golpe de Estado, porque nós não aceitamos isso, porque o povo não aceita. Assim sendo, Senador Marco Antônio Maciel, eu agradeço a V. Exª pela contribuição a este pronunciamento.

**O Sr. Garibaldi Alves Filho** — Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. NEY MARANHÃO** — Ouço com muita atenção o Senador Garibaldi Alves Filho.

**O Sr. Garibaldi Alves Filho** — Senador Ney Maranhão, também sou um daqueles que me filio ao lado de todos os que admiram V. Exª pela coerência, pela correção e pela lealdade.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Muito obrigado a V. Exª

**O Sr. Garibaldi Alves Filho** — E a despeito de divergências com relação as suas colocações, eu, entretanto, queria ouvir de V. Exª, no final de seu pronunciamento, já que V. Exª participa da CPI que apura o caso Paulo César Farias, um depoimento. Na qualidade de líder do Governo, na qualidade de participante desta CPI, integrante dela, gostaria de saber se realmente os fatos ali estão sendo conduzidos dentro da expectativa que a opinião pública brasileira tem, com a devida seriedade, com a devida isenção, tanto da parte dos membros do Governo como os da Oposição. A essa altura não irei, realmente, entrar no mérito das suas palavras, das suas apreciações, mas queria ouvir de V. Exª este depoimento, porque eu acredito que ele possa tranquilizar toda a opinião pública diante da responsabilidade que V. Exª tem.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Senador Garibaldi Alves, no início, V. Exª há de concordar que, antes da gravação do Dr. Pedro Collor de Mello e que foi publicada na íntegra pela *Veja*, a tendência do Congresso era apreciar o fato, — claro que o Congresso não podia ficar fora do contexto como pulmão do povo, não podia ficar fora de maneira alguma diante dos acontecimentos e tinha que tomar parte direta no que estava ocorrendo.

Então, a opinião dos líderes e do Congresso era a de ser criada uma comissão de alto nível, vamos dizer, os líderes para acompanhar passo a passo as investigações na área do Executivo onde elas estão sendo realizadas por dois homens sérios, competentes e respeitados pela Nação, o Procurador-Geral e o ex-Ministro do Supremo, Célio Borja. V. Exª deve saber que o governo, na questão do Sr. Paulo César Farias, há 6 meses, já estava sendo investigado através da Receita Federal e essa investigação precisa ser sigilosa para que possa ter êxito. O Congresso acompanharia todo esse trabalho, e, se sentisse que havia "corpo mole", se não houvesse uma investigação precisa, então, criar-se-ia a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Porém, com a publicação na revista *Veja* daquela gravação do Dr. Pedro Collor, houve uma emoção e a Comissão foi criada dentro dessa linha.

No início, Senador Garibaldi Alves Filho, a Comissão, quando começou a ouvir o Dr. Pedro Collor, o Sr. Paulo César Farias e outros mais, a maioria da oposição não levou à CPI qualquer dado que contribuísse para a apuração dos

fatos, que justificasse a sua criação para investigar as declarações do Sr. Pedro Collor quanto à pessoa do Sr. PC Farias. Todas as perguntas — quase sem exceção — foram na tentativa de ligar o Presidente da República a essas personalidades. Essa era a minha opinião. Concordo com V. Exª que, hoje, a Comissão Parlamentar de Inquérito está se situando dentro de uma linha de equilíbrio, equidistante, em que todo o Brasil está olhando para ela. Acredito que todos os seus membros, sejam da Oposição ou do Governo, têm interesse de apurar os fatos.

É essa a resposta que dou a V. Exª ou seja, a Comissão Parlamentar de Inquérito está se comportando à altura daquilo que o Congresso delegou aos seus representantes que lá estão trabalhando. Era a resposta que tinha para dar, honestamente, porque, do contrário, estaria sendo incoerente com a minha pessoa.

**O Sr. Pedro Simon** — Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. NEY MARANHÃO** — Ouço o Senador Pedro Simon.

**O Sr. Eduardo Suplicy** — Em seguida, também peço um aparte a V. Exª

**O SR. NEY MARANHÃO** — Com muito prazer, depois de ouvir o Senador Pedro Simon.

**O Sr. Pedro Simon** — Nobre Senador, quero felicitá-lo, porque tenho escutado, permanentemente, aqui neste plenário, afirmativas realmente simpáticas a V. Exª

**O SR. NEY MARANHÃO** — Muito obrigado.

**O Sr. Pedro Simon** — Basicamente pela sua coragem. Onde quer que eu vá, quando se pergunta: e no Senado? A resposta é exatamente esta: "Lá está aquele Senador de Pernambuco defendendo, vestindo a camiseta e fazendo a defesa do Governo do Senhor Collor.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Até o dia em que acreditar em Sua Excelência, senador.

**O Sr. Pedro Simon** — Essa é uma atitude bonita de V. Exª. Tenho certeza de que V. Exª merece o respeito de todos por causa disso. Numa hora em que as coisas estão mal, geralmente as pessoas terminam abandonando o navio e V. Exª está defendendo sua posição. Mas, sou obrigado a dizer, primeiro que concordo com as afirmativas finais do depoimento de V. Exª, que foi o que ouvi, pois cheguei agora ao plenário. Realmente, V. Exª afirma que na CPI há um amplo ambiente de respeito recíproco. Eu falava, ontem aqui, em aparte ao Senador Eduardo Suplicy, que vivi dois momentos que me chamaram atenção: quando o Embaixador, Chefe da Casa Civil, fez o seu depoimento e, num determinado momento, o Deputado Eduardo Mascarenhas, do PDT, terminou por fazer um elogio a S. Exª, que se emocionou, falou e terminou sendo aplaudido quase por todos que estavam lá. E todas as pessoas que a S. Exª se referiram, o fizeram com os melhores elogios reconhecendo a sua pessoa, a sua seriedade, a profundidade da representatividade daquele homem. Ontem aconteceu a mesma coisa. Independente das posições contrárias ou favoráveis, houve sentimento de respeito com relação àquele trabalhador. Pode-se divergir. Há pessoas que acham muito estranho que, nos dias de hoje quando não se consegue trabalho, há muito desemprego, que um cidadão que, tendo um emprego no qual percebia 1 milhão e 300 mil cruzeiros e uma moradia, de repente abre mão de tudo isso e vem dar



as declarações que deu. Uns acham que ele foi traidor, outros acham que alguém deve tê-lo comprado. Respondo: primeiro, não interessa a pessoa dele, interessa é conhecer a veracidade do que ele está dizendo, se é verdade ou não, se é verossímil ou não; segundo, acredito que, neste País, há pessoas simples, humildes — e conheço muitas — que têm um padrão de dignidade, de ética, de seriedade e não significa que tenham ou não que se vender. Mas ele terminou, no final do seu depoimento, também sendo aplaudido. Tenho chamado a atenção e, ainda hoje declarava à imprensa, que me emocionou na CPI por estarmos conseguindo ter um ambiente de respeito recíproco.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Concorde com V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Pedro Simon** — Mesmo que lá pelas tantas um deputado do PTB, seja mais enérgico; lá pelas tantas, um deputado seja mais apaixonado, está havendo respeito mútuo. Não vejo na CPI, nem o Senador Eduardo Suplicy ou quem quer que seja, inventar fatos. O que chama a atenção na CPI é que estamos sendo conduzidos pelos acontecimentos. Quer dizer, por que se está investigando agora as despesas da Casa da Dinda? Foi alguém que inventou a casa da Dinda? Eu a conheço. E já há muito tempo, naquela tribuna, lamentei que o Presidente da República não estivesse morando no Palácio do Planalto, que era o lugar onde Sua Excelência deveria morar.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Por opção, Senador.

**O Sr. Pedro Simon** — Mas, na verdade, parece-me que um deputado do PT e o Senador Eduardo Suplicy, apresentaram um requerimento há tempos, para saber quem pagava as despesas da casa da Dinda. Agora, na CPI, não foram os parlamentares que quiseram investigá-la. É que, de repente, uma revista publica que o motorista da secretária do Presidente da República fez uma série de denúncias, as quais são da maior importância investigarmos. Repito, quem iniciou esse processo foi o Sr. Pedro Collor de Mello, irmão do Presidente da República. V. Ex<sup>a</sup> há de convir que quando o irmão do Presidente, perante a Nação, anuncia fatos como esses, partimos do princípio, que pode ser a emoção, pode ser a raiva, pode ser a inveja, de uma tese de que o irmão do Presidente da República não estaria a inventar; que estaria a contar fatos que teriam uma certa verossimilhança. Tanto isso é verdade que, por unanimidade, todos os Partidos, do Governo e da Oposição, concordaram em criar a CPI. Não foi apenas a Oposição: todos os Partidos do Governo e da Oposição houveram por bem criar a CPI. Depois veio o Sr. Renan Calheiros. Um perdedor? Um perdedor. Um derrotado? Um derrotado. Mas era o Líder do Governo. E o que ele conta são fatos da época em que era Líder do Governo. Depois veio o cidadão, que foi o homem que o Presidente Fernando Collor escolheu para Presidente da Petrobrás. Saiu? Saiu. Houve atrito? Houve atrito. Houve ressentimento? Houve ressentimento. Mas, ele conta fatos da época em que era Presidente da Petrobrás. E, tanto o Sr. Renan Calheiros quanto o Presidente da Petrobrás, contam fatos que não estão inventando agora, que eles contaram à época, ao Presidente da República. Eu assisti, ninguém me contou, a entrevista do Sr. Renan Calheiros no Programa do Jô Soares, passado há dois anos. Assisti e tenho cópia desse pronunciamento. Há dois anos o Sr. Renan Calheiros, no programa do Jô Soares, dizia, às vésperas do segundo turno, tudo o que está dizendo agora. Tudo o que disse, na entrevista da Veja, disse

há dois anos. E há uma publicação da *Veja*. Tudo o que o ex-Presidente da Petrobrás está dizendo agora, disse, e a imprensa publicou, à época em que ele renunciou à Presidência da Petrobrás. Estou dizendo isso porque são esses fatos que estão motivando a CPI. Tenho chamado a atenção e insistido, não vejo por onde ando e nem há um sistema de *impeachment* ou de golpe contra o Presidente Fernando Collor. Não sinto, na CPI, nenhum ambiente dessa natureza. Senti, isso, na História, em 1954. V. Ex<sup>a</sup> conheceu. Em 1954, armaram um esquema para derrubar o Dr. Getúlio Vargas.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Esse filme nós já vimos, Senador.

**O Sr. Pedro Simon** — O Café Filho, em 1954, estava no esquema, com os militares, para derrubar o Presidente Getúlio Vargas; havia o esquema da derrubada.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Mas, V. Ex<sup>a</sup> há de concordar que, não na CPI, fora dela, a imprensa falada, escrita e televisada fala em *impeachment* para destituir o Presidente da República. Isso V. Ex<sup>a</sup> há de concordar.

**O Sr. Pedro Simon** — Em 1954 não havia nada. Inventaram que havia. Foi o Sr. Gregório que fez uma besteira e terminaram matando o Coronel Vaz, dando um tiro no Lacerda e o Dr. Getúlio, que nada tinha a ver com isso, pagou o preço. Mas pagou o preço porque o esquema era para derrubar o Dr. Getúlio. E em 1964 havia um esquema para derrubar o Dr. João Goulart.

**O SR. NEY MARANHÃO** — E naquele tempo — V. Ex<sup>a</sup> sabe — a imprensa era controlada por cartéis; a televisão era uma coisa difícil e hoje o Presidente da República, uma autoridade, fecha em cadeia e fala com o povo diretamente. Isso é uma grande vitória da democracia, onde o povo acompanha passo a passo o que acontece à Nação. Naquele tempo o Dr. Getúlio Vargas ficou cercado. V. Ex<sup>a</sup> sabe da luta da Última Hora, conhece muito bem.

**O Sr. Pedro Simon** — Em 1964 havia um esquema para derrubar o Dr. João Goulart.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Correto.

**O Sr. Pedro Simon** — Então, o Lacerda fez o que fez; o esquema era para derrubar o Jango.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Não só derrubar o Jango, mas no Cone Sul caiu o Brasil, caiu a Argentina, caiu o Chile, caiu o Uruguai, porque era um esquema internacional.

**O Sr. Pedro Simon** — Hoje o esquema internacional é de democracia.

**O Sr. Ney Maranhão** — Claro! Hoje o muro de Berlim é a União Soviética.

**O Sr. Pedro Simon** — As pessoas estão criticando o Dr. Brizola e tenho dito: o Dr. Brizola está assustado com 54 e 64. Na verdade, ninguém quer ditadura neste País, ninguém quer golpe neste País, ninguém está pensando em derrubar o Governo porque quer derrubar o Governo. A CPI e nós, queremos investigar a verdade.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Correto, Senador. Estou de acordo com V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Pedro Simon** — Quero que V. Ex<sup>a</sup> entenda os fatos. Tanto a *Veja* quanto a *IstoÉ*, por mais dura que seja



a campanha delas, não estão inventando. A imprensa não está inventando.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Senador, algumas coisas são deturpadas.

**O Sr. Pedro Simon** — Quando alguém sobe aquela tribuna para falar ou trazer fatos não está inventando. Os fatos existem.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Deturpam alguma coisa, Senador. V. Ex<sup>a</sup> é um homem dos pampas e sabe a admiração que tenho pelo povo gaúcho. Coincidentemente, falo através da rádio do Mendes Ribeiro que tem uma grande audiência no seu Estado.

V. Ex<sup>a</sup> sabe que desde muito moço, Deputado Federal, o meu guru está num retrato no meu gabinete — não sei se V. Ex<sup>a</sup> viu, o lendário General Flores da Cunha, gaúcho, a quem todos tínhamos respeito. Demos a ele uma placa de ouro, quando Deputado Federal, no Rio de Janeiro, por ser o Deputado que mais defendia a prerrogativa dos Parlamentares, era o decano dos parlamentares. Daí a admiração que tenho pelo povo gaúcho e por V. Ex<sup>a</sup>

Mas, V. Ex<sup>a</sup> há de convir quem uma maioria silenciosa, acompanhando isso passo a passo pela imprensa, às vezes dá a entender que o Presidente está só. Mas o Ibope, ontem, mostrou que o que muita gente pensava não é verdade. A pesquisa mostrou que o Presidente deve permanecer no poder, portanto, devemos acreditar em Sua Excelência.

Senador Pedro Simon, dentro dessa linha é que temos um cuidado e concordo com V. Ex<sup>a</sup> que a CPI está abalizada para apurar os fatos com equilíbrio. Não podemos permitir que, amanhã, alguém queira deturpar esses fatos lá dentro, o que até agora não aconteceu, a não ser algumas faltas, coisas que acontecem numa situação daquelas. É o caso, por exemplo — o próprio Senador Eduardo Suplicy me declarou —, quando um Deputado disse que o Líder do Bloco esteve na casa do Sr. PC Farias, mas imediatamente foi desmentido.

**O Sr. Pedro Simon** — ou alguém ontem, quando tentou humilhar o orador.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Claro! No todo, temos que reconhecer que está existindo ali uma família unida para apurar os fatos que a Nação brasileira exige.

**O Sr. Eduardo Suplicy** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. NEY MARANHÃO** — V. Ex<sup>a</sup> já concluiu o seu aparte, nobre Senador Pedro Simon?

**O Sr. Pedro Simon** — Eu cedo o espaço para o Senador Eduardo Suplicy. É mais importante.

**O Sr. Meira Filho** — Senador Ney Maranhão, estou na fila para apartear-lo.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Com muito prazer, Senador Meira Filho. Tem o aparte o Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** — Nobre Senador, concordo com o Senador Pedro Simon: V. Ex<sup>a</sup> tem aqui uma coragem inaudita, sempre se pronunciando em defesa do Presidente Fernando Collor de Mello, quase que em qualquer circunstância estando ao lado de Sua Excelência...

**O SR. NEY MARANHÃO** — Até o dia em que acreditar em Sua Excelência, Senador. Acho que não vai acontecer de eu deixar de acreditar no Presidente.

**O Sr. Eduardo Suplicy** — O Presidente, hoje, respaldado na pesquisa do Ibope, chegou a chamar a CPI de sindicato do golpe. Não foi assim?

**O SR. NEY MARANHÃO** — Não vi isso, Senador.

**O Sr. Eduardo Suplicy** — Essa notícia foi-me transmitida por um jornalista.

**O Sr. Meira Filho** — É coisa do Brasil. É o disse-me-disse.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Como é, Senador Meira Filho?

**O Sr. Meira Filho** — O disse-me-disse estraga o Brasil.

**O SR. NEY MARANHÃO** São as aves agourentas.

**O Sr. Eduardo Suplicy** — De qualquer maneira, Sua Excelência procurou respaldar-se no Ibope para afirmar que está tranqüilo, à medida em que o povo estaria favorável com a sua permanência no poder. É preciso ressaltar que essa pesquisa foi feita logo após o seu pronunciamento, colocado em cadeia nacional. A população brasileira, que está acompanhando passo a passo essa Comissão Parlamentar de Inquérito, não tem ainda, em profundidade, o conhecimento de tudo aquilo que já foi apurado, sejam os indícios, sejam as evidências, as testemunhas. Em especial, por ocasião dessa pesquisa, não havia, ainda, o depoimento do Sr. Francisco Eriberto Freire França, caracterizado, segundo todos que o ouviram, pela honradez, pela dignidade, pela simplicidade, pela objetividade de suas palavras. Considero importante que V. Ex<sup>a</sup> que, até há três semanas, fazia uma avaliação de que a CPI não deveria existir...

**O SR. NEY MARANHÃO** — No início dela, eu concordava.

**O Sr. Eduardo Suplicy** — Agora V. Ex<sup>a</sup> concorda que ela está desvendando fatos importantes e avançado.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Está havendo um equilíbrio. Antes não havia.

**O Sr. Eduardo Suplicy** — E V. Ex<sup>a</sup> considera que está havendo um equilíbrio.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Antes não.

**O Sr. Eduardo Suplicy** — V. Ex<sup>a</sup> concorda que esteja havendo serenidade, imparcialidade na forma como, no seu conjunto, a CPI tem procedido. Acabo de vir do Banco Central, em visita ao Sr. Francisco Gros, acompanhando o Presidente Benito Gama, onde fomos muito bem recebidos pelas autoridades daquele banco. Eles irão fornecer as informações solicitadas pela CPI.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Aliás, Senador Eduardo Suplicy, o Governo, quando do problema do INSS, abriu todas as portas para apurar os fatos.

Isso está acontecendo. E eu louvo V. Ex<sup>a</sup> quando fala da maneira como o Presidente Francisco Gros está colaborando.

**O Sr. Eduardo Suplicy** — Mas, V. Ex<sup>a</sup> há de convir que as evidências já somadas, colecionadas nesses quase trinta dias desde o início dos trabalhos da CPI, são no sentido de caracterizar uma ação relativamente ao Sr. Paulo César Cavalcante Farias, que mostra um procedimento muito estranho. Ele, por exemplo, veio à CPI e disse que não tinha um relacionamento tão próximo com as autoridades do Governo Federal. As ligações telefônicas feitas pelo seu escritório de São

Paulo mostram o número de ligações, cerca de dez por dia, em média, para a Presidência da República, para o Ministério da Saúde, para o Ministério da Ação Social, para o Ministério da Economia, para a Presidência do Banco do Brasil, para os lugares onde eram liberados os créditos, para a Presidência da Caixa Econômica Federal, para a Presidência da FUNCEP, todos os organismos, exatamente, onde se detectam suspeitas, os indícios de que agia com extraordinária frequência junto a empresários, relacionados a liberação de projetos, de recursos. O fato desse senhor ter aumentado a sua fortuna, extraordinariamente, a ponto tal de, ele que pagava ao Imposto de Renda em torno de 100 mil dólares por ano, até 89/90, vir a pagar este ano 1 bilhão de meio de dólares, ou 3 bilhões e 800 milhões de cruzeiros, tudo isso faz com que haja uma convicção de um procedimento inadequado, e a CPI ainda vai apurar mais concretamente isso. Mas, nessas últimas semanas, em especial o depoimento do Sr. Eriberto França, na sua simplicidade, mostra que houve algo bastante estranho. O fato, Senador Ney Maranhão, de, por exemplo, a Srª Ana Acioli, em sendo secretária particular do Presidente da República, movimentar cerca de 250 milhões de cruzeiros por mês para fazer despesas, segundo o seu depoimento, relatado pelo próprio Presidente da República, para pagar as despesas de Sua Excelência ainda sem saber que a quantia era dessa natureza, tão grande, como explicar isso? Será que o Sr. Cláudio Vieira movimentava operações com resultados financeiros que chegam a somar valores dessa ordem? Tudo isso faz com que as dúvidas aumentem. Claro que esperamos que o Congresso Nacional, em especial a CPI, apure tais fatos seriamente e da forma mais eficiente possível.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Senador Eduardo Suplicy, não entendi bem. V. Exª disse que a despesa do Presidente é da ordem de Cr\$250 milhões?

**O Sr. Eduardo Suplicy** — Não; o movimento na conta da Srª Ana Acioli, no mês de maio, segundo revelou a imprensa hoje, foi cerca de Cr\$240 milhões. E essa conta, de acordo com a carta divulgada pelo Presidente da República, era para pagar as despesas pessoais de Sua Excelência e despesas com a Casa da Dinda. A imprensa revela, hoje, que no mês de maio essa conta da senhora secretária particular do Presidente girou em torno de Cr\$250 milhões. Não estou fazendo julgamento de valores, mas dizendo que há dúvidas que devem ser esclarecidas.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Senador, há um adágio popular no Nordeste que diz: "Confunda, mas não misture". V. Exª está dando a entender que essa conta é do Presidente. Essa conta a que V. Exª está se referindo aqui — e acredito na sua palavra e nas suas informações — é da Srª Ana Acioli.

**O Sr. Eduardo Suplicy** — Que por sua vez...

**O SR. NEY MARANHÃO** — Espero, Senador. A conta do Presidente é outra coisa. V. Exª precisa saber que isso vai ser esclarecido; V. Exª não vai perder por esperar. O Presidente vai provar que o dinheiro que tem, o dinheiro que ganha, o dinheiro das poupanças paga as despesas da casa da Dinda. Não vamos confundir para não misturar por equívoco, Senador.

**O Sr. Eduardo Suplicy** — Mas V. Exª ouviu bem o que disse o Sr. Francisco Eriberto de França; eu estava perto de V. Exª

**O SR. NEY MARANHÃO** — Ouvi que V. Exª disse que a Srª Ana Acioli recebia Cr\$250 milhões para pagar as contas do Presidente da República. Esse dinheiro é da conta da Srª Ana Acioli e não da conta do Presidente; é isso que não quero que se misture. O Presidente vai provar que o dinheiro que ele ganha e que recebe de rendimentos é que paga as despesas de sua casa.

Então, como acabei de falar, vamos confundir, mas não vamos misturar.

**O Sr. Eduardo Suplicy** — Mas V. Exª lembra-se, certamente, que, na terça-feira, o Presidente mostrou uma carta da Srª Ana Acioli onde dizia que pagava as suas contas, e essa conta, como foi revelado, movimentava Cr\$250 milhões; talvez para pagar outras coisas, então.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Mas o Presidente transfere um tanto de dinheiro para que ela pague suas contas. Isso vai ser apurado direitinho. Vamos aguardar os acontecimentos.

**O Sr. Eduardo Suplicy** — Aguardarei.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Agradeço a V. Exª

**O Sr. Meira Filho** — V. Exª me permite um aparte?

**O SR. NEY MARANHÃO** — Ouço V. Exª com muita atenção.

**O Sr. Meira Filho** — Nobre Senador, não vou dizer, como disse o Senador Eduardo Suplicy, que V. Exª pratica um ato de coragem ao defender o Presidente da República.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Estou fazendo justiça, no meu entender, nobre Senador.

**O Sr. Meira Filho** — Acho que o plenário do Senador não é lugar para valente. Acredito que temos o dever cívico de defender a figura Presidencial, o Presidente eleito por 35 milhões de brasileiros, porque se entrarmos nessa onda de acusações infundadas, também o nosso mandato corre perigo. De repente, qualquer um nos acusa e vamos perder o nosso mandato? Acho que há uma precipitação nisso. Aliás, quando V. Exª começou a falar, eu estava copiando, para um trabalho meu, um artigo do Professor Miguel Reale publicado na *Folha de S. Paulo*. Ninguém discute a autoridade e o saber jurídico do Professor Miguel Reale.

**O SR. NEY MARANHÃO** — E o respeito que todos nós temos por ele.

**O Sr. Meira Filho** — Aproveito para pedir que a Casa transcreva, neste meu aparte, um pequeno trecho que achei primoroso deste artigo do Professor Miguel Reale. Diz: "Se a CPI colher elementos indicativos do envolvimento do Palácio do Planalto, poderá acontecer a instauração do processo de *impeachment* revista na Constituição. É necessário, entretanto, muito cuidado para não se instalar um macarthismo caboclo, com perseguições infundadas, acusações levianas ou fruto de vinganças, tachando-se, até prova em contrário, este ou aquele com o homem do PC. Devem ser exigidas provas, não bastando a sensação da ocorrência de crime, em inadmissível impressionismo penal. Repudia-se o cangaço de colarinho branco. Nem em 1954, com Getúlio e as investigações da República do Galeão, acusações se aproximaram tanto do Palácio do Governo. É hora, entretanto, de chamar a atenção da Nação, de mostrar maturidade política e enfren-

tarmos a crise sem lesão à democracia e aos direitos individuais". Eu estou, *ipsis literis*, ao defender aqui a figura Presidencial do Presidente Collor, de acordo com as palavras do ilustre Professor e advogado Miguel Reale. Eu dou parabéns a V. Exª. Não estamos aqui para dar demonstração de valentia. Como disse recentemente o Senador Jutahy Magalhães, como disse também o ilustre Senador Pedro Simon: esta é a Casa do debate, esta é a Casa onde nós, que aqui estamos e fomos eleitos pelo povo, temos que passar tudo a limpo, mas tudo dentro do critério da verdade e da justiça e não da calúnia.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Senador Meira Filho, quero incorporar ao meu pronunciamento, afora o pronunciamento de Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, o pronunciamento dos microempresários na pessoa de seu sindicato, que representa 2,5 milhões de empresários, que veio hipotecar solidariedade a Sua Excelência, e esse artigo do grande professor de Direito Miguel Reale.

Agradeço a V. Exª o oportuno aparte, que V. Exª sintetiza exatamente o que a maioria silenciosa do povo brasileiro pensa ao acompanhar atentamente as nossas posições aqui: que nós, os 22 parlamentares que representamos o Congresso Nacional na CPI, devemos ter cabeça fria e devemos julgar esses acontecimentos com justiça.

**O Sr. Rachid Saldanha Derzi** — Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. NEY MARANHÃO** — Ouço o Senador Rachid Saldanha Derzi e, em seguida, o meu amigo Senador Hugo Napoleão.

**O Sr. Rachid Saldanha Derzi** — Nobre Senador Ney Maranhão, estranho colegas terem dito a V. Exª que é um homem de coragem porque vem aqui defender o Presidente da República. Não. V. Exª é um homem de espírito público, sério e que conheço há mais de 25 anos, aqui, no Parlamento Nacional.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Do Palácio Tiradentes, desde os tempos de Deputado.

**O Sr. Rachid Saldanha Derzi** — Desde lá somos colegas e, assim, conheço-o bem. Essa sua atitude é permanente, em defesa de quem quer que seja. Mas, nesta hora, V. Exª está a defender até o nosso País, para tirá-lo dessa onda de ataques que está fazendo, principalmente, a imprensa contra o Presidente da República. V. Exª foi contra essa CPI, como também o fui, não assinei. Também fui do mesmo ponto de vista de que devíamos nomear uma Comissão de Senadores, de parlamentares, para acompanharmos os inquéritos que estavam sendo feitos na Polícia Federal e na Justiça sobre o caso PC Farias. Mas, não. A grande maioria quis logo fazer uma CPI com intenção, exclusiva, de atingir o Presidente Fernando Collor e não o Sr. PC Farias, que já está esquecido, não lembram mais. Ele já está absolvido pela maioria dos parlamentares que assinaram e pediram a CPI. Por eles, PC Faria já está absolvido. Agora, querem o Presidente da República, uma outra vítima. Isso é o Brasil que está pagando caro por esses atos impensados de alguns políticos e da imprensa nacional, que deturpam a grande maioria dos fatos. Precisamos apurar se, de fato, o Sr. PC Farias cometeu todos esses crimes anunciados. Devemos apurá-los até o fim. E a CPI haverá de ir até o fim, mas não com o objetivo somente de atingir o Presidente da República. Já pedem que Sua Excelência renuncie. Vieram, cinicamente, solicitar que o Presi-

dente peça uma licença de 6 meses, porque Sua Excelência está atrapalhando. Pelo contrário, Sua Excelência está a prestigiá-la e deseja que os fatos denunciados sejam apurados. O Presidente não compactua com corruptos, ladrões e safados. Sua Excelência quer que os fatos sejam apurados, mas a CPI não está nessa direção, está se desviando para só atingi-lo politicamente. E nós sabemos os políticos que têm interesse em atingi-lo, já é a futura sucessão presidencial que está aí. Sabemos até os que deram dinheiro para pagar aquele cidadão que esteve aí, ontem lá na Comissão, prestando o seu depoimento. Congratulo-me com V. Exª, um homem digno, que vem aqui defender o Governo da República. Temos que defender a democracia, porque, se continuarmos dessa maneira, sabe V. Exª, teremos, de roldão, que voltar ao passado de exceção em que tivemos. Isso nós não queremos, e a grande maioria do povo brasileiro, pelo seu pronunciamento, pelo IBOPE, está desejando que deixem em paz o Presidente da República, para que Sua Excelência continue a trabalhar e dar desenvolvimento e o progresso a este País. Estamos passando por uma fase difícil, estamos quase saindo das nossas dificuldades. Creia V. Exª que, logo que este País fizer um acordo da dívida externa, irá ter desenvolvimento, progresso e credibilidade em todo o mundo e virão, aqui, trazer capital para nos ajudar. Felicito V. Exª, não pela coragem, mas pelo destemor, pelo espírito público que tem porque o Presidente da República em nada até hoje foi atingido e essa CPI até hoje não tem um fato contra o Sr. PC Farias. Somente o PT está lá a toda a hora apresentando requerimento para aparecer na imprensa. Querem aparecer na imprensa, não querem apurar fatos. O Sr. PC está descansando, já encontraram outro para ser acusado, como foi o Ministro Alceni Guerra, o Ministro Antonio Rogério Magri. Esqueceram um e o outro e agora querem atingir o Presidente da República. Isso é uma falta de patriotismo. Vamos deixar que o Presidente da República trabalhe com tranquilidade para tirar o nosso País das dificuldades e trazer a era de progresso e desenvolvimento que tanto merecemos.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Senador Rachid Saldanha Derzi, agradeço o oportuno aparte de V. Exª, que traduz, em parte, aquilo que a maioria silenciosa da Nação espera: a paz e o progresso de que precisamos. É indispensável que o Senhor Presidente da República trabalhe em paz, haja vista a pesquisa do IBOPE divulgada hoje, na qual estamos vendo a maioria apoiando o Presidente contra essas calúnias. E espero — como disse anteriormente — que a Comissão Parlamentar de Inquérito, que está dentro dessa linha, e para a qual a Nação, o povo brasileiro está voltado, não faça injustiça; ao contrário, faça total justiça o mais rápido possível, evitando que, amanhã ou depois, apareça qualquer um e seja convocado para depor e manter esse fogo da incerteza. E só quem ganha com isso são os especuladores da Nação brasileira.

Agradeço a V. Exª

**O Sr. Hugo Napoleão** — Permite-me V. Exª um aparte, Senador Ney Maranhão?

**O SR. NEY MARANHÃO** — Ouço V. Exª com prazer, Senador Hugo Napoleão.

**O Sr. Hugo Napoleão** — Nobre Líder Ney Maranhão, gostaria de, em síntese, oferecer às brilhantes explicações e argumentos de V. Exª duas circunstâncias: uma jurídica e uma política. A jurídica, louvando-me no que disse o nobre

Senador Meira Filho ao ler a opinião do jurista Miguel Reale, é que, se, porventura, viera a ser instalado um processo de impeachment — digo isso apenas para argumentar — ...

**O SR. NEY MARANHÃO** — Compreendo, Senador.

**O Sr. Hugo Napoleão** — ... nós, Senadores, seremos convertidos, de parlamentares, em juízes. E como juízes natural-mer e só poderemos emitir o nosso juízo de valor ao final. Tem's que, primeiro, analisar todos os fatos. Mas o que estou vendo aqui é gente prejudgando.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Exatamente, Senador.

**O Sr. Hugo Napoleão** — Tirando opiniões e até fazendo julgamentos antes que o processo tenha o seu curso completado na Comissão Parlamentar de Inquérito. E um argumento político: enquanto não houver a comprovação de fatos...

**O SR. NEY MARANHÃO** — Pressão psicológica, Senador.

**O Sr. Hugo Napoleão** — Exatamente. Enquanto não houver, como dizia eu, comprovação de fatos, comprovação final na Comissão Parlamentar de Inquérito, temos a obrigação, para com o País, de ajudar na estabilidade deste regime democrático que não queremos tênue, que não queremos frágil e que, sobretudo, não queremos derrubado. Então, penso que devemos manter a serenidade, contribuir e colaborar com as instituições brasileiras. É hora de serenidade e cabeça fria. Obrigada a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. NEY MARANHÃO** — Senador Hugo Napoleão, o aparte de V. Ex<sup>a</sup> como Presidente do segundo maior Partido deste País, independente de dar sustentação ao Presidente Fernando Collor, é do político de bom senso, do Congressista, do representante do povo que quer o bem deste País. Seriedade, serenidade e justiça é o que temos que fazer. Temos que esperar que a Comissão Parlamentar de Inquérito dê um veredicto dentro dessa linha em que V. Ex<sup>a</sup> acaba de me apartear.

**O Sr. Hugo Napoleão** — Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. NEY MARANHÃO** — Ouço o nobre Senador Raimundo Lira.

**O Sr. Raimundo Lira** — Sr. Senador Ney Maranhão, gostaria de, neste aparte, fazer algumas considerações. Propus à Comissão Parlamentar de Inquérito que, da mesma forma com que convidou para ser ouvido, o Governador Roberto Requião, também fosse convidado o Governador Leonel Brizola. Ninguém pode desconhecer, neste País, que o Governador Leonel Brizola tem participado, como protagonista, de todos os grandes episódios contemporâneos da política brasileira.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Toda a Nação brasileira reconhece isso, Senador.

**O Sr. Raimundo Lira** — Em 1986, S. Ex<sup>a</sup> foi a única voz discordante, no País, denunciando que o Plano Cruzado I não ia dar certo. E no fim, S. Ex<sup>a</sup> estava com a razão, tanto que a História mostrou isso. Em todos os pronunciamentos que o Governador Leonel Brizola tem feito, através da imprensa brasileira, S. Ex<sup>a</sup> tem denunciado que há um complot, há uma organização para desestabilizar o Governo, as Instituições do País. São vários os fatores, são vários os grupos envolvidos; uns grupos políticos que não aceitaram a vitória do Presidente Fernando Collor; outros, grupos econô-

micos que não aceitam que a economia brasileira seja aberta, internacionalizada, competitiva, onde a eficiência e a tecnologia sejam dominantes no funcionamento do setor produtivo nacional. Alguns grupos empresariais mais retrógrados, mais fortes e cartelizados não aceitam essa competição, porque, na realidade, o mercado interno brasileiro é o maior paraíso que se tem notícia na história econômica de todos os países, em todas as épocas: um mercado fechado, cartelizado e sem nenhuma competição. Portanto, são forças divergentes, mas, neste momento, segundo o Governador Leonel Brizola, convergente no seu objetivo de desestabilizar o País. Precisamos, Senador Ney Maranhão, ouvir a denúncia do Governador Leonel Brizola, para que, no futuro, não sejamos responsabilizados por não tê-lo escutado. Nesse sentido, peço o apoio de V. Ex<sup>a</sup> e de todos os membros da CPI, para que possamos, mesmo contrariando a Bancada do PDT, que não quer ouvir o seu Governador — segundo o próprio Deputado Miro Teixeira, não seria conveniente a vinda do Governador Leonel Brizola para a CPI —, providenciar para que S. Ex<sup>a</sup> aqui compareça, diante da denúncia gravíssima que faz ao País. A própria história tem mostrado que, em vários episódios, o Governador tinha razão.

**O SR. NEY MARANHÃO** — S. Ex<sup>a</sup> tem uma experiência muito grande também.

**O Sr. Raimundo Lira** — Quero ressaltar, sem querer ser repetitivo, que tenho recebido dezenas de depoimentos, por telefone e pessoalmente, de pessoas do meu Estado que assistiram ao pronunciamento do Presidente Fernando Collor de Mello, através da televisão, todos em absoluta sintonia com os resultados constatados pelo IBOPE, ou seja, de que uma maioria expressiva — 70% — aprovou o pronunciamento de Sua Excelência. Por outro lado, tomei conhecimento, inclusive através do ilustre Senador Pedro Simon, de que, pela última pesquisa divulgada com relação à CPI, 75% dos entrevistados não acreditam no resultado das suas apurações. Nós, que fazemos parte da CPI, verificamos que há uma dedicação enorme dos parlamentares, de todos os Partidos, que a compõem. A CPI tem procedido de forma séria, responsável e, portanto, não há razão para que 75% dos brasileiros não acreditem no seu trabalho. Isso não significa que a CPI esteja desqualificada pela opinião pública brasileira; é a classe política nacional que não está em sintonia com o pensamento do povo, e a CPI é apenas um segmento do setor político nacional. Quem assistiu a todos os noticiários de televisão ontem, quando foi divulgada aquela pesquisa a respeito da fala do Presidente da República, pôde verificar exatamente essa falta de sintonia. Enquanto os presidentes da maioria dos Partidos de Oposição fizeram pronunciamentos, dizendo que o povo brasileiro não acreditou no Presidente, a pesquisa do Ibope, ao contrário, mostra que a opinião pública brasileira...

**O SR. NEY MARANHÃO** — O Governador Leonel Brizola não se inclui nessa linha.

**O Sr. Raimundo Lira** — ... aceitou a palavra de Sua Excelência. Inclusive os governadores de São Paulo, de Santa Catarina, da Bahia e outros entenderam que a fala do Chefe da Nação esclareceu, de uma forma positiva, a opinião pública brasileira. Verificamos, portanto, que aqueles presidentes de Partidos estavam fora de sintonia com a opinião pública.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Fora da realidade.

**O Sr. Raimundo Lira** — No momento em que eles falavam em nome dos brasileiros, a pesquisa mostrava que eles estavam no contrapé da história, totalmente defasados. Isso fez com que verificássemos claramente esse desacordo da classe política em relação aos anseios da população nacional. Era o que eu queria dizer com relação a esses dados da pesquisa. Portanto, a meu ver, o Brasil, a partir de agora, está mais tranquilo; o País precisa trabalhar, produzir. Não devemos estar aqui artificializando crises para beneficiar os especuladores financeiros, porque, quanto maior a especulação, mais concentração de renda existe, pois quem perde nesse jogo duro da especulação são os pequenos poupadores, e nós não podemos ser instrumentos deles, alardeando, criando crises. Ontem, no depoimento da CPI, verifiquei que ali se encontrava um homem modesto, pai de família, um cidadão trabalhador, prestando depoimento, mas sendo endeusado. Pude anotar, na minha agenda, vinte e três contradições e nenhuma delas foi levada em consideração pelas pessoas que assistiam ao depoimento. Mais ainda, o depoimento do Sr. Francisco Eriberto Freire de França não acrescentou, nem tirou, nada mais, nada menos do que já havia dito à revista IstoÉ. Ele foi absolutamente fiel às suas declarações. No entanto, o seu depoimento teve tal repercussão como se as suas declarações fossem todas novas, como se aquilo nada tivesse a ver com o que disse na revista IstoÉ, da qual toda a Nação brasileira tomou conhecimento. Nota-se que há uma multiplicação dos fatos negativos, tendo como objetivo atingir o Senhor Presidente da República. Neste momento, devemos — todos nós, Governo e Oposição — fazer um trabalho sério, como o que vem sendo feito na CPI, evitar a emocionalidade. Não devemos dar a entender a opinião pública que existem Partidos que querem tirar proveito da situação por estarmos às vésperas de uma eleição. Muitas vezes, a opinião pública não respeita os políticos porque acham que o objetivo principal destes é a eleição. Sempre que surge uma crise, às vésperas de uma eleição, essa crise é amplificada, sem se levar em consideração os prejuízos econômicos, financeiros, morais e éticos que geram para o País. De forma que devemos ter calma, tranquilidade e, sobretudo, seriedade para apurar tudo aquilo que seja importante para o nosso País. Nesse sentido, devemos demonstrar à opinião pública nacional que fazemos um trabalho sério e vamos encontrar os resultados que, efetivamente, devemos chegar. Nosso propósito nunca deve ser o de amplificar esta crise para aumentar o sofrimento do nosso povo, para desacreditar o nosso País junto às nações com as quais temos relação comercial e financeira importante para o Brasil. Enfim, Senador, precisamos ter neste momento o objetivo de recuperar junto à opinião pública nacional a credibilidade da classe política brasileira, porque o fato de 75% das pessoas consultadas pelo Ibope acreditarem que a CPI não chegará a resultados satisfatórios é um recado muito forte e muito claro sobre o nosso trabalho e o nosso comportamento, o comportamento da classe política brasileira. Muito obrigado, Senador Ney Maranhão.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Senador Raimundo Lira, V. Exª sintetizou o pensamento da maioria da população. V. Exª fez uma observação muito certa: uma parte minoritária, o Partido que o Presidente Fernando Collor derrotou nas eleições, especificamente o PT, nunca aceitou o Presidente Fernando Collor como um vencedor. O Partido dos Trabalhadores sempre considerou o Presidente Fernando Collor como um mito, e mito tem que ser destruído. O PT nunca aceitou

a modernidade, nunca aceitou a competitividade proposta pelo Chefe da Nação. Dentre os que assim pensam eu acredito que não esteja o Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** — O PT, Senador Ney Maranhão, nunca aceitou as práticas do Sr. Paulo César Cavalcante Farias. Isso, em especial, o PT não aceita.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Permita-me responder ao Senador Raimundo Lira e concederei o aparte a V. Exª.

Desde o início, o Partido dos Trabalhadores, através de seu Presidente e de alguns Deputados, pede o **impeachment** do Senhor Presidente da República. Se o faz de boa fé ou má fé, não sei, mas que a imprensa, pelo menos, fala nisso, é verdade!

Meu contrerrâneo de Caetés, perto de Garanhuns, e Presidente do seu Partido, Luís Ignácio Lula da Silva, como também alguns membros do PT pediram o **impeachment** do Presidente antes do início dessa crise. Dentro dessa linha, Senador, temos que ter cabeça fria; vamos olhar para o povo brasileiro. V. Exª tomou conhecimento de uma pesquisa em que o Presidente foi atacado injustamente, na maioria das vezes. O Partido de V. Exª, nobre Senador Eduardo Suplicy, poderia ter um pouco mais de paciência — está próximo o resultado da CPI — e não prejudicar.

Houve um aliado seu — e V. Exª mesmo reconheceu o engano — que veio precipitadamente dizer a todos os membros da CPI e à imprensa nacional que o Deputado Luís Eduardo, Líder do Bloco majoritário, estava na casa do Sr. Paulo César Farias. E isso foi dito na maior tranquilidade, como se realmente fosse verdade.

São esses os comentários que me preocupam, e a imprensa nacional deve ter cuidado ao fazê-los. Ouvi e acredito que, dependendo de V. Exª, Senador Eduardo Suplicy, de seu bom senso e da maioria do seu Partido, essas coisas serão evitadas.

**O Sr. Pedro Simon** — Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. NEY MARANHÃO** — Com muito prazer.

**O Sr. Pedro Simon** — O Senador Raimundo Lira apresentou o mesmo número que expus na tribuna. A DataFolha fez uma publicação em que o resultado de uma pesquisa afirmava que 71% das pessoas consultadas achavam que os trabalhos da CPI eram embromação, que não eram para dar em nada.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Eu não ouvi isso, Senador.

**O Sr. Pedro Simon** — Eu ouvi. Mas o que o Senador Raimundo Lira não disse e eu disse na tribuna, é que essa mesma pesquisa afirmou que 71% acham que o Presidente Collor está envolvido nos negócios do Sr. PC. Então, 71% dos entrevistados da DataFolha dizem que o Senhor Presidente da República está envolvido nos negócios do Sr. PC e 75% desses acreditam que a CPI nada vai resolver. É mais grave. A entrevista é o contrário do que disse o Senador Raimundo Lira. Nessa entrevista, 71% dizem que o Senhor Presidente da República está envolvido nos negócios do Sr. PC, mas não confiam no resultado da nossa CPI. Lamentavelmente, é verdade que as Comissões de Inquérito e o Congresso Nacional não têm muita credibilidade, mas não porque votam no Governo, não porque votam o **impeachment**, até porque nunca o fizeram. Não têm muita credibilidade, porque

de acordo com a opinião pública, no Congresso Nacional as matérias vão e vêm e nada acontece; crimes de colarinho branco continuam acontecendo. Os fatos são diferentes dos que os citados na análise feita pelo Senador Raimundo Lira. É o contrário do que S. Ex<sup>a</sup> diz. A opinião pública não confia na CPI, não porque a CPI vai tomar posição com relação ao Sr. Collor ou quem quer que seja, mas porque as pessoas acham que, neste Congresso, a CPI nasce, morre e não resolve absolutamente nada.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o aparte, nobre Senador Pedro Simon.

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin) — A Presidência se congratula com V. Ex<sup>a</sup> por ter completado uma hora e quarenta e um minutos de fala, sobrepujando em uma hora e trinta e seis minutos os cinco minutos regulamentares, e encarece a necessidade de que deixe a segunda etapa do seu pronunciamento para uma outra sessão.

**O Sr. Raimundo Lira** — Sr. Presidente, como fui citado pelo nobre companheiro Pedro Simon, peço um aparte ao nobre Senador Ney Maranhão.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Ouço V. Ex<sup>a</sup> com muita atenção.

**O Sr. Raimundo Lira** — Todas as considerações do Senador Pedro Simon a respeito da pesquisa estão absolutamente corretas. Fiz uma análise com relação à falta de credibilidade da classe política brasileira. Acredito que quanto a isso ninguém tem dúvida. Na pesquisa da DataFolha, S. Ex<sup>a</sup> está dando o número que é diferente do que o que eu havia dado, mas é importante levar em consideração que, na pesquisa do Ibope feita em 144 cidades brasileiras, 67% das pessoas consultadas disseram que querem a permanência do Presidente Fernando Collor e mais de 70% disseram que o Presidente, em seu pronunciamento, esclareceu as dúvidas.

Foi uma pesquisa posterior. Então, não tenho nada a contestar nos números da pesquisa que V. Ex<sup>a</sup> está citando. Apenas complemento dizendo que a pesquisa do Ibope é posterior, recente, foi feita após o pronunciamento e os esclarecimentos do Presidente Fernando Collor. Portanto, o Presidente ganhou a confiança da opinião pública brasileira nessa pesquisa do Ibope. Então, precisamos fazer um trabalho aqui, no Congresso Nacional, para que também nós, da classe política, recuperemos nosso prestígio e nossa credibilidade junto à opinião pública nacional.

**O Sr. Pedro Simon** — Há uma semana, o mesmo Ibope conclui que 65% achava péssimo o governo do Senhor Collor; 65% achava — não é ruim o termo — péssimo o governo do Senhor Collor. Realmente, eu concordo. Para melhorar o prestígio da classe política, vamos ter que convocar cadeia nacional de rádio e televisão.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Senador Pedro Simon, o culpado é o Congresso. V. Ex<sup>a</sup>, antes ouvia o Diário da Constituinte. Eram cinco minutos que o povo já estava se acostumando a ouvir. E nós tiramos isso. Se tivéssemos esses cinco minutos, Senador — não precisaríamos mais do que isso — estaríamos numa posição muito boa perante a opinião pública. Há aquele adágio, Senador Pedro Simon, no Nordeste: “Quem muito se abaixa,...” já sabem o que acontece.

**O Sr. Carlos Patrocínio** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador?

**O SR. NEY MARANHÃO** — Sr. Presidente, com a paciência de Jó que V. Ex<sup>a</sup> está tendo, permite que eu conceda ao Senador Carlos Patrocínio um pequenino aparte?

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin) — Em homenagem a Jó, o último.

**O Sr. Carlos Patrocínio** — Eminentíssimo Senador Ney Maranhão, quero congratular-me com V. Ex<sup>a</sup> quando apresenta, neste plenário, a situação, que volta a reinar, de tranquilidade, em nosso País, haja vista que as Bolsas de Valores, o dólar, tudo está sob controle. Há pouco, estive no Palácio do Planalto, oportunidade em que o Senhor Presidente da República recebeu a solidariedade e o apoio irrestrito de toda a sociedade rural brasileira. Ali foram assinados 3 convênios. Estavam lá o Presidente da Associação das Cooperativas Brasileiras, da Embrapa, que hipotecou o seu apoio ao Presidente da República. E na esteira do que V. Ex<sup>a</sup> tem falado, não é hora de se prejulgar, nós temos que aguardar os resultados da CPI. Nesta oportunidade, sinto-me, até, muito feliz com o resultado de uma CPI da qual participei, inclusive como Presidente de uma subcomissão, cujos trabalhos se encerraram o ano passado e que apurava as fraudes na Previdência Social. E, hoje, vemos no banco dos réus 25 cidadãos que foram indiciados. Eles estão sendo julgados no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Espero que a Justiça cumpra a sua parte. A CPI de que participamos e que analisou e mostrou as fraudes contra a Previdência Social, os responsáveis estão no banco dos réus. Penso que também essa CPI Mista do Congresso Nacional, que apura o envolvimento do Sr. Paulo César Farias, haverá de resgatar, efetivamente, a credibilidade das comissões parlamentares de inquérito perante toda a opinião pública nacional. Congratulo-me com V. Ex<sup>a</sup>. Creio que o momento é de tranquilidade e calma. O Presidente foi enfático, incisivo e tranqüilizou a Nação brasileira.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Carlos Patrocínio, esse oportuno aparte, no qual V. Ex<sup>a</sup> cita mais uma homenagem, mais uma solidariedade da classe daqueles a respeito de quem dizia o grande líder chinês Mao Tse Tung: “Povo de barriga cheia não pensa em revolução”.

Devemos cooperar, inclusive o Congresso, com esse trabalho do Presidente da República, com essa grande safra colhida sob o comando do Ministro Antônio Cabrera. É disso que precisamos: paz, paz e paz para este País, e deixar que o Presidente Fernando Collor governe.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>

*Durante o discurso do Sr. Ney Maranhão, o Sr. Mauro Benevides, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lucídio Portella, Suplente de Secretário.*

*Durante o discurso do Sr. Ney Maranhão, o Sr. Lucídio Portella, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Esperidião Amin.*

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin) — A Presidência recebeu o Ofício nº 1.161, de 29 de junho último, pelo qual o Presidente da Câmara dos Deputados encaminha o nome dos parlamentares daquela Casa que integrarão a Comissão Representativa do Congresso Nacional, que exercerá mandato no período de 1º de julho a 2 de agosto de 1992.

Ficou assim constituída a Comissão:

|                                     |      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |                    |
|-------------------------------------|------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|
| Ficou assim constituída a Comissão: |      | PDC                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | Carlos Albuquerque |
| SENADORES                           |      | Paulo Mandarino                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |                    |
| Titulares                           |      | PTR                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | Benedito Domingos  |
|                                     | PMDB | Eurides Brito                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |                    |
| Mauro Benevides                     |      | <b>O SR. PRESIDENTE</b> (Esperidião Amin) — A Presidência comunica ao Plenário que a Comissão Diretora aprovou em sua última reunião, realizada no dia 29, os Requerimentos de Informações nºs 441 e 445, de 1992, de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy e Wilson Martins, ao Ministro da Ação Social e ao Secretário de Ciência e Tecnologia, respectivamente.                                                                                                                                                     |                    |
| Iram Saraiva                        |      | <b>O SR. PRESIDENTE</b> (Esperidião Amin) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                    |
|                                     | PFL  | É lido e aprovado o seguinte                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                    |
| Meira Filho                         |      | <b>REQUERIMENTO Nº 485, DE 1992</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                    |
|                                     | PSDB | Senhor Presidente,                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |                    |
| Mário Covas                         |      | Na qualidade de Presidente da Comissão Temporária do Senado Federal, criada através do Ato nº 16, destinada a "Proceder Amplo Estudo do Sistema Previdenciário Brasileiro, tanto no tocante à sua estrutura quanto ao seu regime de custeio e benefícios e propor soluções cabíveis para o seu regular funcionamento" solicito a Vossa Excelência, conforme disposto na alínea a, § 1º do art. 76 do Regimento Interno desta Casa, a prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, do prazo concedido a este órgão técnico. |                    |
|                                     | PTB  | Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. — Senador <b>Almir Gabriel</b> — Presidente.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                    |
| Jonas Pinheiro                      |      | <b>O SR. PRESIDENTE</b> (Esperidião Amin) — Aprovado o requerimento, fica prorrogado o prazo da Comissão.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |                    |
|                                     | PRN  | Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |                    |
| Áureo Mello                         |      | É lido e aprovado o seguinte                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                    |
|                                     | PDT  | <b>REQUERIMENTO Nº 486, DE 1992</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                    |
| Maurício Corrêa                     |      | Senhor Presidente,                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |                    |
| DEPUTADOS                           |      | Na qualidade de Presidente da Comissão Temporária do Senado Federal, criada através do Requerimento nº 146/1991-SF, destinada a "estudar, analisar e acompanhar as atividades da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento — ECO-92," solicito a Vossa Excelência, conforme disposto na alínea a, § 3º do art. 76 do Regimento Interno desta Casa, a prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, do prazo concedido a este órgão técnico.                                                      |                    |
| Titulares                           |      | Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. — Senador <b>Almir Gabriel</b> — Presidente.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                    |
| BLOCO PARLAMENTAR                   |      | <b>O SR. PRESIDENTE</b> (Esperidião Amin) — Aprovado o requerimento, fica prorrogado o prazo da Comissão.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |                    |
| Délio Braz                          |      | Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |                    |
| Humberto Souto                      |      | É lido e aprovado o seguinte                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                    |
| Ézio Ferreira                       |      | <b>REQUERIMENTO Nº 486, DE 1992</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                    |
| Odelmo Leão                         |      | Senhor Presidente,                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |                    |
|                                     | PMDB | Na qualidade de Presidente da Comissão Temporária do Senado Federal, criada através do Requerimento nº 146/1991-SF, destinada a "estudar, analisar e acompanhar as atividades da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento — ECO-92," solicito a Vossa Excelência, conforme disposto na alínea a, § 3º do art. 76 do Regimento Interno desta Casa, a prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, do prazo concedido a este órgão técnico.                                                      |                    |
| Germano Rigotto                     |      | Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. — Senador <b>Almir Gabriel</b> — Presidente.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                    |
| João Almeida                        |      | <b>O SR. PRESIDENTE</b> (Esperidião Amin) — Aprovado o requerimento, fica prorrogado o prazo da Comissão.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |                    |
| Lázaro Barbosa                      |      | Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |                    |
|                                     | PDT  | É lido e aprovado o seguinte                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                    |
| Waldir Pires                        |      | <b>REQUERIMENTO Nº 486, DE 1992</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                    |
| Sérgio Gaudenzi                     |      | Senhor Presidente,                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |                    |
|                                     | PSDB | Na qualidade de Presidente da Comissão Temporária do Senado Federal, criada através do Requerimento nº 146/1991-SF, destinada a "estudar, analisar e acompanhar as atividades da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento — ECO-92," solicito a Vossa Excelência, conforme disposto na alínea a, § 3º do art. 76 do Regimento Interno desta Casa, a prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, do prazo concedido a este órgão técnico.                                                      |                    |
| Sigmaringa Seixas                   |      | Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. — Senador <b>Almir Gabriel</b> — Presidente.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                    |
|                                     | PDS  | <b>O SR. PRESIDENTE</b> (Esperidião Amin) — Aprovado o requerimento, fica prorrogado o prazo da Comissão.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |                    |
| Ibrahim Abi-Ackel                   |      | Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |                    |
|                                     | PT   | É lido e aprovado o seguinte                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                    |
| Chico Vigilante                     |      | <b>REQUERIMENTO Nº 486, DE 1992</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                    |
|                                     | PTB  | Senhor Presidente,                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |                    |
| Nelson Trad                         |      | Na qualidade de Presidente da Comissão Temporária do Senado Federal, criada através do Requerimento nº 146/1991-SF, destinada a "estudar, analisar e acompanhar as atividades da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento — ECO-92," solicito a Vossa Excelência, conforme disposto na alínea a, § 3º do art. 76 do Regimento Interno desta Casa, a prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, do prazo concedido a este órgão técnico.                                                      |                    |
|                                     | PL   | Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. — Senador <b>Almir Gabriel</b> — Presidente.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                    |
| João Texeira                        |      | <b>O SR. PRESIDENTE</b> (Esperidião Amin) — Aprovado o requerimento, fica prorrogado o prazo da Comissão.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |                    |
|                                     |      | Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |                    |
|                                     |      | É lido e aprovado o seguinte                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                    |



**REQUERIMENTO Nº 487, DE 1992**

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, alínea c, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 1992 (nº 2.905/92, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre os vencimentos dos docentes de 1º e 2º Graus pertencentes ao Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987.

Sala das Sessões, 2 de julho de 1992. **Humberto Lucena** — **Esperidião Amin** — **Chagas Rodrigues** — **Élcio Álvares**.

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin) — O requerimento lido será votado oportunamente.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

**NOTA OFICIAL**

O Movimento pela ética na Política, integrado por entidades da sociedade civil avaliando as novas denúncias que vieram ao conhecimento público, que indicam, agora, o envolvimento do próprio Presidente da República, se sente no dever de manifestar à Nação o seguinte:

1 — Mais do que nunca é dever da sociedade brasileira, acompanhar e fortalecer os trabalhos da CPI e as investigações instauradas pelo Ministério Público Federal, repudiando as tentativas de sua obstrução por aqueles que não desejam a real apuração das denúncias e reafirmando a sua confiança no desempenho do Congresso Nacional e da Procuradoria Geral da República;

2 — As justificativas e explicações que o Presidente da República precisou, mais uma vez, prestar à Nação, não obtiveram o resultado de tranquilizar a sociedade brasileira, pronunciamento que foi incapaz de afastar as evidências e tirar as dúvidas que permanecem no espírito e na consciência dos cidadãos;

3 — É lamentável que reiteradamente se leve para o rádio e a televisão a apuração de denúncias cujo único fórum constitucional, é aquele conduzido pela CPI, pelo Ministério Público, e pelo Supremo Tribunal Federal;

4 — A necessidade do respeito à Constituição que contém os mecanismos competentes para, após o resultado da CPI e do processo instaurado pelo Ministério Público, e dependendo dele, estabelecer-se a responsabilização das autoridades públicas e o seu afastamento dos cargos, não se admitindo soluções golpistas;

5 — A constatação de que a crise que abala a Nação não é, como se pretende insinuar, nem fantasiosa, nem orquestrada, porém originada do próprio Poder Executivo que se torna, assim, o único responsável pela ingovernabilidade que ele mesmo criou e que tenha transferir para outros setores da sociedade;

6 — Nutre a convicção da importância do papel constitucional que a imprensa cumpre nos regimes democráticos, daí porque rejeita qualquer tentativa de tutela ou intimidação;

7 — A sociedade civil permanece alerta e conclama aos brasileiros e suas organizações a se mobilizarem no acompanhamento passo a passo dos inquéritos, como forma atual de realização e concretização da cidadania brasileira cujo resgate haver-se-á de conseguir.

Entidades Subscritoras:

OAB — Ordem dos Advogados do Brasil, CUT — Central Única dos Trabalhadores, CGT — Confederação Geral

dos Trabalhadores, CONTAG — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, ABI — Associação Brasileira de Imprensa, ANDES-SN — Sindicato Nacional do Ensino Superior, CFM — Conselho Federal de Medicina, CJP/SP — Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, COFECOM — Conselho Federal de Economia, CPT/DF — Comissão Pastoral da Terra do Distrito Federal, CESE — Coordenadoria Eclesiástica de Serviço, DIAP — Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, FENAJ — Federação Nacional dos Jornalistas, IBASE — Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas, INESC — Instituto de Estudos Sócio-econômicos, MNDH — Movimento Nacional de Direitos Humanos, Movimento em Defesa dos Sistemas Petrobrás e Telebrás, MST/DF — Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Distrito Federal, SBPC — Sociedade Brasileira para o Processo da Ciência — Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, ANPG — Associação Nacional de Pós-Graduandos, CNTE — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Educação, PNBE — Pensamento Nacional das Bases Empresariais, UNE — União Nacional dos Estudantes.

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin) — O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Passa-se, agora, à votação do Requerimento nº 487, de 1992, de urgência, lido na presente sessão, para o Projeto de Lei da Câmara nº 62/92.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Sr. Presidente, gostaria de saber qual é o assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin) — Trata-se, Senador Jutahy Magalhães, do requerimento — e antecipo que V. Exª haverá de ser favorável não apenas ao requerimento, mas ao seu mérito — lido, há poucos instantes, pelo nobre Senador Aúreo Mello, que versa sobre projeto de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre os vencimentos dos docentes de 1º e 2º graus, pertencentes ao Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — É urgência b ou c?

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin) — É urgência c, dos Líderes, conforme foi lido há pouco. E, a matéria integra a pauta da convocação extraordinária.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Com urgência c, tudo bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin) — Com a anuência expressa, portanto, do nobre Senador Jutahy Magalhães, o requerimento está aprovado, devendo a matéria figurar na Ordem do Dia da segunda sessão ordinária subsequente.

Com a palavra, pela Liderança do PFL, o Senador Guilherme Palmeira.

**O SR. GUILHERME PALMEIRA** (PFL — AL. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, é mais um esclarecimento do que um discurso. E tenho certeza que ele receberá o apoio e o respaldo da Casa.

Ontem, no decorrer dessa guerra fria que se alonga há muito tempo no meio político brasileiro, procuraram-me vários jornalistas que me indagaram se a crise tinha se agravado. Eu disse: "Que eu saiba, não!" "Mas Senador, o senhor não sabe que a coisa está esquentando?" "Não, absolutamente.



Segundo minha óptica, o esclarecimento do Presidente acalmou a Nação e colocou os fatos no devido lugar. Então, não vejo por que alarmes, não vejo por que nenhum tipo de terrorismo — dado que vem sendo constante nos últimos tempos. “Ah! mas o senhor não sabe da fita?” “Que fita, meus amigos? A fita que o Senador Eduardo Suplicy adquiriu?” Desconheço a fita e muito menos que tenha sido adquirida pelo Senador Eduardo Suplicy.”

**O Sr. Eduardo Suplicy** — O Senador Suplicy divulgou-a.

**O SR. GUILHERME PALMEIRA** — Estou relatando a informação que recebi dos jornalistas. E V. Exª veja que, ao mesmo tempo, já refutei as insinuações que haveria por trás das colocações que os jornalistas fizeram.

A fita em que o Presidente Collor acusa o Senador Marco Maciel, o Governador Antônio Carlos Magalhães e o Ministro Jorge Bornhausen — é a essa a que o Presidente dá mais ênfase hoje. Mas essa fita é coisa do momento? Não. Foi uma fita da campanha presidencial de 1988. Esses são fatos que se devem ouvir, tomar-se conhecimento, mas não se pode levar a sério, tenho certeza, são produtos do acirramento de uma campanha eleitoral no sentido de se procurar atingir objetivos na hora em que se tentava criticar muito mais os ministros e os parlamentares; muito mais ainda se queria atingir o Presidente José Sarney, alvo da campanha do então candidato, hoje Presidente, Fernando Collor.

Realmente não se podia levar a sério que esse assunto fosse trazido a esta Casa como prova, para se acrescentar dentro da CPI, as acusações ou as ligações que se quer fazer do senhor PC com o Senhor Presidente Fernando Collor. E, para espanto meu, para surpresa minha, esse vídeo foi passado no gabinete do Presidente do Senado. Ora, se o Senador Eduardo Suplicy, ou qualquer companheiro nosso, dispõe de alguma prova, que a leve para a CPI, se isso de fato é prova. Mas convocar-se o Senado para, no gabinete da Presidência, assistir a uma fita de campanha de 1988, em que um então candidato à Presidência da República faz um pronunciamento, é estranho para mim. Estranho o Presidente Mauro Benevides, homem respeitável, sério, lúcido, tenha admitido que esse vídeo fosse exibido no seu gabinete. O Senado não é cinema! O Senado não é estúdio de televisão!

**O Sr. Eduardo Suplicy** — Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador?

**O SR. GUILHERME PALMEIRA** — Espere dois minutos, para que eu possa concluir, por favor.

Estranhamente, hoje, depois de exibida essa fita, ou composto esse cinema, a *Folha de S. Paulo* publica em manchete: “Bornhausen é mala preta, disse Collor, quando, na verdade, foi comprovado que o candidato Fernando Collor fez tais acusações ao então Ministro Jorge Bornhausen, que, hoje, é Ministro do seu Governo. Não tenho dúvida de que as fez, certamente, no calor da campanha, no arroubo oratório. Na ocasião em que foi feito esse pronunciamento, concorri ao Governo de Alagoas com o hoje Presidente Fernando Collor de Mello. Na verdade, o então Ministro do Gabinete Civil, Marco Maciel, lá esteve como pefelista, como Presidente do PFL, para nos levar a sua solidariedade. A mala é realmente invenção do tempo. Lá estiveram, também, Aureliano Chaves, Ministro das Minas e Energia, e o Ministro Jorge Bornhausen, não para levar a sua solidariedade ao seu companheiro, fundador do PFL, que concorria à eleição; S. Exª foi assinar convênios do interesse do Estado que jamais benefi-

ciariam a minha candidatura, porque firmados com o Governador de Alagoas — que foi do PFL, mas já não o era mais, e apoiava, naquela ocasião, o Dr. Fernando Collor de Mello.

Para esclarecer a presença e a seriedade do Ministro, se fosse para beneficiar a minha candidatura, com a mala preta, que é possível que existisse, mas levando convênios em benefícios do Nordeste e de Alagoas, não iria ao Palácio do Governo para prestigiar o governador que combatia o seu candidato.

Claro que talvez isso fosse dispensável porque todos conhecemos muito bem o Senador e hoje Ministro Jorge Bornhausen. Mas, como indiretamente estava envolvido pela citação de fita e pelo arroubo oratório do nosso atual Presidente, não poderia deixar de trazer esse esclarecimento ao Senado.

O Senador Jorge Bornhausen — assim como o Senador Marco Maciel, como o Governador Antônio Carlos Magalhães, que em Alagoas não esteve, e Aureliano Chaves — lá foi me prestigiar sem levar malas com dinheiro, sem coagir e sem tentar mudar a opinião de quem quer que fosse.

A posição do Ministro Jorge Bornhausen foi sempre de sobriedade, de seriedade e de idealismo porque jamais ouvi falar que S. Exª tenha fugido dos seus objetivos políticos para fazer qualquer tipo de concessão que afrontasse a sua consciência, a sua moral ou a de seus companheiros.

**O Sr. Eduardo Suplicy** — V. Exª me permite um aparte?

**O SR. GUILHERME PALMEIRA** — Pois não, nobre Senador.

**O Sr. Eduardo Suplicy** — Prezados Senador Guilherme Palmeira, em primeiro lugar, diante da reação do Ministro Jorge Bornhausen no gabinete do Senador Marco Maciel sobre esse fato expresso ontem, assisti a um noticiário de televisão em que o Ministro deu uma entrevista. Perguntado sobre o assunto, ele fez uma insinuação que preciso responder de pronto, da tribuna do Senado. Disse o Ministro Jorge Bornhausen que quem precisa dar explicações é o Senador Eduardo Suplicy porque ele teria tido a notícia que esta fita estaria à venda por 60 mil dólares. Quero esclarecer — e com a declaração do Sr. Alexandre Alcântara, que foi quem me colocou em mãos esta fita — o seguinte termo de doação espontânea: “Declaro, para os devidos fins e efeitos, que faço, nesta data, doação espontânea ao Partido dos Trabalhadores, na pessoa do Exº Senhor Eduardo Matarazzo Suplicy, das imagens contidas na fita de videocassete, gravada em 9 de julho de 1988, no Sindicato dos Têxteis, na Cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro, retratando pronunciamentos do então candidato à Presidência da República, Dr. Fernando Collor de Mello. Outrossim, aclaro não ter sido solicitado, nem ter-me sido ofertado, e não ter recebido quaisquer tipos de recompensa seja ela a que título for, salvo o expresso compromisso assumido pelo Sr. Senador de levar tais fatos ao conhecimento da Nação brasileira. Tal decisão foi fundamentada unicamente na consciência de cidadão brasileiro e não meu legítimo direito de eleitor. Brasília, 1º de junho de 1992. Alexandre Alcântara”.

Quero, de pronto, colocar com clareza que nunca teria pago por esse documento, que considero relevante e que o divulguei sim, inclusive solicitando o uso do gravador e do “videotape” do gabinete do Presidente do Senado Federal, por se tratar da palavra do Senhor Presidente da República quando Governador do Estado de Alagoas. Um ano antes, em 9 de julho de 1988, ele ainda não era candidato oficial, e sim Governador, fazendo peregrinação pelo País, onde dizia

que combatia os marajás e lutava pela moralidade. Ele disse palavras de extraordinária gravidade, que não podem ser diminuídas tão facilmente. Era, então, Governador de Alagoas, mas mesmo assim, o Presidente da República precisa ter responsabilidade no que diz quando fala à Nação Brasileira. Naquele dia ele disse: "Eu tive nas minhas costas o Antônio Carlos Magalhães; eu tive nas minhas costas o Marco Maciel," que era Chefe da Casa Civil naquela ocasião. "O Bornhausen, que era Ministro da Educação, que ia lá com a mala preta e isso eu denuncio em todo lugar que chego e ele não me desmente. Ele chegou lá com a mala preta cheia de dinheiro, comprando, querendo comprar aqueles que estavam comigo, dizendo: Toma esse dinheiro aí para você construir um prédio, mas você aplica na campanha do fulano e lá na frente você presta contas comigo." O que é muito diferente de dizer que estou com recursos, como Ministro, para ajudar o organismo A, B ou C em qualquer setor. Pois bem, foi um jovem de 21 anos, que apoiava o então Governador e potencial candidato a Presidente da República, Alexandre Alcântara, que percebeu a contradição nas atitudes do então governador e hoje Presidente Fernando Collor. Acredito que cabe ao Presidente Fernando Collor de Mello explicar se isso foi apenas entusiasmo de campanha e, se quando está entusiasmado para falar, ele se utiliza de imagens que não são verdadeiras. Gostaria de ter falado sobre o assunto na presença do Líder do PFL, Marco Marciel sobre o assunto. Avisei-o através de seus assessores que estaria aqui falando. Ressaltei ainda, durante meu pronunciamento, que, em nenhuma ocasião tive qualquer dúvida sobre a integridade do Senador Marco Maciel e que nessas palavras, inclusive, nada há de negativo contra ele, senão referência a um ato político; o fato de um político estar "nas costas" de outro não tem qualquer significado. O ponto grave é sobre o Ministro Jorge Bornhausen com relação a quem, até hoje, salvo nesta ocasião, não tinha ouvido qualquer referência que pudesse desabonar a sua integridade. Ontem, disse da tribuna que, quando o Senador Jorge Bornhausen foi designado ministro, perguntei a seu respeito a alguns de meus colegas no Senado e de todos obtive o testemunho de que se tratava de pessoa séria e íntegra. Entretanto, esse pronunciamento do Presidente Fernando Collor de Mello não pode ser assim diminuído. Se fosse o Ministro Jorge Bornhausen, gostaria de saber do Presidente como foi possível que tivesse dito isso, mesmo naquela oportunidade, e esse fato teria ocorrido mesmo. O Presidente Fernando Collor pôde, mesmo enquanto candidato, enquanto Governador das Alagoas, dizer algo tão grave sobre uma pessoa e ainda comentar: "ele não me desmente". É algo sério. Ainda ontem à noite, ouvi o Ministro Ricardo Fiúza, em debate com o Senador Fernando Henrique, tentando diminuir o fato, dizendo que em campanha eleitoral se pode falar qualquer coisa. Eu não falo qualquer coisa.

**O SR. GUILHERME PALMEIRA** — Eu também não.

**O Sr. Eduardo Suplicy** — ... mesmo em campanha eleitoral, a respeito de meus adversários ou competidores de maneira tão grave sem ter provas, sem saber se é verdade. Então, não aceito a insinuação do Ministro Jorge Bornhausen porque jamais alguém que me conhece bem conceberia que eu pudesse adquirir a fita. Eu disse ao Sr. Alexandre Alcântara: Isso deve ser divulgado no interesse público e por nada mais. Gostaria de tornar muito claro isso, mas o contexto foi — e ontem fiz um paralelo a esse respeito — que o Presidente da República falou à Nação de forma convincente para conseguir um

bom resultado no IBOPE, sem, no entanto, esclarecer todos os fatos a respeito dos quais a CPI foi constituída e que devem ser esclarecidos; não esclareceu os fatos sobre os quais há contradições evidentes, a respeito do que relatou ontem o Sr. Francisco Eriberto Freire França que, para quem ouviu bem. E o povo brasileiro não teve a oportunidade de ouvir da mesma maneira esse depoimento como ouviu o pronunciamento do Presidente da República, em cadeia nacional, às 8h da noite e, portanto, não pôde comparar tão bem as palavras do Presidente com as que hoje tem a CPI. Tenho confiança em nosso trabalho, mas creio que é direito do Presidente esclarecer à Nação o seu ponto de vista, assim como é responsabilidade dos Membros da CPI do Congresso Nacional colher todos os elementos e fazer o trabalho de forma a mais imparcial possível para chegar a conclusões que acredito, infelizmente, caminham para uma situação que não será tão fácil ao Presidente da República explicar. Mas o que eu não aceito, Senador Guilherme Palmeira — e tenho abertamente criticado o Presidente da República — é que Sua Excelência falte com a verdade ao povo brasileiro. E, neste caso, ou Sua Excelência não falou a verdade em 1988, ou, então, na terça-feira última, quando disse a todo o País que considerava íntegras as pessoas que compõem seu ministério. Porque teria sido ele próprio que, em 1988, disse que não considerava íntegro um dos seus atuais Ministros. Então, observei que houve uma contradição. E cabe — eu avalio — ao Presidente Fernando Collor de Mello explicar, afinal, se fala sempre a verdade ou se, no calor da campanha, é-lhe permitido deixar de falar a verdade.

**O SR. GUILHERME PALMEIRA** — Senador Eduardo Suplicy, agradeço-lhe pelo discurso paralelo, que foi esclarecedor. Ninguém tem dúvida da honorabilidade de V. Ex<sup>a</sup> Agora, quando se coloca — e eu tenho a impressão de que a frase do Ministro Jorge Bornhausen foi com base no que disse a revista *Veja*: Que o Sr. Alexandre Alcântara era um espertalhão e que estava querendo negociar uma fita por 60 mil dólares. Daí o desabafo do Ministro que, certamente, já tinha conhecimento desse arroubo oratório do candidato Fernando Collor que tem, em várias oportunidades, pedido desculpas por erros que, como ser humano e como Presidente da República, tem também cometido.

E só pode ter sido isso. E tanto é um reconhecimento da seriedade, da honorabilidade do Dr. Jorge Bornhausen que ele foi convocado para ser ministro do Dr. Fernando Collor.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Senador Guilherme Palmeira, gostaria também de apartear-lo.

**O Sr. Esperidião Amin** — Gostaria de me habilitar também, Senador Guilherme Palmeira.

**O SR. GUILHERME PALMEIRA** — Pessoalmente, nunca me passou pela cabeça dúvidas quanto à seriedade de V. Ex<sup>a</sup> e esta Casa tem reverenciado várias vezes o seu trabalho, a sua elegância, a sua maneira de conduzir e defender suas idéias. Agora, realmente, espanta-me que a revista *Veja* tenha feito comentário sobre esse cidadão e que, em seguida, ele se torne um patriota, um homem que está interessado em salvar o País, porque tem provas de que o Presidente Collor está envolvido com isso ou com aquilo. Ora, realmente é de espantar e estranho que acreditem em pessoas que não tenham comprovadamente idoneidade. Eram os esclarecimentos, com o maior respeito, que teria a dar a V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Valmir Campelo** — V. Ex<sup>a</sup> permite-me um aparte?

**O SR. GUILHERME PALMEIRA** — Ouço o aparte do nobre Senador.

**O Sr. Valmir Campelo** — Senador, já fiz alguns pronunciamentos aqui e venho combatendo a perda de tempo que ocorre com discussões que, me perdoem, não levam a nada. Em função disso, volto a repetir: é lamentável! O País está praticamente parado. Tive a oportunidade de aqui dizer, nobre Senador, que nós, do Congresso Nacional, temos um papel fundamental, importantíssimo nessa fase: o de preencher esse espaço, essa lacuna que há. Infelizmente, tenho dito e reparado que esta Casa, o Senado Federal, tem sido um palco para comícios eletrônicos, verdadeiros comícios eletrônicos. Pessoas vêm e falam 3h na tribuna, sendo que os projetos importantes deixam de ser votados, porque se está perdendo tempo em função disso. Penso que chegou o momento de se dar um basta, de assumirmos a responsabilidade de votar o que está em pauta assim como os projetos importantes. As discussões como as levantadas aqui não levam a absolutamente nada. Uma fita gravada há quatro anos... Trázer o que aquele candidato disse ou não, pelo amor de Deus! Isso não é assunto para Senadores da República. Perdoem-me, sou um Senador jovem, mas eu não posso me conformar com isso, não posso! Eu não concordo com isso. E as denúncias de que o Governo está sendo alvo devem ser apuradas pelo órgão que o Congresso Nacional designou, a CPI, cujos membros são indicados pelos próprios partidos políticos. Temos que dar uma responsabilidade aos políticos e acreditar nos que fazem parte dessa CPI. Eles foram indicados pelos próprios partidos políticos. Conheço, Senador, também o Ministro Jorge Bornhausen, há muito tempo; eu como Deputado e S. Ex<sup>a</sup> como Senador. Sei de sua integridade moral, de sua idoneidade e de seu caráter. Por isso, associo-me a V. Ex<sup>a</sup> pela manifestação que faz, pelo repúdio à conotação que está sendo dada, que foi dada ontem. Pode ter a certeza que comungo com aqueles que desejam que este Congresso discuta realmente com os grandes assuntos que a Nação, a sociedade civil está esperando. Deixemos de fazer dessa tribuna um palanque eletrônico, à busca da mídia eletrônica. O Congresso Nacional tem uma responsabilidade importante neste momento, e cabe mais uma vez à CPI apurar todos os fatos e a verdade, independentemente das cores partidárias, como todos nós que compomos a CPI estamos fazendo.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> aparte?

**O SR. GUILHERME PALMEIRA** — Muito obrigado, nobre Senador Valmir Campelo, pelo substancioso aparte que dá ênfase ao esclarecimento que procuro fazer.

Depois dos elogios que o Senador Eduardo Suplicy fez ao Ministro Jorge Bornhausen, pouco teria a acrescentar, mas tinha que dar o testemunho de quem viveu o episódio citado com o então candidato Fernando Collor. Precisava dar ênfase a isso, porque é verdade.

Ouçõ inicialmente V. Ex<sup>a</sup>, com muito prazer, Senador Raimundo Lira.

**O Sr. Raimundo Lira** — Senador Guilherme Palmeira, esse episódio só faz diminuir o Congresso Nacional e, especialmente, o Senado. Um pronunciamento que foi feito em 1988 num palanque eleitoral, se tivesse sido trazido à tribuna do Senado por qualquer um dos Srs. Senadores, à excessão do Senador Eduardo Suplicy, que é candidato a Prefeito de São Paulo, não teria recebido uma linha sequer em qualquer jornal do País, porque é assunto superado, é assunto de campanha. Existem milhares e milhares de fitas nos arquivos deste País.

Eu mesmo tenho centenas de fitas, nos meus arquivos, sobre as campanhas eleitorais e que só são usadas como argumento durante essas campanhas. Portanto, querer que o Presidente vá explicar isso não tem o menor sentido, é algo que não pode ser levado em consideração. Foi um pronunciamento feito por um candidato que tinha, naquele momento, como seu maior adversário o Governo José Sarney. Quero complementar minhas palavras, dizendo que conheço o Ministro Jorge Bornhausen. Por muitos anos, convivi com S. Ex<sup>a</sup> aqui no Senado Federal. S. Ex<sup>a</sup> é um homem sério, íntegro e merece o prestígio e o respeito de toda a Nação brasileira. Portanto, considero injusto, fora de tempo, trazer uma fita dessas, que já havia sido denunciada pela revista *Veja* como um instrumento de barganha, um instrumento que alguém usou com o objetivo principal de ganhar dinheiro. Fui registro aqui o meu mais veemente protesto por esses fatos: primeiro, por trazer à tribuna do Senado um fato que não tem a menor importância, com valor apenas num palanque eleitoral. Não podemos aceitar ou permitir que a tribuna do Senado seja transformada num palanque eleitoral. Quero encerrar as minhas palavras, dizendo que aceito, na íntegra, os esclarecimentos de V. Ex<sup>a</sup> tenho certeza de que o Ministro foi lá, levando em sua pasta os convênios para beneficiar o Estado de Alagoas na área da educação. Tenho certeza absoluta de que o Presidente Fernando Collor de Mello fez aquele pronunciamento no calor da campanha. Ele é um homem forte, determinado, e já disse a este País, centenas de vezes, que é um homem fortemente emotivo, e é por isso que tem força suficiente para enfrentar toda essa armação que se montou no País contra ele. Portanto, Sua Excelência nada tem a esconder. Todos os fatos, episódios e acontecimentos são de absoluta clareza, de absoluto conhecimento de todo o povo brasileiro. Deixo aqui a minha solidariedade a V. Ex<sup>a</sup>, ao Presidente da República e ao Ministro Jorge Bornhausen.

**O SR. GUILHERME PALMEIRA** — Muito obrigado, Senador Raimundo Lira, pelo aparte que engrandece o meu pronunciamento.

**O Sr. Aureo Mello** — V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. GUILHERME PALMEIRA** — Concedo o aparte ao nobre Senador.

**O Sr. Aureo Mello** — Ao lado das outras palavras já proferidas aqui, queria fazer algumas observações. É que, na época dos comícios, num momento em que um orador como Fernando Collor está no auge da sua campanha, ele que é, evidentemente, um tribuno do povo, pelas suas qualidades de oratória, tem a incumbência — atribuída até pelos correligionários — de fazer aqueles ataques que são fogo de barragem; evitam que o adversário, em determinada conjuntura, possa avançar na consideração do povo. Muitas vezes acontece mesmo, porque o tribuno do povo é compelido até a dizer o que não quer, porque o povo assim o exige, mas sem maior consequência e sem maior responsabilidade. E, como V. Ex<sup>a</sup> já disse, em outra oportunidade, agora há provas de que o próprio Presidente está convencido de que aquela mala preta não tinha outro significado senão o de carregar os papéis destinados à campanha. E que Sua Excelência teve a oportunidade de acolher, no seio do seu gabinete, a figura extraordinária do nosso Ministro Bornhausen, homem de integridade moral e de capacidade intelectual acima de qualquer suspeita e que, pela dignidade, pela maneira com que vem desempenhando o cargo que lhe foi atribuído merece o respei-

to e a consideração de todo este Senado e de todos os políticos brasileiros. Este é o ponto a sublinhar: Bornhausen representa um atestado de inteireza política que foi, em boa hora, apreciado e compreendido pelo Presidente Collor. Era apenas isso que desejava dizer a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. GUILHERME PALMEIRA** — Obrigado, Senador Aureo Mello. V. Ex<sup>a</sup> focaliza com muita propriedade a figura do Senador Jorge Bornhausen e demonstra, esclarece que o Presidente da República, ao convocá-lo, reconhece os grandes valores políticos deste País.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. GUILHERME PALMEIRA** — Com muita honra, nobre Senador.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Senador Guilherme Palmeira, ouvi reprimendas a senadores que fazem daqui um palanque; ouvi reprimendas ao Senador Ney Maranhão, que hoje falou mais de uma hora; se tentaram atingir o Senador Suplicy, atingiram o Senador Ney Maranhão, que obstruiu as votações no Plenário. Eu não vejo razão alguma para queixas sobre o fato de se trazer ao plenário do Senado um debate político. Se temos obrigação de votar projetos, temos também — não digo tanto obrigação — mas temos o direito de debater assuntos políticos. Agora, tenho a "satisfação" de dizer que estou aprendendo muito com as explicações que estão sendo dadas; agora mesmo ouvi o nobre Senador Aureo Mello dizer que o então candidato Fernando Collor recebeu missão dos seus correligionários para dizer aquilo que não pensava, mas que o povo queria que ele dissesse, para atender aquilo que o povo queria.

**O Sr. Aureo Mello** — Não, eu não disse isso. Eu disse que supunha que o Presidente pudesse até ter recebido a orientação para protestar, porque o tribuno do povo fala justamente em nome do povo.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Em hipótese, Senador Aureo Mello.

**O SR. GUILHERME PALMEIRA** — Interpretação do Senador Jutahy Magalhães.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Quero também dizer que estou começando a atender esse arroubo oratório, que era muito repetido na campanha do Presidente. Recordo-me também que Sua Excelência utilizou na campanha o palanque eletrônico ao ir, com um dossiê, ao Ministro da Justiça de então, o Sr. Oscar Correia, com as televisões, com os holofotes em cima dele, para dizer: "Exijo de V. Ex<sup>a</sup> a apuração desses fatos da CPI da corrupção". E ele foi acompanhado pelo então Senador Carlos Chiarelli, que era o relator da CPI. Esse deve ter sido também um arroubo oratório, porque, quando chegou à Presidência, não teve a menor preocupação de apurar nenhum dos fatos apontados naquela comissão. Pelo contrário, uniū-se a todos aqueles que eram acusados naquela CPI. Então, veja V. Ex<sup>a</sup> que esses arroubos oratórios tiram um pouco da credibilidade do que diz o Sr. Fernando Collor, seja candidato, seja Presidente. Terá sido um arroubo oratório a fala de anteontem do Presidente? Será que nada daquilo que disse era realmente o que estava pensando?

**O SR. GUILHERME PALMEIRA** — Mas agora ele não é candidato.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Mas é um arroubo oratório de um Presidente que está querendo explicar o que é inexplicável. É algo que ficou sem saber. O arroubo oratório era

de antes, ou era de antes e de hoje? E se era só de antes, agora passou a saber falar a verdade, exclusivamente a verdade e nada além da verdade? O arroubo oratório era só naquela época?

**O SR. GUILHERME PALMEIRA** — É um privilégio do Senhor Fernando Collor.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Não é privilégio dele. Mas ele teve a infelicidade de chegar à Presidência. A palavra dele está começando a ser posta em dúvida.

**O SR. PRESIDENTE** (Beni Veras) — Senador Jutahy Magalhães, a Presidência informa a V. Ex<sup>a</sup> que o tempo regimental do nobre orador está esgotado, e que a sessão será prorrogada por cinco minutos para que o orador tenha oportunidade de concluir o seu pronunciamento.

Não havendo objeção do Plenário, prosseguiremos a sessão por mais cinco minutos.

V. Ex<sup>a</sup> tem a oportunidade de concluir, nobre Senhor Guilherme Palmeira.

**O SR. GUILHERME PALMEIRA** — Pediria mais um pouco de benevolência da Mesa já que alguns companheiros pediram apartes.

**O Sr. Meira Filho** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. GUILHERME PALMEIRA** — Com prazer ouço V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Meira Filho** — Nós, Senadores, já vivemos sobresaltados com Alexandre Garcia, que não nos deixa sossegados. Ninguém neste plenário nem no Plenário do Congresso tem mais aquela privacidade que deveria ter. Se já vivíamos sobresaltados com Alexandre Garcia, agora mais ainda, com o Senador Eduardo Suplicy. Daqui a pouco, vai aparecer um filmezinho esquisito a nosso respeito. Era só o que eu tinha a dizer.

**O SR. GUILHERME PALMEIRA** — Muito obrigado, Senador. Concedo o aparte ao Senador Mansueto de Lavor.

**O Sr. Mansueto de Lavor** — Senador Guilherme Palmeira, tenho duas preocupações. A questão do discurso da campanha o Senador entende muito bem; também foi vítima na campanha de São Paulo. A diferença é que o Pastor Armando Correia, então Presidente do PMN, foi condenado por causa de acusações irresponsáveis feitas na campanha. Seria bom que essa prática da Justiça de São Paulo se estendesse a todo o País, para que as pessoas não acusassem nem caluniassem, mesmo no arroubo da campanha eleitoral; que a cobrança da responsabilidade e o mesmo rigor da lei que houve para com o Dr. Armando Correia se desse com relação aos outros candidatos. Seria uma prática salutar que sanearia bastante o nosso processo eleitoral. Quero fazer rapidamente uma segunda consideração, já que estamos aqui diante da eminente cúpula do PFL nacional — o Presidente, Senador Hugo Napoleão, o eminente Líder, Senador Marco Maciel, e V. Ex<sup>a</sup>; um dos expoentes do PFL, entre tantos outros que compõem esta Casa —, um Partido que nós respeitamos. Não é nenhuma digressão; não é uma intromissão em seara alheia, mas apelo; aliás, o apelo do Presidente, que disse: "Não me deixem só". Leio hoje nos jornais — inclusive nos jornais do meu Estado — que o Governador Joaquim Francisco quer deixar o Governo. Ora, isso é estranho! O PFL é a coluna mestra do Governo. Se realmente se retira agora, se deixa de dar o seu apoio ao Governo, esse edifício cai, desaba antes do julgamento.

Isso seria um prejulgamento. Não serei eu que darei conselhos, orientação, jamais, a qualquer outra agremiação, muito menos a tão importantes Líderes. Estou apenas externando o meu temor. Entendam que esse meu pronunciamento é em defesa das instituições. Não podemos apressar os trâmites do processo que se realiza na CPI. Depois do pronunciamento de Sua Excelência o Presidente da República, essa CPI teve um papel destacado. Não posso deixar de demonstrar perante a alta cúpula do PFL, Partido de sustentação e coluna mestra do Governo Fernando Collor de Mello, no Congresso Nacional, nesta Casa e na Câmara dos Deputados, uma apreensão que tenho. Jamais pensaria que um Partido que é a sustentação do Governo poderia deixá-lo nesse momento. Creio que aquela expressão do Presidente, no seu discurso anterior: "Não me deixe só", dirigia-se principalmente ao PFL. Desculpe-me por esse parecer externo, mas o PFL não pode deixar o Governo nesse momento, porque seria um prejulgamento, um golpe branco. Sabe-se que até Ministros estão querendo deixar o Governo. O Presidente Fernando Collor de Mello, no entanto, precisa do PFL nesse momento.

**O SR. GUILHERME PALMEIRA** — Mas o Presidente da República está preocupado com o PFL. Aliás, estamos gratos com a preocupação de V. Ex<sup>a</sup> e vamos considerá-la. O Presidente da República está preocupado se o PMDB e o PSDB lhe vão fazer oposição.

**O Sr. Mansueto de Lavor** — Perfeitamente. A oposição é importante. Todavia, quem é da situação, nesse momento, creio, não tem condições de deixar o Governo antes de um julgamento final. Leio com apreensão, porque esse expoente não foi de V. Ex<sup>a</sup>, nem do eminente Presidente. Faça-se justiça ao Líder Marco Maciel que tem sido diligente. Estou falando apenas do Líder do PFL para não falar do Líder Ney Maranhão. Ele está dizendo que tudo é verdadeiro. E nós, a oposição, ainda não pensamos dessa forma. Queremos que se chegue a um resultado verdadeiro através de um processo normal de investigação. E esse processo está ocorrendo nesta Casa através da CPI. Não queremos passar recibo antecipado dessas acusações. Mas os ilustres membros do seu Partido já estão querendo, no nosso modesto entender, precipitadamente, abandonar o apoio ao Governo Federal, cuja coluna mestra é o PFL — Partido da Frente Liberal. Preocupa-nos bastante essa oposição porque pode precipitar acontecimentos que não condizem com a estabilidade das instituições democráticas. Se ingressei em seara alheia, não foi por nenhuma maldade ou qualquer outra intenção; foi pela preocupação que tenho externado a alguns companheiros em ver discutida, no grande Partido de sustentação ao Governo, uma saída que não representasse um recibo antecipado em todas as acusações que estão sendo feitas ao Governo. Vamos aguardar os acontecimentos. quanto à fita do Senador Eduardo Suplicy, queria apenas apelar para que houvesse tratamento igual. Houve em São Paulo um episódio envolvendo o Senador. O acusador foi condenado pela Justiça. Seria ótimo que essa prática se estabelecesse em casos semelhantes em todo o País. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup> e desculpe-me pelo tempo que tomei. Aproveito a oportunidade para reiterar a minha admiração pela atuação parlamentar de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. GUILHERME PALMEIRA** — Fico muito grato a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mansueto de Lavor. A sua preocupação em relação ao PFL vai levar-nos a meditar mais ainda. Concordo também que se começou a fazer cineminha. Vamos fazê-lo toda semana no gabinete do Presidente, para ver todas

as denúncias, filmá-las e trazê-las ao Senado, para que possamos discutir.

**O Sr. Esperidião Amin** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. GUILHERME PALMEIRA** — Com muito prazer.

**O Sr. Esperidião Amin** — Nobre Senador Guilherme Palmeira, serei muito conciso nas minhas considerações. Quero louvar a sua atitude de aqui estabelecer uma retificação, nessa questão, com autoridade de quem, à época, se contrapunha ao então Governador Fernando Collor de Mello. Desejo consignar, na condição de aliado político do Ministro Jorge Bornhausen, que o comentarista Bóris Casó, foi muito feliz e, creio, conclusivo a respeito desse assunto. Não vou comentar aqui se o Senador Eduardo Suplicy se excedeu ao pedir o testemunho do Sr. Alexandre Alcântara de maneira não regimental, ao vivo. O referido comentarista, depois da apresentação da fita no SBT, lembrou que destempero em campanha não é privilégio do candidato Fernando Collor de Mello. Lembrou, por exemplo, que o Presidente do PT, quando candidato a Presidente da República, declarou que o seu então oponente, logo depois aliado, Leonel Brizola, seria capaz de pisar sobre o pescoço da própria mãe para chegar à Presidência da República. Meses depois, estavam no mesmo palanque, arrematando com isso, sob meu ponto de vista e acima de qualquer consideração nossa, aforismo que me permito repetir aqui, porque recolho com muita humildade desse incidente uma lição. O aforismo popular que quero deixar consignado nesse despretensioso aparte é o seguinte: "A língua é o chicote do povo." Não custa nada tomarmos cuidado e nos lembrar de Santo Tomás de Aquino, que dizia: "Critique e condene o pecado; não tente condenar o pecador." Penso que desse episódio cada um de nós aprende um pouquinho mais. Se houve algum excesso, não devemos repeti-lo. Agora, ter a pretensão, como se teve, de considerar esse como um caso isolado na política brasileira, seria uma posição postiza, até porque — aí concluo — os grandes momentos da política e da vida pública são os da reconciliação. O maior momento da vida de Luís Carlos Prestes, na minha opinião, foi quando, saindo de uma prisão onde ficou durante dez anos, tendo tomado conhecimento de que sua campanha tinha morrido no campo de concentração do III Reich, para onde tinha sido enviada com a anuência do ditador Getúlio Vargas, ele não deixou de participar do comício, em 1945, junto com Getúlio Vargas. De forma que o comentário que gostaria de fazer, além de contrariedade do Ministro Jorge Bornhausen, é de que houve, sem dúvida alguma, um exagero de medida na divulgação dessa fita, cuja origem, pelo menos em termos de obtenção, não custa nada ser colocada em dúvida pelo menos, já que a revista *Veja* é tida e havida por todos nós — e bota "tida e havida" nisso — como fonte fidedigna.

**O SR. GUILHERME PALMEIRA** — Muito obrigado, Senador Esperidião Amin. O aparte de V. Ex<sup>a</sup>, dentre os demais, por ser contrariedade e conhecedor da figura do Ministro Jorge Bornhausen como um político da maior expressão, ilustra e honra o meu pronunciamento.

**O Sr. Lourival Baptista** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. GUILHERME PALMEIRA** — Concedo o aparte ao Senador Lourival Baptista.

**O Sr. Lourival Baptista** — Senador Guilherme Palmeira, ouço, com muita atenção, o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. Não deveria apartear-lo, porque aqui já falaram Valmir Campelo,

Raimundo Lira, Aureo Mello, Meira Filho e Esperidião Amin, que disseram tudo que eu poderia dizer. Mas, eminente Senador, estou na vida pública há cerca de 42 anos, dentre os quais 21 nesta Casa, e sempre, durante esse tempo e também quando Deputado Federal, apareceram denúncias nos governos que dirigiram o nosso País. Porém, havia precaução, seriedade, critério, quando elas apareciam. Denúncias de ordem política ou administrativa eram feitas ao longo do tempo e depois se deterioravam, num processo de corrosão política de campanha, enquanto que, nesta Casa, muitas vezes denúncias chegam com leviandade. Eminente Senador Guilherme Palmeira, digo a V. Exª que devemos ter seriedade para aguardar a conclusão dos trabalhos da CPI e transmitir à sociedade esse estado de espírito, de segurança, de sobriedade e de amadurecimento. V. Exª se referiu ao Ministro Jorge Bornhausen, atingido de maneira que não sei nem como qualificar, porque comício é comício, Senado é Senado. Em comício, o Partido "A" e o Partido "B" fazem acusações, utilizam determinadas formas de se dirigir ao correligionário, candidato ou oportunidade, esses correligionários se encontram como se tudo aquilo tivesse passado. Entretanto, o que aconteceu nesse filme, a respeito do Senador Jorge Bornhausen, é inédito, não devia ser passado aqui no Senado. Mostra, entretanto, que anos depois os dois se uniram. Mas se uniram porque são homens políticos e chegaram a um entendimento. O Ministro Jorge Bornhausen é um homem sério, preparado, competente, de uma sólida experiência política e administrativa. Foi governador, vice-governador, senador e ministro da Educação. Quando foi ao Estado, como salientou V. Exª, levou convênios para que o Governador de então os assinasse. Assim sendo, o Ministro Jorge Bornhausen está fora de qualquer aleivosia, de qualquer queixa contra ele. Tudo isso passa, o vento leva, porque S. Exª tem a estima, consideração e respeito não só dos seus correligionários mas do povo brasileiro. Felicito a V. Exª por esse pronunciamento e, mais uma vez, externo ao Ministro Jorge Bornhausen a minha solidariedade, esperando que tudo seja resolvido a contento e que nós, brasileiros, voltemos a caminhar para frente e olhando para o alto.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Senador Guilherme Palmeira, quem está acusando o Ministro Jorge Bornhausen?

**O Sr. Marco Maciel** — V. Exª me concede um aparte?

**O SR. PRESIDENTE (Beni Veras)** — Senador Guilherme Palmeira, peço que V. Exª conclua o seu discurso.

A Presidência lembra aos Srs. Senadores que está esgotado o tempo regimental da sessão, já prorrogado até às 19h.

**O SR. GUILHERME PALMEIRA** — Peço apenas dois minutos para ouvir o nobre Senador Marco Maciel.

**O Sr. Lourival Baptista** — Quanto à indagação do nobre Senador Jutahy Magalhães, são coisas desse nosso colega, que conheci pequeno, menino, na casa do seu pai, meu querido amigo, o Governador Juracy Magalhães.

**O SR. GUILHERME PALMEIRA** — Penso que é isso: problema afetivo.

Concedo o aparte a V. Exª, Senador Marco Maciel.

**O Sr. Marco Maciel** — Nobre Senador Guilherme Palmeira, quero, ao iniciar meu aparte, cumprimentá-lo pelo discurso que produz na noite de hoje e, ao mesmo tempo, agradecer a V. Exª as palavras que manifesta não só a respeito do nobre Senador Jorge Bornhausen, a quem nos ligam fundos laços de amizade, mas também as referências que, de alguma forma,

V. Exª faz à minha pessoa, posto que também fui mencionado nesse episódio que, a meu ver, não merece — faço questão de frizar — que gastemos mais cera. O fato de estarmos consumindo tanto tempo numa questão de tão pequena significação nos faz repensar o quanto precisamos melhor utilizar nosso tempo. Confesso que o episódio, por si só, devia até ser levado na sua exata consideração, ou seja, dele não se deveria tomar o menor conhecimento. Mas, de toda maneira, já que o foi, faço questão de agradecer a V. Exª e elogiar seu gesto de aqui traçar, mais uma vez, o perfil desse excepcional homem público, que é o Senador Jorge Bornhausen.

Devo também agradecer, em nome de outros companheiros, que aqui não se encontram presentes, como o Governador Antônio Carlos Magalhães, o ex-Vice-Presidente da República — hoje não mais filiado ao nosso Partido —, Aureliano Chaves. Mas devo, da mesma forma, fazer considerações sobre algumas questões que foram aqui situadas. Em primeiro lugar, gostaria de falar a respeito da colocação feita pelo Senador Mansueto de Lavoura de que o Governador Joaquim Francisco, em momento nenhum, falou que deixaria de apoiar o Governo do Presidente Fernando Collor. O que depreendi de algumas declarações atribuídas ao Governador — pelo que sei S. Exª não prestou declarações à imprensa; seriam observações feitas pela mídia —, S. Exª diz apenas que está acompanhando o desenvolvimento da CPI e reafirma — aquilo que constitui uma preocupação de toda a minha vida pública — a sua apreensão em manter a vida pública brasileira baseada em sólidos princípios éticos e na exata observância dos melhores padrões de conduta. É isso o que Governador diz. Mas, se assim li corretamente, pelo que consigo extrair de suas declarações, S. Exª não disse que estava se afastando ou sequer rompendo com o Governo Federal. Considero importante fazer essa colocação para que fique bem clara a posição do Governador e para que ela não se preste a explorações políticas que são explicáveis, mas que no caso em tela não são cabíveis. O Senador Mansueto de Lavoura tem suas razões. Integrando a bancada oposicionista, quer no plano federal, quer no plano estadual, sendo S. Exª um dos mais proeminentes líderes da Oposição no Senado Federal, Vice-Líder da Bancada do PMDB e tendo sido nessa Comissão Relator-Geral do Orçamento da União, é natural S. Exª queira também um dividendo político, quem sabe até um dividendo eleitoral, de uma leitura que, a meu ver, não é exatamente adequada, de declarações que estariam sendo atribuídas ao Governador Joaquim Francisco. Devo também dizer, nobre Senador Guilherme Palmeira, que faço minhas as palavras que V. Exª profere nesta tarde, sobretudo aquelas em que V. Exª menciona a postura do nosso ex-Presidente, Senador Jorge Bornhausen e a conduta que o nosso Partido vem tendo ao longo da política nacional. É um Partido jovem, que nasceu nos idos de 1985, com seis ou sete anos apenas de vida, mas, em que pese a tudo isso, o Partido vem dando uma notável contribuição ao aprimoramento dos nossos costumes, ao melhor desenvolvimento do nosso País e à consolidação das instituições democráticas. Nascermos de um movimento que buscou, entre outras coisas, fazer com que o País se reinserisse, total e integralmente, na vida democrática. Por isso, quero nobre Senador Guilherme Palmeira, cumprimentá-lo pelo discurso que fez na tarde de hoje e dizer que folgo em vê-lo situando muito bem questões que, de forma indireta, envolveram o nosso Partido, mas que, de forma direta, envolveram ilustres integrantes da nossa agremiação. Quero também dizer a V. Exª que, certamente, o Senado hoje resgata um dos



melhores homens públicos do País de injustas colocações — porque acusações não houve — veiculadas aqui nesta tribuna de forma, a meu ver, incorreta e indevida.

**O SR. GUILHERME PALMEIRA** — Muito obrigado, Senador Marco Maciel.

**O Sr. Hugo Napoleão** — Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador Guilherme Palmeira?

**O SR. GUILHERME PALMEIRA** — Ouço V. Exª, Senador Hugo Napoleão, Presidente do Partido, com muito prazer, mas peço que seja breve, por exigência da Presidência da Mesa.

**O Sr. Hugo Napoleão** — Atenderei aos ditames do nobre orador, pois costumo ser sempre curto nos meus apartes. Gostaria de dizer inicialmente, estimado Senador Guilherme Palmeira, que as observações do ilustre Senador Mansueto de Lavor não me preocupam nem um pouco, não porque não tenha estima ou admiração por S. Exª, mas, em verdade, porque S. Exª não é pefelista. Preocupação, sim, teria eu se tivesse ouvido essas palavras de um correligionário meu. Na realidade, o Governador Joaquim Francisco não fez essas declarações, foram comentários, li o noticiário na imprensa. E o Partido da Frente Liberal não é um Partido de ordem unida e que obriga a todos a pensarem da mesma maneira; é perfeitamente aberto às diversas correntes de opinião dentro do liberalismo. Quanto àquilo que já vem sendo dito reiteradamente é que é motivo da brilhante oração de V. Exª, as afirmações do Presidente Collor feitas há mais de quatro anos, naturalmente no calor da campanha eleitoral, no auge das discussões acaloradas, são perfeitamente naturais e compreensíveis. Afinal de contas, o simples fato de Sua Excelência haver nomeado o Sr. Jorge Bornhausen Ministro-Chefe da Secretaria do Governo da Presidência da República demonstra, à saciedade, o reconhecimento que o Presidente Collor tem por esse ilustre homem público que tem dado raras demonstrações de civismo, de civilidade — que está faltando no País — e, sobretudo, de cidadania. Como já disse muito bem o Senador Marco Maciel, S. Exª participou de um histórico movimento com muitas dificuldades enfrentando desafios que só mesmo os pefelistas sabem o que passaram naquele momento. E discussões são normais no processo — concluo o meu aparte — até na campanha presidencial. Sabemos o que disse o Sr. Leonel Brizola a respeito do Sr. Lula. Não obstante isso, eles estavam juntos no palanque à época do segundo turno, um apoiando o outro; o outro aceitando o apoio do primeiro, num curto espaço de tempo. De modo que o tempo constrói e reconstrói. Nada como semear efetivamente. Como diz o ditado, já repetido por um ex-presidente da República: a violência gera violência, e só o amor constrói para a eternidade.

**O SR. GUILHERME PALMEIRA** — Muito obrigado, Senador Hugo Napoleão, Presidente do meu Partido e ilustre membro desta Casa. Concluo, atendendo à determinação do Presidente. Esclarecimentos foram prestados, muito menos por mim, muito mais pelos apartes que recebi dos inúmeros companheiros aqui presentes.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, vamos aguardar sem prejudicar os resultados da CPI, mas vamos trabalhar e seguir aquilo a que esse grande homem público, Dr. Ulysses, sempre nos induzia, quando da Constituinte, em 1988. Vamos votar tudo que é de interesse do País.

*Durante o discurso do Sr. Guilherme Palmeira, o Sr. Esperidião Amin, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Beni Veras, Suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE (Beni Veras)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Senadores, registro com pesar o falecimento do empresário sergipano Albino Silva da Fonseca, aos 83 anos de idade.

Albino Silva foi um homem trabalhador, de grande tirocínio e visão. Era um mestre da "escola da vida". Foi um homem, como muitos outros homens de sucesso deste País, que desde cedo se dedicou ao trabalho e, por meio dele, à iniciativa privada, empenhando-se com pioneirismo às atividades empresariais em nosso Estado, onde trouxe, em primeira mão, alguns benefícios do progresso.

Foi fundador e proprietário da primeira fábrica de água mineral em Sergipe, a Itaperóá. Foi por seu intermédio que nas cozinhas sergipanas se iniciou a substituição dos fumacentos e antigos fogões a lenha pelos a gás de cozinha. Ele foi o primeiro distribuidor desse importante combustível doméstico em Sergipe, bem como dos modernos fogões a gás.

Dedicou-se, também, ao ramo de panificação, onde tinha uma das mais tradicionais e conhecidas padarias de Aracaju. Foi fazendeiro, mas também fundou e foi proprietário da famosa Rádio Liberdade de Sergipe, que, através dos seus dirigentes e radialistas, como Santos Mendonça, Silva Lima, Santos Santana e outros, prestou relevantes serviços a Sergipe e participou ativamente de momentos importantes da vida do Estado e do povo sergipano.

Este registro, Sr. Presidente e Srs. Senadores, ainda é merecidamente devido, porque Albino Silva da Fonseca também aqui sentou entre nós neste plenário, na década de 60, quando foi membro desta Casa, como Senador, em virtude de ser suplente do Senador sergipano Heribaldo Dantas Vieira.

Albino Silva foi, portanto, um homem, um cidadão, formado pela escola do trabalho e da iniciativa privada, que participou ativamente da vida social, econômica e política de Sergipe, membro da antiga UDN, em cuja legenda também foi Deputado Estadual ligado ao grupo liderado pelo ilustre sergipano Leandro Maciel, que foi Senador, Deputado Federal e Governador.

Albino Silva mereceu sempre a minha estima pelo seu tino comercial, iniciativa e sólida posição política, que defendia com independência e coragem, o que sempre o punha na linha de frente do seu Partido.

Sempre lhe fui grato pela exponteiidade com que a sua antiga Rádio Liberdade me abria suas generosas portas para acolher minhas entrevistas, comunicações e debates durante campanhas políticas de que participei e no exercício de mandatos eletivos e mesmo como Governador do Estado.

Tendo comparecido ao seu sepultamento, desta tribuna do Senado, Sr. Presidente, associo-me a todos que reverenciavam, nesta oportunidade, a memória de Albino Silva da Fonseca.

**O SR. PRESIDENTE (Beni Veras)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Wedekin.

**O SR. NELSON WEDEKIN (PDT — SC.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Senadores, todos sabemos que o modo capitalista de produção gera um

fenômeno conhecido como concentração de renda. O grau de civilização dos países também pode, certamente, ser medido pelo nível de igualdade ou desigualdade econômica entre os seus habitantes e o nível de bem-estar de que cada um deles defruta. Assim, convencionou-se chamar de desenvolvidos os países mais ricos e que conseguiram proporcionar aos seus cidadãos as melhores condições de vida.

Fruto de trabalho, organização, de civilização, enfim, esse desenvolvimento da parcela dos países mais ricos do mundo só foi possível graças a uma ativa participação do Estado na vida de cada uma dessas nações.

Com os acontecimentos recentes do Leste Europeu, há, hoje, no mundo inteiro, uma grande polêmica em torno da participação do Estado na economia. De um lado, ainda há aqueles que pretendem que o Estado ocupe todo o espaço econômico existente. Do outro estão os que vêem qualquer interferência estatal no domínio econômico como impertinente e indesejável.

Que referência buscar como o norte de um caminho a seguir? Parece razoável supor que cabe ao Estado, no mínimo, trabalhar no sentido de evitar, entre seus cidadãos, desigualdades tais que possam colocar a própria Nação em perigo. Também soa lógico que deva promover o que se convencionou chamar de igualdade de oportunidades, estabelecendo, de saída, chances razoavelmente idênticas para todos, no que diz respeito à disputa determinada pela necessidade de sobrevivência. Finalmente, deve o Estado procurar estabelecer a "meritocracia", um sistema onde cada cidadão possa progredir segundo sua capacidade de produzir para si e para a sociedade.

Apesar desses princípios mínimos de civilização, o nível de desigualdade econômica tem crescido no mundo. A recém-terminada ECO-92, a maior conferência internacional já concebida e realizada, destinada a tratar das questões do meio ambiente, chegou a uma verdade que resplandeceu além e acima de todos os acordos estabelecidos: os problemas de preservação do meio ambiente só poderão ser resolvidos a partir da erradicação da miséria do mundo.

O último relatório anual do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento tratou desse assunto, e os números são estarrecedores. Os países mais ricos concentram 82,7% da renda total do mundo, aos mais pobres cabe apenas 1,4%. Os mais ricos dominam 81,2% do comércio mundial, 94,6% dos empréstimos privados, 80,6% da poupança interna, e aplicam internamente 80,5% de seus investimentos. Para os mais pobres ficam somente 1% do comércio mundial, 0,2% dos empréstimos e 1% da poupança interna. Os 20% mais ricos têm cerca de 150 vezes mais que os 20% mais pobres.

Há, evidentemente, uma lógica perversa a promover tamanha desigualdade. Individual ou coletivamente, os países pobres têm menos acesso ao crédito, ao capital, à tecnologia e a outros insumos da produção. Parecem, por isso, condenados a permanecer como estão.

A solução dessas dificuldades no plano internacional é complexa e não está muito próxima. Assim, cabe-nos olhar para o nosso País, onde as respostas podem depender muito mais de nós mesmos que dos outros.

No Brasil, lamentavelmente, a questão da concentração de renda não difere muito da situação mundial. Ainda que com uma pequena queda em relação aos anos de 1988 e 1989, a concentração de renda medida pelo IBGE em 1990, último dado disponível, revela um quadro desolador.

Quase a metade dos rendimentos — 49,7% — foram recebidos por apenas dez por cento da população remunerada.

Os dez por cento mais pobres ficaram com apenas 0,8% do total dos rendimentos nesse período. O índice de Gini, usado para medir concentração de renda e que vai de zero (perfeita igualdade) a um (desigualdade máxima), foi de 0,620. A maior concentração ficou com o Nordeste, e a menor com as regiões Sul e Sudeste. Nelas, os dez por cento mais ricos ficaram, respectivamente, com 53,4% (Nordeste), 47,1 (Sul) e 47,3% (Sudeste). Como se pode verificar, não há muita diferença entre o que ocorre nas regiões mais ricas e mais pobres do País em matéria de concentração de renda. O processo é igualmente perverso no Brasil inteiro.

É importante observar que a metodologia utilizada pelo IBGE nos seus censos e Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílios não cobre determinados tipos de renda, como, por exemplo, os lucros retirados pelas empresas. Assim, algo entre 85% e 90% do total da renda declarada provém do trabalho, incluindo-se, aí, salários, rendimentos de trabalhadores por conta própria e **pro labore** de empregadores. Os inquéritos domiciliares não captam, portanto, segundo especialistas, algo entre 40% e 50% da renda aferida pelas Contas Nacionais. Com isso, é plausível supor que os mais ricos têm a sua renda mais subestimada que os pobres, o que torna a situação ainda mais grave.

O pior é que temos visto o aprofundamento dessa situação ao longo das últimas três décadas. Em 1960, os 10% mais ricos tinham 39,6% da renda, passando para 46,7% em 1970 e para 51% em 1980, chegando aos 49,7% em 1990. O índice de Gini nessas décadas subiu de 0,497, em 1960, para 0,565, em 1970, e para 0,590, em 1980, chegando aos 0,620 em 1990. A aparente incongruência entre os números apresentados deve-se ao fato de que o índice de Gini leva em conta a distribuição total da renda e não apenas aquela que se concentra nas mãos de 10% mais ricos.

Com se pode constatar por esses indicadores, Sr. Presidente, Srs. Senadores, avançamos muito pouco desde que, há cerca de cem anos, foi abolida a escravidão. Apesar de termos tido mais de um século para isso, mal conseguimos nos livrar daquela herança hedionda. Construímos dois Brasis ou, talvez, a Belíndia, uma mistura de Bélgica, com Índia, como já sugeria o Prof. Edmar Bacha, na década de 70.

Temos um Brasil onde os 5% mais ricos do mercado de trabalho, com uma renda média anual de 28 mil dólares, representam um mercado de 84 bilhões de dólares, uma verdadeira Dinamarca brasileira. Considero assim porque a Dinamarca tem, hoje, um PIB de 90 bilhões de dólares.

No outro Brasil, 44,5% dos trabalhadores brasileiros ganham, no máximo, dois salários mínimos. Em 1990, por força do Plano de Estabilização Econômica da ex-Ministra Zélia Cardoso de Mello, 3,7% dos trabalhadores brasileiros ficaram desempregados. Pelos critérios da ONU, cerca de 33 milhões de brasileiros vivem entre a pobreza e a miséria. Isso sem contar os que são desconsiderados pelos recenseamentos, por não terem identidade nem morarem em lugar algum. Segundo a Unicef, 70% das famílias brasileiras vivem na miséria. Os indicadores do IBGE mostram que as crianças e adolescentes brasileiros continuam a viver em situação de pobreza familiar: 50,5% vivem em estado de pobreza absoluta, com famílias de rendimento mensal **per capita** de até meio salário mínimo, e 27,4% com até 1/4 de salário mínimo.

Pode-se perguntar como foi que chegamos a essa situação, e é bom que a pergunta seja feita, não para encontrar culpados, mas para que se possa compreender o que ocorre no País



e procurar alterar esse quadro, que coloca em risco a própria Nação.

Uma das causas que, sem dúvida, pode ser apontada como fundamental, sem a acusação pela acusação, é o fato de que uma parcela da elite econômica nacional tomou conta do aparelho do Estado, passando a legislar, a executar e a julgar em causa própria. No afã de manter e de ampliar poder, essa parcela mais conservadora do empresariado nacional desconsiderou, ao longo do tempo, a necessidade de construir uma sociedade onde todos pudessem ter condições de prosperar e viver dignamente. A esse ímpeto conservador juntou-se uma dose de ignorância e outra de incompetência. A incompetência colocou-se a serviço dos interesses internacionais, do aniquilamento da livre concorrência e da formação de oligopólios e cartéis. A ignorância impediu a construção de um sistema educacional à altura das necessidades do País e da produção científica e tecnológica, que servisse para nos retirar do atraso e do subdesenvolvimento. Quase tudo o mais é decorrência.

Produzimos um sistema tributário iníquo, que iguala os desiguais e enseja vasta margem de sonegação, hoje estimada em 50% do total dos 88 bilhões de dólares em tributos arrecadados por ano. Os alimentos são taxados em 30%, o que faz com que milionários e miseráveis paguem o mesmo imposto ao comprar um quilo de feijão. O sistema de incentivos fiscais, em vez de ser utilizado com autoridade e sobriedade para promover o desenvolvimento nacional, serviu como instrumento de indiscriminada doação de recursos públicos aos que souberam se aproveitar. Em suma, a máquina tributária brasileira quase nunca funcionou para promover uma distribuição de renda mais justa.

A cartelização e a oligopolização da economia brasileira, muitas vezes determinadas de fora para dentro do País, também contribuem para o nível tão nefasto de concentração de renda a que chegamos.

Com uma enorme capacidade de fazer políticas, de determinar salários e de forçar preços, tanto de seus fornecedores quanto de seus clientes, oligopólios e cartéis exercem grande poder sobre o mercado, impedindo que, mesmo com uma recessão violenta como a que vivemos, a inflação seja derrubada.

A inflação, por sua vez, é, por si, elementos concentrador de renda. Não é preciso ser economista para saber que os que estão melhor situados na pirâmide econômica têm mais condições de se proteger dela. Ademais, a política de combate à inflação tem sido feita, nos últimos trinta anos, à base de arrocho salarial, como se a única motivação inflacionária fosse o excesso de demanda de toda a sociedade. O resultado foi o achatamento dos salários, que contribuiu para aumentar exorbitantemente a concentração da renda nacional.

Temos, finalmente, a mais iníqua das causas de concentração excessiva de renda no Brasil: a corrupção. Sabe Deus, Sr. Presidente, Srs. Senadores, quanto do patrimônio público serviu para enriquecer maus brasileiros, que dele se serviram com o sacrifício de toda a sociedade! O vício grassou às custas da impunidade e passou a ser costume nacional. Não vou me alongar, aqui, num assunto que já chega a ser enfadonho, mas que, sem embargo, precisa ser atacado com firmeza.

E onde essa sucessão de erros e de más práticas nos levou? A uma desigualdade tal que, ao invés de avançarmos na conquista de práticas civilizadas, regredimos, andamos para trás, caminhamos na direção da barbárie.

Da miséria, Sr. Presidente, Srs. Senadores, nada se pode esperar. À miséria nada se pode pedir. Ela é miserável por definição. Não se pode evitar, contudo, que ela se volte contra

os que a promovem e dela abusam. Embora não haja indicadores precisos sobre isso, é fácil constatar que a violência aumentou no Brasil. A violência das torcidas nos campos de futebol, que passaram a ser lugares propícios ao extravasamento de frustrações. A violência dos assassinatos de adolescentes por causa de pares de tênis de 50 dólares. A violência dos seqüestros. A violência contra as crianças que vivem na rua. A violência dos linchamentos, que traduz a falta de crença da sociedade na capacidade do Estado de produzir justiça.

Segundo um estudo realizado pelos alunos de pós-graduação em Direito Penal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro — UERJ —, coordenado pelo professor e ex-Secretário de Justiça do Rio de Janeiro João Marcello de Araújo Jr., que tomou como base o número de prisões efetuadas no Brasil, entre 1976 e 1989, os roubos aumentaram em 101,57%; o porte ilegal de armas cresceu 91,56%; o furto 76,13%; e os estupros 16,55%. Quase 13% da população brasileira (18,7 milhões de pessoas) foram vítimas de algum tipo de crime só em 1988. O aumento do porte ilegal de armas vem sendo de 7% ao ano. Entre outubro de 1987 e setembro de 1988, quase seis milhões de pessoas foram vítimas de furto ou roubo. Dessas, apenas 31,7% comunicaram o crime, o que revela profunda descrença na Polícia e no Sistema Judiciário. Aliás, segundo o mesmo estudo, 70% da população brasileira não acredita na Polícia.

Essa violência se estende sobre as crianças abandonadas, como se o fato de estarem elas abandonadas, condenadas a viver na rua, não fosse, por si só, uma violência. Segundo dados do Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade da Prefeitura de São Paulo, só em 1991 foram assassinados 674 menores de 19 anos na capital paulista — quase duas crianças por dia! O aumento do assassinato de menores na cidade de São Paulo, nos últimos 20 anos, foi de 1.440%! O número de assassinatos em São Paulo superou, em 1991, a soma de todas as outras causas de mortes violentas de menores entre 0 e 18 anos!

A violência, contudo, não está restrita às estatísticas pavorosas, onde se empilham cadáveres de crianças e adolescentes abatidos a tiros. Quase 60 milhões deles vivem em famílias com renda mensal *per capita* de meio salário mínimo; 25 milhões são desnutridos crônicos, e dez milhões trabalham precocemente. Por isso, quase um terço de menores pobres não freqüentam escolas, o que determina um índice de analfabetismo de 21% na população entre sete e 17 anos.

A educação é outro capítulo tenebroso da vida nacional. Considerada pelos economistas como fator de mobilidade social e de desconcentração de renda, o sistema educacional brasileiro foi vergonhosamente abandonado nas últimas décadas. O resultado é catastrófico: o IBGE constatou a existência de 24 milhões e 400 mil analfabetos absolutos. Não é difícil imaginar, conhecendo o País, que haja outro tanto de analfabetos funcionais, aqueles que até assinam seus nomes e fazem contas elementares, mas não sabem ler um anúncio de emprego no jornal. Isto é o que ocorre na base da pirâmide educacional.

No topo, ou seja, no ensino superior, havia, em 1989, apenas um milhão e meio de alunos matriculados, cerca de somente um por cento da população brasileira. Destes, 61,5% freqüentavam os 682 estabelecimentos da rede particular de ensino. As escolas públicas de terceiro grau respondiam somente por 38,5% da oferta de vagas.

Esse é outro grave problema do Brasil. O Estado permitiu que a iniciativa privada invadisse um de seus domínios clássicos

cos, o campo da educação. É preciso que se diga, aqui, que nem um único país desenvolvido de qualquer quadrante do planeta chegou onde está sem um sólido sistema público de educação. Mas, no Brasil, buscou-se uma "inovação": o Estado, mais que permitir, incentivou, inclusive com recursos financeiros, a expansão do sistema privado de ensino. As brechas para a transferência de recursos do Estado para as empresas de ensino infelizmente foram mantidas na Constituição de 1988, devido a um poderoso lobby da escola privada.

O resultado disso, no 3º grau, já foi apontado. Quanto à pré-escola, é quase totalmente privada. Cerca de 66% dos egressos do 2º grau são provenientes de escolas particulares e apenas no 1º grau os números são menos drásticos: somente 13,65% das matrículas iniciais de 1991 ocorreram em estabelecimentos privados. Os Senhores bem podem avaliar as consequências disso. Não me furto, contudo, a sublinhar uma delas, já que estamos tratando de concentração de renda. A educação é um bem caro, porque fator de mobilidade social. Por isso, é buscada pelas famílias de classe média a qualquer preço, o que significa o pagamento de mensalidades escolares elevadas. E é justamente sobre essa classe média que recai parcela enorme da carga tributária nacional, já que é composta por assalariados, que não têm como escapar da tributação na fonte. A classe média paga, portanto, duas vezes para educar seus filhos.

No campo da saúde as coisas não são melhores, mesmo porque saúde depende principalmente de alimentação e saneamento básico. A Comissão Parlamentar de Inquérito, criada no ano passado para apurar as causas da fome no Brasil, verificou que cerca de 60 milhões de brasileiros têm renda insuficiente para suprir suas necessidades básicas de alimentação. Descobriu, ainda, que há, no País, 27 milhões de indigentes; que 80 milhões não comem diariamente o suficiente para se alimentar; que a desnutrição afeta cinco milhões de crianças entre zero e sete anos, e que morrem de fome mais de mil crianças por dia, antes mesmo de completarem um ano de vida. São 800 mil casos graves de desnutrição, índice três vezes superior ao admitido pela Organização Mundial de Saúde.

No que diz respeito a saneamento, 65% da população não dispõe de serviço de esgotos. A coleta de lixo não atende a 30% da população urbana, e 54% do lixo coletado não recebe tratamento e disposição final adequados. Dos 96% das cidades com rede de distribuição de água, somente 41,7% têm sistema de tratamento convencional completo. Além disso, 22,3% não têm nenhum tipo de tratamento, e apenas 31% dos municípios tratam a água com cloro, para evitar doenças como o cólera.

Vale ressaltar, ainda, que apesar do gigantismo do sistema previdenciário nacional — abalado pela corrupção e pela ineficiência —, o Estado brasileiro está incorrendo, na área da saúde, no mesmo erro que comete com relação à educação — está permitindo que a iniciativa privada ocupe de maneira voraz, e muitas vezes inescrupulosa, o campo da medicina.

Confesso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que preferiria estar aqui nesta Tribuna, simpaticamente, distribuindo sorrisos, e trazendo alguma boa notícia sobre as conquistas de algum brasileiro ilustre ou sobre os avanços de nossa Nação como um todo. Entretanto, a realidade e as minhas responsabilidades de Senador da República, com que me honram os catarinenses, não me permitem fazê-lo.

Sou forçado a trazer para cá o quadro triste em que vive o nosso País. Meu objetivo, com isso, creiam-me não

é o de ocupar o lugar de profeta do apocalipse, mas o de chamar a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> e da Nação, especialmente da elite brasileira, para o fato de que poderemos estar comprometendo irremediavelmente o futuro do Brasil.

Temos que compreender que o recente furor emigratório que tomou conta do País é um desvario. O aeroporto não pode ser a solução. Este é o nosso País, e temos que ocupá-lo e construí-lo em bases sólidas e dignas pra toda a população. As causas que geraram uma distribuição de renda tão iníqua, de consequências tão nefastas, entretanto, estão aí, intactas. Devemos, sem dúvida, empreender luta sem tréguas para baní-las da vida nacional.

As soluções, contudo, devem ser estruturais e duradoras. Já experimentamos fazer crescer o bolo para depois dividi-lo. A divisão, no entanto, nunca veio. As soluções determinadas de fora do País também não nos servem. Temos que encontrar caminhos próprios, adequados à nossa realidade, à nossa experiência e nossa cultura. E creio firmemente que somos capazes disso.

Penso que o primeiro passo deva ser o reconhecimento, por parte da elite nacional, de que precisamos construir um País que seja bom para todos. Para isso, precisamos de investimentos. Se os investimentos estrangeiros são tão procurados por nós, por que não buscarmos o repatriamento dos estimados 28 bilhões de dólares de brasileiros que se encontram no exterior? Essa é uma questão que tem reflexos, inclusive, no exercício da soberania nacional. Embora seja complexa e delicada, deve ter solução satisfatória para o País. É preciso que os brasileiros voltem a acreditar no Brasil e traduzam essa confiança em investimentos reais e muito trabalho.

Outro aspecto fundamental de um esforço em busca de uma Nação com menos desigualdades é o que se refere à educação. O País precisa definir como prioridade absoluta — não apenas como retórica de campanha eleitoral ou demagogia governamental — a criação de um sistema educacional que sirva aos interesses nacionais, partindo da pré-escola e chegando ao terceiro grau. Aí está, implícito, o ordenamento e o financiamento adequado do sistema científico e tecnológico brasileiro, que tem sido abandonado ao longo dos anos.

É importante lembrar, também, que a educação de tempo integral, nos moldes dos CIEP implantados pelo governador Leonel Brizola, no Rio de Janeiro, e adotados pelo Presidente Collor, não é algo que possa estar sendo discutido como um modismo ou ao sabor de interesses eleitorais — trata-se de uma solução consagrada mundialmente, inclusive pelos países do Primeiro Mundo. Se dermos condições a uma geração inteira de crianças brasileiras, poderemos estar salvando o nosso País.

As relações incestuosas do mau empresariado com o Estado brasileiro precisam acabar. Não me refiro apenas às questões capituladas no Código Penal, mas a subsídios, dinheiro fundo perdido e incentivos fiscais distribuídos legalmente, sem qualquer contrapartida quanto a resultados em benefício da população. O avanço da empresa privada nos setores da educação e da saúde, nos termos em que ocorre hoje, com subsídios e incentivos, é inadmissível. Quem quiser empreender nesses campos, que o faça com capital e risco próprios. A privatização, necessária para diminuir o mastodonte estatal, deve sempre consultar os interesses nacionais e não os de aproveitadores de ocasião, sem qualquer outro compromisso que não seja com algum negócio que permita enriquecimento rápido.

O Estado deve, além de encontrar seu tamanho ideal, organizar-se e capacitar-se para atuar com eficiência. A des-

centralização e a desburocratização devem ser perseguidas com afinco. A corrupção tem que ser combatida com medidas práticas, de natureza administrativa, e com uma ação pronta e eficaz do aparelho judiciário. É crucial que o Estado recupere credibilidade e honradez.

Cartéis e oligopólios devem ser combatidos tenazmente pelos efeitos nefastos que produzem na vida econômica nacional, em razão do enorme poder que acumulam de determinar política e preços, gerando inflação. Esta é, por sua vez, outra das causas da concentração de renda que tem que ser erradicada na vida nacional. Sua derrubada, contudo, não pode ser buscada através de medidas monetaristas ineficazes ou de achatamento salarial. O que propiciará a queda da inflação são providências sérias e duradouras, como ordenamento dos gastos governamentais e o correto equacionamento da questão da dívida externa.

Finalmente, não posso deixar de lembrar a necessidade imperiosa de uma profunda reforma tributária, sem soluções milagrosas do tipo Imposto Único, que ache os meios de atribuir a cada cidadão carga compatível com suas possibilidades econômicas. Sem soluções extremadas, é preciso encontrar os caminhos que façam a justiça fiscal, e combater ferozmente qualquer tentativa de sonegação.

Teremos, em breve, uma oportunidade de ouro para um grande pacto nacional — de que tanto já se falou neste País —, em torno da estrutura tributária de que precisamos. O Governo está prestes a enviar seu projeto de reforma fiscal ao Congresso. Cabe a nós examiná-lo à luz dos mais altos interesses nacionais, aperfeiçoá-lo, se necessário, e votá-lo com a maior presteza possível.

Esses são, Sr. Presidente, Srs. Senadores, os nossos desafios. Essas são as nossas responsabilidades — nossas e de toda a elite nacional. Temos que passar das palavras à ação. Parece ser chegado o tempo de todos compreenderem que a política do “salve-se quem puder” não funciona mais. Temos que trabalhar, e muito, para retirar nosso País da sarjeta em que ele se recostou para dormir. As vítimas da miséria não se erguerão por si, puxando-se pelos próprios cabelos. É preciso que alguém estenda a mão e dê a oportunidade que sempre lhes foi negada. É com gestos com esse que se começa a construir um País melhor e mais digno.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Beni Veras)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Odacir Soares.

**O SR. ODACIR SOARES (PFL — RR.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a cacauicultura vem atravessando uma crise de gravíssimas consequências. Este fato vem sendo denunciado, no Congresso Nacional, principalmente por representantes dos Estados da Bahia, do Pará e de Rondônia, os maiores produtores nacionais, preocupados com o a difícil situação em que se encontra a cultura desse produto que, há três séculos, é uma importante fonte de riquezas e tem peso significativo na geração de divisas para o País.

Nos últimos anos, as dificuldades decorrentes dos planos de estabilização econômica e à escassez de crédito fizeram com que fosse alterada a relação entre os produtores e os industriais e exportadores do setor, verificando-se um elevado endividamento dos produtores, não só junto às instituições financeiras do sistema de crédito rural, como junto aos referidos exportadores e industriais.

A situação é realmente difícil, Srs. Senadores as regiões produtoras de cacau atravessam, sem dúvida, uma das piores e mais graves crises de sua história, com dramáticas consequências sociais e econômicas. Os cacauicultores estão bastante descapitalizados e endividados. Vem ocorrendo uma queda de produção e de produtividade nas áreas plantadas e, por conseguinte, uma redução da oferta de empregos absolutamente necessários ao sustento de milhares de famílias daquelas áreas.

As causas são numerosas e bastante conhecidas de todos nós. Aos problemas de crédito, já mencionados, acrescenta-se o fato de que o cacau tem alcançado preços cada vez mais baixos no mercado externo. Para se ter uma idéia, em 1979, os preços do cacau no mercado internacional eram de aproximadamente quatro mil dólares a tonelada; atualmente, a cotação é inferior a mil dólares a tonelada, uma das menores cotações dos últimos 15 anos. A baixa do preço foi consequência direta do crescimento da produção mundial, provocado não só pelo aumento do número de países produtores, mas também pela ampliação das áreas de plantio no Brasil e na Costa do Marfim, respectivamente segundo e primeiro produtores mundiais.

As adversidades climáticas, verificadas nos seis últimos anos, a incidência de pragas, como a vassoura-de-bruxa, que provoca o envelhecimento precoce dos frutos e tem dizimado boa parte da lavoura, e o aumento dos custos dos insumos agrícolas têm contribuído decisivamente também para os prejuízos reais sofridos pelos cacauicultores brasileiros.

O Governo, porém, está agindo, Sr. Presidente, e buscando soluções para a grave crise que atinge o setor. Estão sendo adotadas medidas que visam a recuperação da economia das regiões cacaueiras, através do rompimento do fenômeno da causação circular da queda de produção e diminuição dos rendimentos. Em novembro de 1991, através da Portaria nº 1.064, os Ministros da Economia, Fazenda e Planejamento, Dr. Márcilio Marques Moreira, e da Agricultura e Reforma Agrária, Dr. Antônio Cabrera, criaram a Comissão Interministerial do Cacau, tendo por objetivo a análise e a avaliação de propostas de estímulo à diversificação de atividades nas regiões cacaueiras, e a sugestão de medidas, bem como de fontes de recursos e demais instrumentos, para melhoria do nível de renda e de emprego, naquelas áreas.

Desde então, a Comissão Interministerial já se reuniu cinco vezes para análise, avaliação e discussão dos aspectos ligados ao cultivo, industrialização e comercialização do cacau, bem como à diversificação agropecuária das regiões cacaueiras, através do incentivo à pecuária do pequeno e grande porte, a diversos cultivos de ciclo longo, ao aproveitamento de várzeas e à aquíicultura.

Desde o final de janeiro deste ano, Sr. Presidente, Srs. Senadores, os produtores de cacau, bem como suas cooperativas, foram autorizados a repactuar, junto ao Banco do Brasil, as dívidas de custeio e investimento relativas ao cacau, vencidas e vincendas, por um prazo de até cinco anos, em prestações anuais e em valores adequados à capacidade de pagamento de cada devedor. Além disso, estão sendo liberados pelo banco, em parcelas, recursos da ordem de Cr\$ 90,3 bilhões para o exame de proposta de custeio da safra de cacau 1992/93 dos produtores que estão com suas dívidas regularizadas junto ao Banco do Brasil. A concessão desses financiamentos para custeio técnico e rotineiro, porém, ficou definitivamente condicionada à adoção de práticas de prospecção e controle da enfermidade “vassoura-de-bruxa”.

O Governo é sensível aos apelos dos cacauicultores e tem procurado soluções que amenizem a crise por que passa o setor cacaueteiro. Como acabei de mencionar, está havendo, a curto prazo, um reescalonamento das dívidas dos cacauicultores e suas cooperativas junto ao Banco do Brasil.

Gostaria de ilustrar minha afirmação citando dados publicados pelo suplemento rural do jornal *bainó A Tarde*, em sua edição do dia 26 de junho passado. Segundo aquela publicação, 3 mil contratos de prorrogação de dívidas vencidas, no valor de 62 bilhões de cruzeiros, já foram renegociados, estando previstos, para breve, o reescalonamento de mais 1.600 contratos, no valor de 40 bilhões. A referida matéria informa, ainda, que 3.300 projetos novos, no valor de 68 bilhões de cruzeiros — dos quais 48 bilhões financiados pelos bancos e 20 bilhões integralizados com recursos próprios dos cacauicultores — foram aprovados para o custeio da safra de cacau de janeiro a julho, só no Estado da Bahia, responsável por 90% da produção nacional.

Além disso, a partir de normas técnicas elaboradas pela Ceplac, foi prevista, a médio e a longo prazos, a liberação, pelo Banco do Nordeste, de verbas que somam Cr\$30 bilhões, objetivando diversificar e verticalizar a produção de cacau. Assim, Sr. Presidente, mediante esse financiamento, os produtores, que hoje se dedicam exclusivamente ao cacau, poderão diversificar sua atividade e cultivar produtos alimentares em suas fazendas, com vistas à melhoria das condições nutricionais das populações. No que respeita à verticalização da produção, o Banco do Nordeste previu financiar um programa de implantação de 250 unidades de beneficiamento de subprodutos do cacau (polpa, casca, geléia, mel, licor, destilados, etc.).

Essa linha de crédito é importantíssima, Srs. Senadores, pois, hoje, no Brasil, apenas 10% do fruto do cacau é utilizado, sendo o restante simplesmente desperdiçado, enquanto, na Malásia, por exemplo, o mesmo fruto tem mais de duas dezenas de opções de aproveitamento.

Sr. Presidente, o Brasil tem grandes possibilidades de competir no mercado internacional por dispor de excelentes conhecimentos tecnológicos para obtenção de elevados níveis de produção e produtividade dos cacaueiros, e de excelentes recursos naturais (solos e clima) para a produção de cacau. Os problemas conjunturais que atingem o setor, atualmente, poderão ser resolvidos quando a revisão da estrutura da unidade de produção de cacau promovida pelo Governo começar a se fazer sentir mais acentuadamente.

Não tenho dúvida, Srs. Senadores, de que a recuperação econômica e financeira das regiões cacaueiras depende basicamente das ações que o Governo anunciou e já começou a

adotar. Essas ações, visando o desenvolvimento auto-sustentado, através da diversificação agropecuária e agroindustrial das regiões, através do aumento da produtividade das lavouras e através do incremento da receita dos produtores mediante verticalização da atividade cacaueira, com o aproveitamento integral dos produtos e subprodutos do cacau, terão, certamente, uma importância decisiva para a superação da atual crise do setor e para a tão necessária recuperação da cacauicultura brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O Sr. Fernando Henrique Cardoso** — Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Beni Veras)** — Teremos uma sessão extraordinária em cinco minutos, quando V. Exª poderá fazer uso da palavra.

**O Sr. Fernando Henrique Cardoso** — Está bem, falarei no início da próxima sessão.

**O SR. PRESIDENTE (Beni Veras)** — Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos, designando para a extraordinária das 19h08min, convocada, nesta oportunidade, a seguinte

#### ORDEM DO DIA

##### REQUERIMENTO Nº 475, DE 1992

Votação, em turno único, do Requerimento nº 475, de 1992, de autoria do Senador Júlio Campos, solicitando, nos termos regimentais, tenham tramitação conjunta, os Projetos de Lei do Senado nºs 47 e 61, de 1992, e o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 1992, que versam sobre a mesma matéria.

##### REQUERIMENTO Nº 482, De 1992

Votação, em turno único, do Requerimento nº 482, de 1992, de autoria do Senador Mário Covas, solicitando, nos termos regimentais, seja também ouvida a Comissão de Assuntos Econômicos sobre Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 1992 (nº 8/91, na Casa de origem), que dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias, e dá outras providências.

**O SR. PRESIDENTE (Beni Veras)** — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 7 minutos.)

## Aia da 3ª Sessão, em 2 de julho de 1992

### 4ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 49ª Legislatura

#### — EXTRAORDINARIA —

*Presidência dos Srs. Mauro Benevides e Beni Veras*

**ÀS 19 HORAS E 8 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Albano Franco — Alexandre Costa — Alfredo Campos — Almir Gabriel — Aluizio Bezerra — Amazonino Mendes — Antonio Mariz — Aureo Mello — Beni Veras — Carlos De'

Carli — Carlos Patrocínio — César Dias — Chagas Rodrigues — Cid Saboia de Carvalho — Coutinho Jorge — Dirceu Carneiro — Divaldo Suruagy — Eduardo Suplicy — Elcio Álvares — Enéas Faria — Esperidião Amin — Epitácio Cafeteira — Fernando Henrique Cardoso — Flaviano Melo — Francisco Rollemberg — Garibaldi Alves Filho — Gerson Camata —

Guilherme Palmeira - Henrique Almeida - Hugo Napolitano - Humberto Lucena - Hydekê Freitas - Iram Saraiva - Irapuan Costa Júnior - Jarbas Passarinho - João Calmon - João França - João Rocha - Jonas Pinheiro - José Eduardo - José Fogaça - José Paulo Bisol - José Richa - José Sarney - Júnia Marise - Jutahy Magalhães - Lavoisier Maia - Levy Dias - Louremberg Nunes Rocha - Lourival Baptista - Lucídio Portella - Magno Bacelar - Mansueto de Lavor - Marco Maciel - Mário Covas - Marluce Pinto - Maurício Corrêa - Mauro Benevides - Meira Filho - Moisés Abrão - Nabor Júnior - Nelson Carneiro - Nelson Wedekin - Ney Maranhão - Odacir Soares - Pedro Simon - Rachid Saldanha Derzi - Raimundo Lira - Ronaldo Aragão - Ronan Tito - Ruy Bacelar - Teotônio Vilela Filho - Valmir Campelo - Wilson Martins.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — A lista de presenca acusa o comparecimento de 73 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

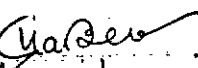
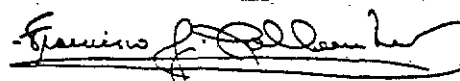
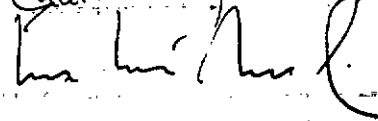
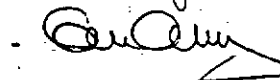
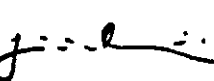
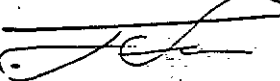
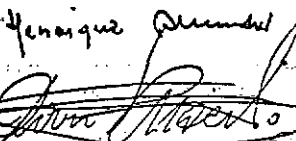
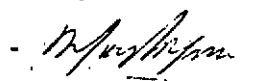
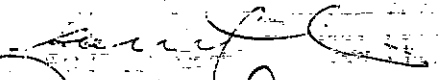
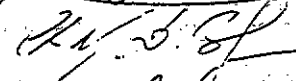
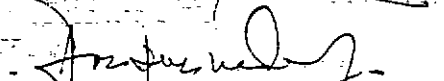
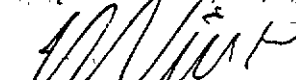
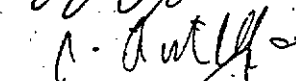
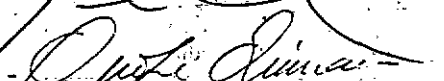
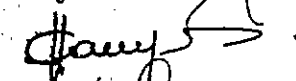
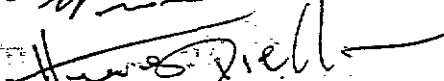
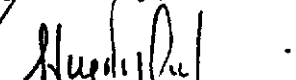
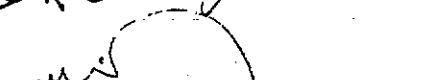
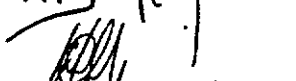
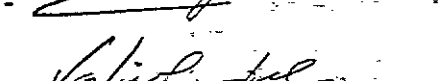
O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

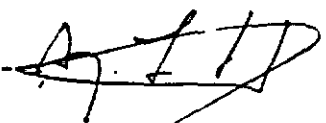
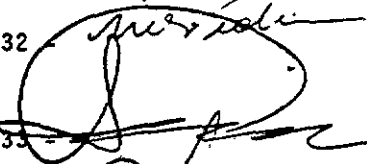
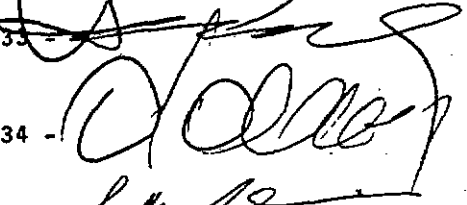
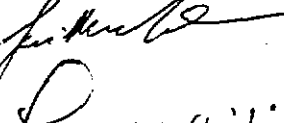
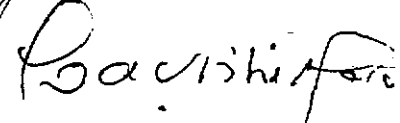
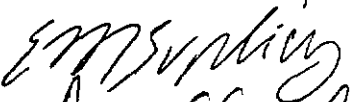
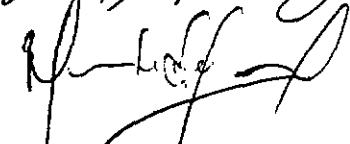
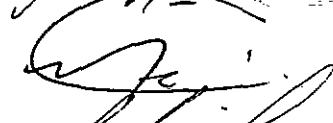
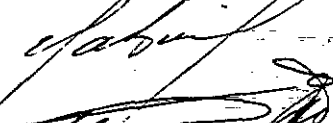
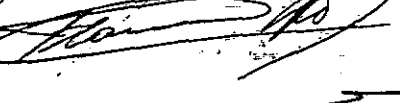
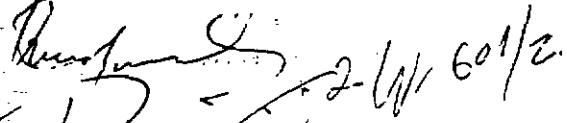
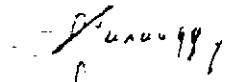
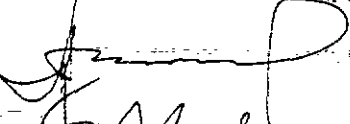
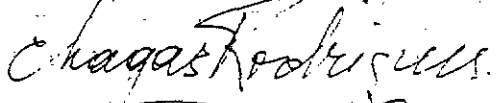
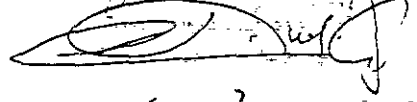
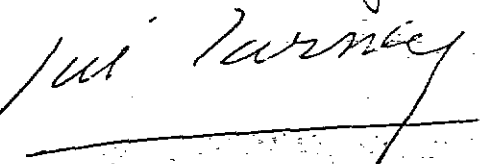
São lidos os seguintes

#### REQUERIMENTO Nº 488, DE 1992

Requeremos urgência, nos termos do art. 36, alínea b, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 1992, de iniciativa do Sr. Presidente da República, que altera a estrutura do Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências.

Sala das Sessões, 2 de julho de 1992.

- |                                                                                          |                                                                                           |
|------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1 -     | 16 -    |
| 2 -     | 17 -    |
| 3 -     | 18 -    |
| 4 -    | 19 -   |
| 5 -    | 20 -  |
| 6 -   | 21 -  |
| 7 -   | 22 -  |
| 8 -   | 23 -  |
| 9 -   | 24 -  |
| 10 -  | 25 -  |
| 11 -  | 26 -  |
| 12 -  | 27 -  |
| 13 -  | 28 -  |
| 14 -  | 29 -  |
| 15 -  | 30 -  |

- 31 - 
- 32 - 
- 33 - 
- 34 - 
- 35 - 
- 36 - 
- 37 - 
- 38 - 
- 39 - 
- 40 - 
- 41 - 
- 42 - 
- 43 - 
- 44 - 
- 45 - 
- 46 - 
- 47 - 
- 48 -  2-11/60 1/2
- 49 - 
- 50 - 
- 51 - 
- 52 - 
- 53 - 
- 54 - 
- 

## REQUERIMENTO Nº 489, DE 1992

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, alínea b, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 1992, de iniciativa do Sr. Presidente da República,

que altera o art. 30 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da seguridade social e institui plano de custeio.

Sala das Sessões, 2 de julho de 1992.

- |                           |                             |
|---------------------------|-----------------------------|
| 1 - Garçon                | 15 - [Assinatura]           |
| 2 - [Assinatura]          | 16 - Francisco [Assinatura] |
| 3 - [Assinatura]          | 17 - [Assinatura]           |
| 4 - Henrique [Assinatura] | 18 - [Assinatura]           |
| 5 - [Assinatura]          | 19 - [Assinatura]           |
| 6 - [Assinatura]          | 20 - [Assinatura]           |
| 7 - [Assinatura]          | 21 - [Assinatura]           |
| 8 - [Assinatura]          | 22 - [Assinatura]           |
| 9 - [Assinatura]          | 23 - [Assinatura]           |
| 10 - [Assinatura]         | 24 - [Assinatura]           |
| 11 - [Assinatura]         | 25 - [Assinatura]           |
| 12 - [Assinatura]         | 26 - [Assinatura]           |
| 13 - [Assinatura]         | 27 - [Assinatura]           |
| 14 - [Assinatura]         | 28 - [Assinatura]           |
|                           | 33 - [Assinatura]           |

- 29 - Váfil-pelo
- 30 - ~~owner~~
- 31 - ~~Owner~~
- 32 - ~~Owner~~
- 33 - ~~Owner~~
- 34 - ~~Owner~~
- 35 - ~~Owner~~
- 36 - ~~Owner~~
- 37 - ~~Owner~~
- 38 - ~~Owner~~
- 39 - ~~Owner~~
- 40 - ~~Owner~~
- 41 - ~~Owner~~
- 42 - ~~Owner~~
- 43 - ~~Owner~~
- 44 - ~~Owner~~
- 45 - ~~Owner~~
- 46 - ~~Owner~~ 2 W, 601/4
- 47 - ~~Owner~~
- 48 - ~~Owner~~
- 49 - ~~Owner~~
- 50 - ~~Owner~~
- 51 - ~~Owner~~
- 52 - ~~Owner~~
- 53 - ~~Owner~~
- 54 - ~~Owner~~
- 55 - ~~Owner~~
- 56 - ~~Owner~~
- 57 - ~~Owner~~
- 58 - ~~Owner~~
- 59 - ~~Owner~~
- 60 - ~~Owner~~
- 61 - ~~Owner~~
- 62 - ~~Owner~~
- 63 - ~~Owner~~
- 64 - ~~Owner~~
- 65 - ~~Owner~~
- 66 - ~~Owner~~
- 67 - ~~Owner~~
- 68 - ~~Owner~~
- 69 - ~~Owner~~
- 70 - ~~Owner~~
- 71 - ~~Owner~~
- 72 - ~~Owner~~
- 73 - ~~Owner~~
- 74 - ~~Owner~~
- 75 - ~~Owner~~
- 76 - ~~Owner~~
- 77 - ~~Owner~~
- 78 - ~~Owner~~
- 79 - ~~Owner~~
- 80 - ~~Owner~~
- 81 - ~~Owner~~
- 82 - ~~Owner~~
- 83 - ~~Owner~~
- 84 - ~~Owner~~
- 85 - ~~Owner~~
- 86 - ~~Owner~~
- 87 - ~~Owner~~
- 88 - ~~Owner~~
- 89 - ~~Owner~~
- 90 - ~~Owner~~
- 91 - ~~Owner~~
- 92 - ~~Owner~~
- 93 - ~~Owner~~
- 94 - ~~Owner~~
- 95 - ~~Owner~~
- 96 - ~~Owner~~
- 97 - ~~Owner~~
- 98 - ~~Owner~~
- 99 - ~~Owner~~
- 100 - ~~Owner~~



**O SR. PRESIDENTE** (Beni Veras) — Os requerimentos lidos serão votados após a Ordem do Dia, na forma do art. 340, II do Regimento Interno.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Fernando Henrique Cardoso.

**O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** (PSDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores absteve-me de apartear o Senador Guilherme Palmeira, porque não é do meu estilo entrar nesse tipo de discussão, e o Senado sabe disso. Acredito que algumas pessoas têm seu comportamento pessoal de tal forma claro que não necessitam sequer da solidariedade. Considero o Senador Jorge Bornhausen pessoa honrada, e S. Ex.<sup>a</sup> sabe disso. Mas não queria entrar nessa discussão, porque acredito que, neste momento, devemos passar para níveis mais complexos de decisão. Também não quero hoje fazer nenhuma referência maior aos episódios que têm galvanizado a opinião pública do Brasil. Quero apenas dizer que a posição do meu Partido tem sido a mesma desde o início. Estamos dentro dos ditames da Constituição da República. Não queremos, de forma alguma, atropelar acontecimentos. E nem nós omitiremos. Prestigiamos desde o início — fui um dos primeiros a pedir aqui, senão o primeiro — a CPI; dei as razões. A prática tem mostrado que razões havia, mas agora temos que esperar que essa CPI conclua o seu trabalho, como disse o Senador Mansueto de Lavor. Seria precipitado nós nos anteciparmos a descrever cenários, caminhos, etc.; o que precisamos agora é de objetividade.

O único apelo que faço à CPI, já o transmiti hoje na reunião de Líderes que houve no gabinete do Senador Humberto Lucena — pelo menos dos Líderes de Oposição —, parece-me que há uma certa urgência no término desse trabalho, sob pena de que a CPI termine por cansar a opinião pública e por dar vazão a interpretações um pouco descabidas sobre a, b ou c. Então, acredito que a CPI cumprirá o seu papel, chegando até o final.

Todos sabem, já me pronunciei, e o meu Partido também, que se o desfecho não for feliz, não hesitaremos em assumir as consequências; se houver a necessidade — não quero, repito, prejudicar — de endereçar algum pedido à Câmara dos Deputados, se houver crime de responsabilidade, vai-se à Câmara, sem nenhum temor; se houver algum ilícito penal de outra natureza, ao Supremo Tribunal Federal.

O momento é demasiado delicado para que façamos outras especulações. Basta a reafirmação da nossa convicção de que a Constituição democrática aí está, de que não existe nenhuma força conspirando contra ela — repilo de plano qualquer insinuação de golpismo.

Aliás, tenho ouvido declarações bastante estapafúrdias para quem conhece um pouco a História. Alguns fazem paralelos com 1954 e 1964. Mas neste Congresso não houve uma só voz autorizada, com força política, pedindo qualquer coisa que atropelasse a ordem institucional. Ninguém! Em 1954, havia movimento nas ruas; havia movimento de massa pedindo antecipadamente a renúncia do Presidente. Hoje, nenhum Líder político fez tal pedido. A imprensa é outro caso, mas os Partidos não! Ninguém pediu. Não há nenhum paralelo com 1954.

Com 1964 menos ainda. A sociedade estava dividida e com uma enorme luta de classes aberta nas ruas, no Parlamento, em toda parte. Agora não há nada disso. São fenômenos circunscritos, que nasceram de brigas locais e até familia-

res. A CPI está agindo com muita cautela. Vejo com espanto declarações de que existe uma espécie de estratégia de desestabilização. Meu Deus, e se houvesse, hein? Imaginem se houvesse estratégia de desestabilização com tanta matéria-prima para ser trabalhada! Teríamos realmente desestabilizado! Não é esse o fenômeno. Não há 1954 nem 1964 agora.

Conheço até as idiosincrasias de alguns homens de 1964, que foram vítimas do que aconteceu. Numa escala muito modesta também o fui e não vejo fantasmas por todos os lados, nem acho que o cumprimento da lei leve a desestabilizar as instituições. Nada vai desestabilizar as instituições. Para sorte do Brasil, a democracia está arraigada entre nós. Com toda essa crise não se ouviu falar o nome de um general! E vamos deixá-los como estão: tranquilos, respeitando a Constituição, e nós quartéis. Não há crise nesse sentido. Há um fenômeno localizado, nós vamos prestigiar a CPI, mas os resultados dela não podemos antecipar.

Lamentei — disse-o de público — que o esclarecimento não tivesse vindo, de plano, da parte do Presidente da República. Ao invés de um discurso, duas ou três afirmações simples, com alguns documentos, que não precisavam nem ser mostrados — porque não se duvida da palavra de um Presidente — apenas indicados, e teríamos terminado a crise. Como não houve esse procedimento, cabe à CPI restabelecer a credibilidade — não a do Presidente, mais do que isso — da instituição presidencial. Aí, sim, a nossa responsabilidade é grande. Mas é nesse plano que estamos atuando, com muita tranquilidade. Pelo menos os Partidos aqui representados estão com muita tranquilidade, e assim devem permanecer.

Sr. Presidente, eu não queria fazer nenhum discurso nessa direção, apenas um intróito, para explicar aos Companheiros do PFL porque não me manifestei anteriormente. E o que fiz, neste momento, a respeito do Ministro Jorge Bornhausen, que dispensa realmente considerações sobre a sua conduta, porque ninguém aqui, a não ser o Presidente, em mau momento, o colocou sob suspeita. Se fosse comigo, eu o processaria. Aliás, processei todas as pessoas que me acusaram em campanha — duas foram condenadas à cadeia. Um, hoje, é Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, Eurípedes Sales — processei-o e foi condenado; o outro foi para a cadeia, um tal de "Marronzinho", e o outro se retratou, o ex-Governador José Maria Marins. Se fosse comigo, eu processaria — na época, é óbvio. Mas enfim, são momentos diferentes.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, pedi a palavra por outra razão e não vou tomar o tempo de V. Ex.<sup>a</sup>

Há uma semana saiu publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* um editorial chamado "O drama da pesquisa no Brasil".

Recebi muitas manifestações anteriores a isso do CNPq, das universidades, de toda parte sobre a situação absolutamente desastrosa das instituições de pesquisa no Brasil.

O Instituto de Pesquisa de Matemática Pura e Aplicada do Rio de Janeiro está se desfazendo; as instituições que dependem do CNPq encontram-se em uma agonia tremenda. Se os Companheiros me permitirem, pedirei a transcrição desse editorial, publicado no dia 25 de junho, quinta-feira, nos Anais da Casa. Ele resume esse drama da pesquisa no Brasil.

Simplemente, depois de 40 anos de existência do Conselho Nacional de Pesquisa Científica, o Conselho suspendeu todos os auxílios à pesquisas este ano, porque não foram pagos os do ano passado.

Fico espantado, porque queremos modernizar o Brasil. E inauguramos um momento trágico para a pesquisa nacional.

Tenho visto meu companheiro e amigo, Secretário da Ciência e Tecnologia, Hélio Jaguaribe, fazendo esforços imensos, quase obrigado a parar — não pára porque não tem dinheiro. A situação da pesquisa no Brasil, hoje, é calamitosa. Até preocupa fazer um plano para o ano 2.010, e não temos recursos para este ano.

Os dados trazidos por esse editorial de O Estado de S. Paulo são estarrecedores, porque o Brasil já conseguiu chegar a um certo patamar de desenvolvimento científico e tecnológico. Foi considerado o 27º entre os 30 países que mais publicavam na área científica, conseguiu produzir cerca de mil doutores por ano, o que é uma façanha para um país do Terceiro Mundo. É um país que fez muito e não pode pagar o auxílio à pesquisa. Os pesquisadores receberam de volta os seus pedidos, este ano, sem julgamento.

Não poderia deixar passar a oportunidade, apesar dos outros problemas que nos envolvem no Senado, que são de transcendência política maior, de fazer um apelo. É o apelo, no caso, é para que o Secretário de Ciência e Tecnologia tenha recursos; que não se cortem os recursos de pesquisa; um CIAC custa 1 milhão de dólares, o orçamento do CNPq é de 60 milhões. Não é nada!

Nunca me conformei, no Brasil, com o descaso pelas artes e a pesquisa científica, porque o que se necessita não é nada, é ridículo; e vivemos aqui pendurados numa expectativa de que o BID vá nos ajudar. O BID dá a verba e não pode concretizar o projeto, muitas vezes, porque não tem a contrapartida local. É um dinheiro ridículo.

Quando leio nos jornais os escândalos, quando vejo os milhões de dólares que dizem, e em muitos casos é verdade, que são roubados, desviados! Meu Deus, não podemos ter 60 milhões de dólares, hoje em dia, para a pesquisa!

Acho que os pesquisadores, daqui a pouco, vão começar a organizar as suas redes próprias para ver se, quem sabe, por vias indiretas, conseguem recursos.

O Sr. Mansueto de Lavor — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Mansueto de Lavor — Desejo fazer apenas um adendo, Senador Fernando Henrique Cardoso, ao importantíssimo pronunciamento de V. Exª. O Ministério da Agricultura tem, deste ano para o próximo, como prioridade, reforma agrária, agricultura irrigada e pesquisa agrônômica. E o órgão de pesquisas agrônômicas do Ministério da Agricultura está sucateado. É a Embrapa. Aliás, um órgão que tem, entre outros méritos, o de colocar os cerrados brasileiros, essa vasta extensão de terra do interior do País no mundo da produção agrícola, com avanços extraordinários. Nem preciso falar aqui da Embrapa, pois o que se ouve a seu respeito é que é, hoje, um órgão totalmente sucateado. Assim, como vamos vencer, como vamos ter abertura para o mundo? E falando em Embrapa, vem a divulgação de uma notícia a respeito de pesquisas de saúde na Fundação Oswaldo Cruz. Esse dado está muito relacionado com a nova Lei da Propriedade Industrial. O País precisa ter, realmente, uma legislação a esse respeito e não só composição de qualquer potência estrangeira. Falou-se algo muito simples e muito grave, é que há uma plantinha que nasce em toda a parte, chamada quebra-pedra, cujas funções terapêuticas são conhecidas de toda a população; os chás de nossas avós contra pedra nos rins etc.

Pois bem, o técnico da Fiocruz disse simplesmente que, por falta de pequenas verbas para pesquisar as qualidades terapêuticas e dali se retirar o extrato, isto está sendo realizado em dez laboratórios do exterior. Daqui a pouco eles registrarão esse extrato da quebra-pedra, e aqui nós não poderemos mais aplicar o chá de quebra-pedra, em casa, sem pagar os royalties ao exterior. Isto significa, com toda a simplicidade da informação, a gravidade do assunto que V. Exª levanta neste momento. Sem recursos para pesquisas, não teremos a autonomia científica e tecnológica. Esse é um grande problema, para o qual devemos atentar, pois daqui a pouco chegará, aqui no Senado, a nova lei de propriedade industrial. Não temos condições de concorrer nem na questão dos chás de quebra-pedra, quanto mais em pesquisas mais avançadas. Quero registrar, mais uma vez, a importância, do pronunciamento de V. Exª

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Agradeço, Senador. No caso da Embrapa é gritante o que está acontecendo! Ela permitiu a incorporação do cerrado na produção agrícola brasileira. Não fosse a Embrapa, não haveria essas safras gigantescas. Participei de uma Comissão como convidado, na Câmara, que acompanhou a questão dos desenvolvimentos científicos tecnológicos, e lá tivemos depoimentos lancinantes porque as pessoas não têm recursos para pesquisas elementares e algumas das pesquisas feitas tiveram efeito absolutamente revolucionário.

Creio que temos que partir do apelo para a realidade. E nossa tragédia é a seguinte: não adianta destinar no orçamento e nos planos. O plano diz aqui que o esforço de pesquisa no Brasil vai passar de 0.6% do PIB para 1.4%. O que adianta colocar, se no momento em que se vai verificar, suspendem-se todos os projetos porque não se conseguiu 60 milhões de dólares? Nós inventamos essa questão de contingenciamento, mas uma pesquisa que não tem um lobby bastante forte, é logo posta à margem, em benefício, às vezes, de uma estrada, também importante; mas entre uma pequena estrada e a pesquisa no Brasil; há dois pesos e duas medidas.

O Sr. Ronan Tito — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Concedo o aparte a V. Exª

O Sr. Ronan Tito — Nobre Líder Fernando Henrique Cardoso, remeto-me ao início do seu pronunciamento, quando disse que há denúncias de fatos graves neste País, e que foi constituída uma CPI para apurá-los. Confio plenamente nos membros do meu Partido que estão lá trabalhando. Creio que o mesmo ocorre com V. Exª Penso que a Comissão deve ir a fundo, até o final, pesquisar, procurar descobrir os verdadeiros culpados. Mas vamos ver se deixamos, aqui no plenário, ao menos meia hora por dia, para falarmos, para discutirmos o Brasil. V. Exª está falando de um tema sobre o qual, outro dia, falei da tribuna. O Senador Mário Covas foi presidente de uma CPI sobre o atraso tecnológico, essa CPI para mim, sem desmerecer nenhuma outra, foi da maior importância e produziu um relatório extraordinário. Gostaria de perguntar: quem leu? Agora, o prejuízo que está causando ao nosso País...ontem fui à tribuna defender a questão nuclear, propulsão nuclear; estamos com uma grande quantidade de navios aportando nos nossos portos carregando e levando batatas, levando minérios de ferro e soja, isso é propulsão nuclear. Não falo em ogivas nucleares. E V. Exª disse bem, e querendo subtrair esse aspecto, estamos apropriando tecnologia nesse

estudo. Aramar é no Estado de São Paulo; como mineiro, tenho que colocar no orçamento algo para atender Minas Gerais, pois temos regiões paupérrimas. No entanto, no ano passado, o que coloquei no orçamento não foi muito substancial, mas foi destinado ao Laboratório de Lu-Sincrotron em Campinas, no Estado de São Paulo. Por quê? Porque o atraso tecnológico em nosso País é terrível. E tem que se beneficiar o Laboratório de Campinas, que hoje é o sacrário da tecnologia no Brasil, e está ali em Campinas, mas não só a Unicamp. Há uma série de desenvolvimentos tecnológicos que estão sendo feitos nas uniões, sem recurso algum. Pois bem, V. Exª fere esse assunto bem como sobre outros; temos que ter um tempo para falar em nosso País. Temos meia dúzia de corruptos que precisam ser pegos e punidos; mas vamos punir também 140 milhões de pessoas, não vamos mais tratar dos problemas do Brasil? Não estamos confiando nos nossos companheiros que estão na CPI? Pelo amor de Deus, vamos debater esses temas candentes. A CPI que foi presidida pelo Senador Mário Covas e teve como Relatora a nobre Deputada Irma Pasoni fez uma revelação da maior gravidade, projetos importantíssimos estão parados, o Brasil está parado! Em São Paulo, temos em Lorena, fundado pelo ex-Senador Severo Gomes, ex-Ministro da Indústria, Comércio e Agricultura, um laboratório que está desenvolvendo a queima da biomassa. Em um País rico em biomassa como nosso, e vou até, neste momento, me arriscar a falar sobre um projeto, que não sei se desperta interesse. Mas, se chegarem ao fim desse projeto possível, conforme me disseram, pois, agora, é só uma questão de tempo e dinheiro, porque as cabeças estão aqui; só o bagaço da cana, das usinas de cana e de álcool do Brasil, dará para gerar 50% a mais do que a energia gerada pela hidreletricidade. O açúcar e o álcool passaram a ser subprodutos, e quem vai se interessar por isso? Os Estados Unidos da América do Norte? Claro que não, pois é o Brasil que deve se interessar. Eu vi técnicos pós-graduados no exterior sendo suplementados pela iniciativa privada, ganhando menos de dois salários mínimos, cientistas, mas para que discutir isso? Pelo amor de Deus, há a questão da ciência e tecnologia, do desenvolvimento tecnológico!

Ora, o País, neste momento, brada aos céus e pede a Deus vingança! V. Exª está coberto de razão. Vamos entrar noite adentro, vamos falar, pode até não dar IBOPE, a imprensa e as emissoras de televisão podem nem estar interessadas nisso, mas vamos falar! Há pouco eu estava lendo Paulo Mendes Campos, e ele dizia: "O mundo que eu vejo é irreal e mentiroso. Eu estou atrelado a uma cadeira e só vejo televisão". Então, vamos ver se nós puxamos um pouquinho os nossos pés para a realidade: a ciência e a tecnologia! Vamos gritar, Senador Mário Covas, V. Exª eu e quem tiver sensibilidade para isso. E vamos ver, também, se nós conquistamos algo nessa democracia nascente, que o nosso orçamento não seja autorizativo, mas que seja determinativo. Muito obrigado a V. Exª.

**O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** — Eu que agradeço a V. Exª

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Senador Fernando Henrique Cardoso, V. exª vai me permitir que, na forma regimental, interrompa o pronunciamento de V. Exª para registrar a presença no plenário do Senado Federal do Deputado Per Gahrton, integrante do Parlamento sueco, que pertence ao Partido Verde. (Palmas.)

Participou da Conferência do Rio de Janeiro, visitou, na tarde de hoje, a Câmara dos Deputados e, agora, honra o Plenário do Senado Federal.

Ao registrar, portanto, a visita do Deputado Per Gahrton, cumprimento S. Exª e faço votos para que leve ao seu país a mensagem de admiração e respeito do povo brasileiro.

**O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** — Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Mauro Benevides, quero apenas acrescentar que estou de acordo com o que acabou de dizer o Senador Ronan Tito, que S. Exª está coberto de razão. E já que está aqui um deputado sueco, quero afirmar que a situação do Brasil, em certos momentos, quanto à pesquisa, é tão dramática, que dependemos, às vezes deles. No caso específico de um centro de pesquisas que eu dirigi, só foi possível obter recursos, lá em São Paulo, porque houve o apoio de uma fundação sueca que se chama Sarek e que tinha aquela desenvoltura, que as nossas não têm, para dar recursos. Assim como, a Fundação Ford que está fazendo uma reunião no Rio de Janeiro nesses dias e que teve um imenso papel no desenvolvimento das ciências sociais no Brasil, bem como a Rockefeller teve na medicina. Por que? Porque eles têm recursos, confiam no pesquisador e dão os recursos sem burocracia.

Aqui, além disso que estou mostrando, e todos sabemos, que não há mais recursos, o CNPq se transformou numa máquina burocrática pesadíssima, os que têm algum conhecimento com essa máquina — e eu tenho, até porque vários companheiros meus de trabalhando, inclusive minha mulher, pertenceram ou pertencem aos grupos do CNPq que decidem sobre as bolsas — ficam desesperados com a lentidão da máquina.

Pertenci, nos Estados Unidos, ao Society Research Council, durante 10 anos e julgávamos todo ano cerca de 200 projetos, julgávamos em dois dias; recebia com antecipação, no Brasil, os projetos, ia para lá, ficávamos um dia discutindo a política e no outro dia dávamos as notas aos projetos. Nunca ninguém me pediu por ninguém, para dar a esse e não para aquele, decidia-se em dois dias, sem burocracia. Aqui, quando se observa a verba de pesquisa, verifica-se que, o que vai mesmo para esse setor é muito menos do que o que aparece; a maior parte vai para a burocracia. É um inferno conseguir-se obter qualquer pequeno recurso para pesquisa!

De modo que, além de não termos dinheiro, quando o temos, esbarramos numa máquina pesada e antiquada. Desse jeito, o sonho de irmos para o primeiro mundo, só mesmo, através de uma brincadeira, como a que fiz ao encontrar-me com o Rei da Espanha numa reunião internacional de sociologia, quando lhe disse: "Gostaria muito que Vossa Majestade aceitasse, se houver monarquia no Brasil, a coroa do nosso País, porque a única maneira de entrarmos para o Primeiro Mundo, é proclamarmos como nosso Rei, o da Espanha, que é tio dos herdeiros daqui". Fora disso, nesse passo em que vamos, nos arrastando por aí, afora, nas questões essenciais para a nossa mudança, poderemos fazer qualquer retórica, qualquer projeto de grandeza, que a realidade irá minar esse projeto, com uma rotina absolutamente decepcionante.

**O Sr. Marco Maciel** — Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** — Ouço o aparte do nobre Senador Marco Maciel.

**O Sr. Marco Maciel** — Sr. Senador Fernando Henrique Cardoso, apenas direi três frases. Em primeiro lugar, folgo ouvir as declarações de V. Exª, expressando, como Líder,

certamente o pensamento do seu Partido, da sua preocupação com a estabilidade institucional. Efetivamente, ao lermos os jornais, ficamos sempre com a impressão de que interesses, não identificados, e certo, podem estar querendo produzir da CPI outros resultados, que não o da apuração dos fatos. Penso que isso seja muito importante, e que todos nos conscientizemos desse caminho. Em segundo lugar, com relação à questão do Ministro Jorge Bornhausen, V. Exª citou muito bem. Quero dizer ao nobre Senador que todos no Brasil convivemos com os chamados excessos de campanha, e muitos deles não chegam a se caracterizar como algo passível de ilícito penal. São os chamados arroubos de campanha, onde a disputa se processa às vezes com intensidade e que, muitas vezes, não chegam ao conhecimento, sequer, das pessoas que estão sendo citadas, tal é a velocidade de uma campanha. A terceira e última colocação, é com relação ao problema de pesquisa. Ainda ontem estive com o Secretário Hélio Jaguaribe. Fiz-lhe a primeira visita, depois que S. Exª assumiu a Secretaria de Ciência e Tecnologia, e fui acompanhado de dirigentes da Universidade Federal de Pernambuco, e, de modo especial, do Centro de Ciências Exatas da Natureza que tem quatro grandes departamentos, o de Matemática que é Centro de Excelência, está assim classificado pela CAPS, o de Informática, o de Física, que é outro Centro de Excelência de conversar com o Secretário Hélio Jaguaribe e S. Exª está — informou-me na ocasião — em contato permanente com o Ministro Marcílio Marques Moreira, que não é um economista, muito menos uma pessoa que vê a questão econômica ou financeira como o único ponto com o qual deve se preocupar no Ministério da Economia, e S. Exª me falou que tem recolhido do Ministro Marcílio Marques Moreira a idéia de que pretende recuperar o orçamento dessa área de ciência e tecnologia. Evidente que estamos passando por muitas restrições orçamentárias, o Ministro também trabalha com essas limitações. Mas, posso dizer a V. Exª que está sendo feito um esforço, um trabalho por parte do Governo para que o problema da ciência e tecnologia, no Brasil, tenha, pelo menos, aquele mínimo que é indispensável para que continue as suas atividades. Era isso que gostaria de dizer a V. Exª.

**O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** — Pois não, Senador Marco Maciel, conheço o centro de física de Pernambuco, ao qual V. Exª se refere. Passei uma tarde lá, e realmente fiquei surpreso pelo nível da produção científica. Evidentemente, não entendo nada de física, mas pude ver onde são feitas as publicações dos trabalhos ali realizados, e o são nas melhores revistas internacionais. Faziam, naquele momento, algumas pesquisas com raio laser, bastante inovadoras, pelo que me disseram. Então, V. Exª sabe bem o quanto é indispensável sustentar esses pesquisadores.

Folgo que V. Exª tenha se empenhado junto ao Secretário Hélio Jaguaribe e tenho certeza que, pela grandiosa visão de S. Sª para o ano 2010, se pudesse dar um pouquinho agora, se conseguisse um pouquinho agora, S. Exª faria um milagre, mas o fato é que não temos esse pouquinho e tudo começa já.

**O Sr. Ronan Tito** — Tudo começa hoje.

**O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** — O Dr. Moises Nussenzveig, que é um pesquisador eminente, escreveu, há algum tempo, um artigo na *Folha de S. Paulo*, dizendo — talvez com algum exagero — que o Governo Federal liquida a ciência. Os cientistas, às vezes, se expressam com maior rudeza, sem nuances, mais até que os políticos, mas dizem

o que sentem. E, a verdade é que, eles estão sentindo que está havendo um estrangulamento da pesquisa. De modo que é bom que haja mesmo pressão para que o Ministro Marcílio dê as verbas necessárias.

**O Sr. Mário Covas** — Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador Fernando Henrique Cardoso?

**O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** — Senador Mário Covas, prometi que não daria mais apartes, mas não posso ceder à tentação de ouvir V. Exª que foi Presidente de uma das mais importantes comissões sobre esta matéria. Ouço V. Exª, com muito prazer.

**O Sr. Mário Covas** — Senador Fernando Henrique Cardoso, tenho para mim, na minha visão de História, que a hegemonia que uma determinada nação ocupou no mundo, em determinada fase da sua história, está associada a um salto qualitativo que carregasse em seu bojo alguma forma de energia nova. Assim aconteceu com a Inglaterra, quando se inventou a máquina a vapor; assim aconteceu com os Estados Unidos quando se descobriu o petróleo; assim aconteceu com a Rússia quando dominou a energia nuclear e, hoje, os chamados Tigres Asiáticos. O progresso do Japão repousa fundamentalmente no domínio de uma tecnologia, que é a do conhecimento, a tecnologia que nasce da informática. É nesse lugar que Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong pularam na frente; o exemplo tem sido reiteradamente citado. O microfone em que estou falando possui 90% de material de mão-de-obra, mas se fosse um computador, no chip do computador, 95% é conhecimento acumulado, a mão-de-obra e o material correspondem a apenas 5%. Não há como não se perceber isso e não há como reclamar-se do atraso relativo, colocando a culpa em outras questões. Temos que ser capazes de fazer um projeto nacional para isso, tal qual esses países fizeram, mas estamos destruindo ciência e tecnologia, seja por ciência e tecnologia, seja por políticas paralelas. Vou tentar exemplificar. Em Campinas, nesse laboratório do qual falava o Senador Ronan Tito — laboratório Nacional de Lu-Síncrotron — que tem um enorme significado para a política, de novos materiais, é o único abaixo do Equador, no mundo, e deveria estar pronto este ano. A sua construção parou no ano passado, simplesmente porque faltaram 5 milhões de dólares. O dinheiro para os usineiros atingiu a quantia de 500 milhões de dólares. Quando não é assim, é por causa da política. Lá existe uma coisa linda, chamada CPqD, da Telebrás, algo que nasceu no regime militar. E aí, rendo as minhas homenagens aos militares; V. Exª sabe o quanto combati o regime militar mas, se houve um setor em que eles obtiveram sucesso, foi exatamente na política de comunicações, porque, na sua visão de mundo, comunicação era um fator estratégico, acima dos demais. Mas o CPqD é o resultado de um trabalho incrível. V. Exª sabe que desenvolveram lá um terminal de telefone, chamado "Trópico" que levou cerca de 5 a 6 anos para ser desenvolvido, talvez mais do que isso. Esse terminal é adaptado às circunstâncias brasileiras. E, no Brasil, onde reclamamos a reserva de mercado para a informática, sempre existiu reserva de mercado às avessas, para efeito de comunicação: O mercado de São Paulo era base da Ericson; o mercado de Curitiba, era base da Siemens; o mercado do Rio de Janeiro, era base da NEC. Havia contrato escrito, de reserva de mercado, para cada uma dessas empresas estrangeiras. Pois bem, de repente se desenvolve um equipamento nacional, desenvolvido por brasileiros, adaptado às circunstâncias brasileiras. No primeiro instantê, foi entregue a quatro empresas

brasileiras para produzir: a Pronon, a Elebra e mais duas, cujos nomes não me recordo no momento. Na primeira concorrência em que eles entraram, o terminal de origem estrangeira, que estava sendo vendido na base de 900 a 1.000 dólares, baixou para 500 dólares. E todas essas empresas a viabilizaram, mas nós copiamos tudo o que é ruim dos países desenvolvidos e não copiamos o que é bom. É extraordinário isso! Logo, em seguida, veio uma concorrência da Telesp e, no primeiro instante em que a concorrência foi feita, criou-se uma dificuldade, de natureza técnica, que impedia o terminal brasileiro de disputar. É uma coisa louca! Depois, chega a política geral. Então, vamos comprar onde é mais barato. Ciência e Tecnologia não é isso, não é produto, não se compra. É conhecimento! Isso se transmite. Não é um produto, como outro qualquer, pode ser até um insumo para a economia e, talvez, hoje, seja o mais fundamental. Mas não é um produto, não se compra. Compra-se caixa fechada, não se compra conhecimento. Conhecimento adquire-se, desenvolve-se ou, até mesmo, vai-se buscar lá fora; mas, vai-se buscar. Não dá para fazer o metrô e comprar a Westinghouse, ou seja lá quem for, numa caixa preta, para o metrô, porque depois não dá nem para fazer a manutenção. É preciso que se compre e, a partir daí, se saiba como fazer um metrô... está-se pagando por isso. É dramático como este País não é capaz de perceber o que está jogando fora — e o está mesmo! Já estivemos muito mais próximos da ponta da tecnologia mundial, do que estamos hoje. O País está se defasando novamente, está se distanciando — eu já nem falo na agricultura onde nós ainda somos, via Embrapa, o maior detentor de tecnologia tropical do mundo inteiro, tanto que se V. Exª falar com o pessoal da Embrapa, verificará que todos eles são a favor da lei de propriedade industrial, porque eles serão vendedores de tecnologia. Mas é incrível como olhamos esse problema de uma forma secundária. Eu não o coloco de forma secundária em relação à comissão, considero-o fundamental. Mas não posso, nesse instante — e sou o único que estou aqui e que pertence à comissão —, deixar de dar uma palavra a respeito dessa questão. Se hoje, neste País, existe gente interessada em criar um tumulto, ela não tem que ser procurada dentro da comissão. A comissão nasceu de uma denúncia feita pelo irmão do Presidente da República contra o chefe da campanha do Presidente da República, envolvendo o secretário do Presidente da República e uma série de setores ligados ao Presidente da República. É a comissão que vai verificar? É o termômetro o responsável pela doença? É a febre a responsável pela doença? É o remédio que se toma o responsável pela doença?

Meu Deus, como podemos olhar a democracia, jogando para debaixo do tapete aquilo que supostamente, violenta a democracia? Só existe uma maneira de conquistar a democracia: é exercitando-a. Este Congresso sequer tomou a iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito; ele foi levado a isso; até se pensou muito se se deveria criá-la ou não. Em determinada semana, em que o problema já era agudo, o Congresso, em sua maioria, rejeitou a idéia; adotou a comissão e, diga-se de passagem, adotou pela totalidade do Congresso — aquela não foi uma decisão das Oposições, foi da Instituição, que não pode, numa circunstância dessa, para desobrigar o Presidente ou para obrigá-lo, deixar de tomar posição. É um crime, no País, fazer-se uma acusação que, eventualmente, envolva o presidente e o Congresso Nacional dizer: "Não é assunto meu"! O Congresso tem obrigação de apurar, até para inocentar, ou para condenar, se for o caso, sem medo

das consequências, porque consequências são sempre consequências; e o combate é às causas e não às consequências. A comissão tem sido tão isenta, mas tão isenta, que, num primeiro instante, o que se discutia era o fato de o Senador Esperidião Amin ceder o lugar para o Senador José Paulo Bisol. Hoje, isso está esquecido. De tal maneira a comissão tem agido com isenção, que não dá para discutir sobre fatos que são sórdidos, sem que isso faça "cheirar". Estou dizendo essa palavra em favor da comissão. E ela não faz outra coisa senão resgatar a responsabilidade que tem com o Congresso com a Nação. E, não está fazendo nenhum favor! Ela está fazendo aquilo que ela deve a esta Instituição, porque esta Instituição, pela sua totalidade, decidiu sobre a existência da comissão. É difícil o trabalho. E pelo que envolve eventualmente de escândalo acaba atraindo, é lógico! Mas não foram nem a comissão nem o Congresso Nacional os autores do escândalo. Simplesmente têm a obrigação de apurar. E apurar, Sr. Sendor! Isto é que o Congresso não tem direito; não tem o direito de se envolver num problema como esse não ter a dignidade de apurar. Ter a dignidade de correr o risco, já que a maioria dos brasileiros, hoje, tem a sua "cabeça feita" e dizer: o Presidente é inocente, ou o Presidente é culpado. As pessoas que são inocentes, ou as pessoas são culpadas. Mas o que este Poder, sob pena de se abastardar na opinião pública, não pode fazer, é se omitir da sua obrigação com a sociedade e consigo próprio. Digo isso não em meu favor. Sou meramente um membro da comissão, mas tenho participado dela. Particpei das primeiras reuniões como ouvinte, com assistente. V. Exª sabe disso. Não era nem membro. V. Exª me fez membro porque o Senador Almir Gabriel, que estaria certamente representando melhor o nosso Partido, teve que se retirar da comissão! Mas tenho que manifestar aqui, e não posso deixar de fazê-lo, a dignidade, a compostura como a comissão, como um todo, tem se comportado. É bem possível que aqui ou ali, lá, como em qualquer outro lugar, alguém cometa um excesso. Mas o excesso que, eventualmente, alguém tenha conhecido está de tal maneira distante da compostura, da altivez, da dignidade com que a comissão, como um todo, tem se comportando que, esse fato é absolutamente irrelevante. Digo isso e volto a insistir que devo aos meus companheiros que aqui não estão o testemunho desta verdade.

**O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO.** — Agradeço, Senador Mário Covas. V. Exª deu o seu testemunho, mas, antes disso, eu já havi feito, não a defesa, mas a explicitação da comissão, e V. Exª se recorda que fui dos primeiros a pedir a criação da comissão; e por essas razões, não por outras. Penso que a comissão foi criada com o propósito de dirimir uma dúvida, e vai dirimi-la. Torço, sinceramente, para que o resultado não implique em desdobramentos políticos mais graves; mas, se implicar, não tenho nenhum receio. A Constituição está aí, a democracia também, e nós faremos o que é o nosso dever, tranquilamente. V. Exª disse que a comissão não é responsável por esses fatos — é verdade — e nem está fazendo, como muitos atribuem, escândalo algum. Os escândalos vêm de fora, e hoje tomaram tal vulto — e não é só na comissão — que o Brasil não aguenta mais; porém, já surte um efeito benéfico: aquilo que parecia algo assente no Brasil, a Lei de Gerson, para os vários espertos, que era melhor deixar tudo como está, porque não vai ter consequência, tudo isso já está mudando. A CPI e a pressão da Imprensa já fizeram com que haja um efeito muito benéfico. Eu até desconfio que, em certos Estados, onde havia

recolhimento indevido de pedágios, os pedágios estão acabando, ou estão diminuindo. (Risos) De medo! e é um bendito medo! Que esse medo vire pavor daqui a pouco; é o que nós queremos.

Sr. Presidente, termino dizendo que concordo, mais uma vez, com o Senador Ronan Tito no que S. Ex<sup>a</sup> mencionou relativamente à questão da biomassa a importância enorme que poderíamos dar a essa matéria. O Senador Teotônio Vilela tem-se batido por isso. Tenho um projeto, e ele outro; nós os fundimos com o estímulo à poupança de energia e às formas não poluidoras de energia, com a biomassa, que, infelizmente, o Senado Federal ainda não discutiu. No caso, tem razão o nobre Senador Ronan Tito. Vamos continuar na CPI, mas sem esquecer a pesquisa básica, a energia, o Brasil e as nossas responsabilidades. Muito obrigado, Sr. Presidente, e Srs. Senadores.

*Durante o discurso do Sr. Fernando Henrique Cardoso, o Sr. Beni Veras, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.  
É lido o seguinte

#### REQUERIMENTO Nº 490, DE 1992

Nos termos do art. 210 do Regimento Interno, requero a transcrição, nos Anais do Senado, do editorial "Para tranquilidade da Nação" publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, edição de 1º de junho de 1992.

Sala das Sessões, 2 de junho de 1992. — Marco Maciel — Hugo Napoleão — Wilson Martins — Beni Veras — Almir Gabriel — Jutahy Magalhães.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — A matéria, após a manifestação da Comissão Diretora, que autorizará a transcrição, será submetida ao Plenário.

Tendo em vista o adiamento ao ato convocatório, assinado pelo Presidente da Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, na tarde de hoje, esta Presidência comunica ao Plenário alteração dos prazos estabelecidos para os projetos de lei em tramitação na Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos e Fiscalização:

Projetos de Lei nºs 7 e 8, até 6-7;

Projeto de Lei nº 9, até 7-7, para apresentação de emenda; dia 13-7, distribuição dos avulsos; 22-7, encaminhamento do parecer à Mesa do Congresso Nacional.

Projeto de Lei nº 11, dia 3-7, distribuição de avulsos; até 13-7, apresentação de emendas; 20-7, distribuição dos avulsos das emendas; dia 28-7, encaminhamento do parecer à Mesa do Congresso Nacional.

Tendo em vista o adiamento ao Ato Convocatório, assinado pelo Presidente da Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, na tarde de hoje, esta Presidência comunica ao Plenário os novos prazos estabelecidos para as Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito. Seguem-se os prazos que chegarão ao conhecimento dos Srs. Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

##### Item 1:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 475, de 1992, de autoria do Senador Júlio Campos, solicitando, nos termos regimentais, tenham tramitação conjunta os Projetos de Lei do Senado nºs 47 e 61, de 1992, e o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 1992, que versam sobre a mesma matéria.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Fica prejudicado o Requerimento nº 298, por versar sobre a mesma matéria.

##### O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 2:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 482, de 1992, de autoria do Senador Mário Covas, solicitando, nos termos regimentais, seja também ouvida a Comissão de Assuntos Econômicos sobre Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 1992 (nº 8/91, na Casa de origem), que dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias, e dá outras providências.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Passa-se à apreciação do Requerimento nº 488/92, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 1992.

Em votação o requerimento.

**O Sr. Nelson Carneiro** — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

**O SR. NELSON CARNEIRO** (PMDB — RJ. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, este projeto chegou ao Senado Federal no dia 26 de junho e foi publicado no *Diário Oficial* do dia 27 de junho.

No dia 1º, foi distribuído na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao nobre Senador Francisco Rollemberg, ilustre representante do PFL e um dos mais diligentes parlamentares com assento naquela Comissão. A mensagem foi enviada à Câmara no dia 29 de novembro de 1991.

Veja V. Ex<sup>a</sup>, enquanto a Câmara teve mais de um ano para discutir, vamos resolver o problema em seis dias, sem que sejam ouvidas as duas comissões pertinentes: primeiro, a Comissão de Constituição e Justiça; segundo, o que é mais grave, por se tratar de Ministério de Relações Exteriores, a Comissão de Relações Exteriores.

É indispensável que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores para que o Plenário possa deliberar; ou então, vamos extinguir essa comissão, porque no momento em que



se vai tratar de assunto pertinente ao Ministério das Relações Exteriores, a Comissão de Relações Exteriores não é ouvida.

Não é possível, em menos de uma semana, trazer-se um projeto destes que poderia vir dentro de 10 ou 15 dias, depois de ouvida a Comissão de Constituição e Justiça — já distribuído, inclusive, ao relator — e depois de ouvida a Comissão de Relações Exteriores.

E por que essa pressa? Não há, Sr. Presidente, motivo para tal pressa. Não há motivo para que se vote em urgência urgentíssima um projeto dessa natureza. Não há nada a perder se este projeto demorar mais 10 dias, estava na Câmara desde novembro de 1991. Será que o Senado não tem mais do que seis dias para estudar o projeto, para que as suas Comissões Técnicas o examinem? Evidentemente, é um exagero, Sr. Presidente.

Acho que, certamente, o Plenário, hoje tão escasso, não dará andamento a esta urgência urgentíssima porque não há razão. A urgência urgentíssima deve ser usada em casos extremos. Não há nada que exija que uma matéria dessa natureza seja votada com toda essa urgência.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, ao justificar o meu ponto de vista contra o pedido de urgência urgentíssima, que não assiniei.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** (PSDB — BA. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores no último dia de junho, tive oportunidade de fazer um pronunciamento aqui nesta Casa, dizendo que uma das melhores coisas da minha vida tinha sido poder frequentar o Senado da República, porque cada dia aprendia um pouco com as discussões que aqui ouvia ou delas participava. Tenho defendido esse meu direito de aprendizado há muito tempo. E procurarei defendê-lo por esses dois anos e meio que ainda me restam na convivência do Senado Federal.

O que não posso entender, Sr. Presidente, é como uma matéria, como disse o Senador Nelson Carneiro, que entra na Câmara dos Deputados em novembro de 91, tenha que ser votada aqui no Senado sem que ouçamos duas de nossas comissões. Por que nos reservam esse papel? Será que é o interesse estatístico? Dizer que votamos na quinta-feira dois projetos que estão na pauta da convocação?

Enquanto meu Líder falava, em vez de aprender mais ainda com as palavras que S. Ex<sup>a</sup> estava proferindo, procurei ler a pauta para saber o que estava sendo votado. E não vi, não entendi o porquê dessa urgência urgentíssima, a não ser como um dado estatístico. Por que essa urgência urgentíssima?

Outro dia, o Líder do Governo entendeu mal quando solicitei ao Senador Meira Filho que explicasse a razão de uma emenda apresentada em cima da hora para um projeto de minha autoria. Era até uma questão regimental, porque o Regimento obriga que as emendas sejam justificadas. Mas, como não havia uma justificativa, pedi apenas que o Senador Meira Filho — que está aí presente — me desse a razão. Mas fui mal entendido e consideraram uma indelicadeza da minha parte.

Agora, não sei quem é o relator da matéria, mas gostaria de pedir a quem for designado relator que me explique a razão dessa urgência urgentíssima. Será que o prazo terminou

agora, depois de um ano e meio de tramitação na outra Casa, e então termos que votar, sem tomar conhecimento?

Veja Sr. Presidente, que, naquilo que temos conhecimento, naquilo que foi distribuído, nem temos condições de saber o porquê da aprovação na outra Casa, já que não temos aqui nenhum parecer da Câmara para examinar por que foi votado lá.

Sr. Presidente, como venho defendendo essa questão há muito tempo, pergunto: Até quando vamos continuar votando dessa maneira? Desculpe a minha obsessão, pois vou continuar insistindo nesse ponto, ainda tenho dois anos e meio para aborrecer os Srs. Senadores com esse pedido: devemos examinar as questões que nos chegam, para não votarmos em cima da perna.

Esse caso, por exemplo, é retornar ao que era no passado, que era uma Secretaria-Geral no Ministério das Relações Exteriores. O Governo considerou que não era possível ficar apenas a Secretaria-Geral e criou várias secretarias. Por que agora quer retornar ao passado? Quais as razões que levaram à essa modificação? Será que temos o direito de tomar conhecimento dessas razões?

Ora, Sr. Presidente, vou acompanhar o Senador Nelson Carneiro, votando contrariamente a esse requerimento de urgência urgentíssima. Isso pode ser considerado como uma obsessão da minha parte, mas continuarei votando contrariamente a essas propostas de votação aqui sem essa urgência porque não nos permite nem tomarmos conhecimento do que vamos votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Prossegue o encaminhamento de votação.

**O Sr. Ronan Tito** — Sr. Presidente, peço a palavra, para encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao Senador Ronan Tito.

**O SR. RONAN TITO** (PMDB — MG. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, neste momento, estou enviando à Mesa um requerimento em que peço a audiência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. E ainda mais, Sr. Presidente, fui verificar que, sem uma advertência maior, subscrevi o requerimento de urgência e dele estou retirando, neste instante, a minha assinatura, porque o assunto, como nos chama a atenção o Senador Nelson Carneiro, é de magna importância, e, sem dúvida alguma, deve ser remetido à Comissão para um estudo mais judicioso.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — O nobre Senador Ronan Tito veio à mesa e solicitou da Presidência o cancelamento da sua assinatura, para invalidar o **quorum** previsto no Regimento, de que se privilegiaria esta proposição, baseado no inciso c do art. 373, que determina a necessidade de 54 assinaturas.

Com a retirada do Senador Ronan Tito, volta o número de 54.

Há número, portanto, para a preciação do requerimento, a não ser que algum dos presentes também retire a sua assinatura.

Os Senadores Nelson Carneiro e Jutahy Magalhães não assinaram os requerimentos. Os demais Senadores que estão em plenário firmaram o requerimento. Sendo assim, atingido o **quorum** de 54, vai se processar a votação.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O Sr. Nelson Carneiro** — Solicito verificação de quórum, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — O Senador Nelson Carneiro solicita verificação de quórum, com o apoio dos Srs. Senadores Jutahy Magalhães, Ronan Tito e Wilson Martins.

Vai se processar a verificação de quórum, solicitada pelo nobre Senador Nelson Carneiro.

A Presidência solicita aos Srs. Senadores que tomem assento em suas respectivas bancadas. (Pausa.)

O Senador Ronan Tito devolve o requerimento à Mesa, também sem a assinatura do Líder do PSDB, Senador Fernando Henrique Cardoso. S. Ex<sup>a</sup> também retirou a assinatura. Com isso, passa a inexistir o quórum exigido pelo Regimento.

Em razão da retirada de assinatura do Senador Fernando Henrique Cardoso, fica o requerimento prejudicado, e não há mais necessidade de proceder à verificação de quórum. Sendo assim, a matéria terá sua tramitação normal na Casa, não mais com o privilégio da urgência, que tinha sido reclamado e, agora, apoiado por apenas 53 Senadores. Falta, portanto, uma assinatura para caracterizar o número regimental exigido.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Deveríamos apreciar, agora, o Plano de Benefícios da Previdência Social, constante de Requerimento nº 489, de 1992, lido no Expediente.

A Presidência se dispensa de fazer essa votação, porque sendo evidente a falta de número em plenário, tal votação que pode ensejar uma nova solicitação de verificação de quórum, porque a tramitação dessa matéria também não se prolongou, como se desejava, no Plenário da Casa.

Portanto, é uma decisão da Presidência, chamando o feito à ordem, já que é evidente a inexistência de quórum do plenário.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Primeiro, o pedido de verificação de quórum, não iria haver, mas V. Ex<sup>a</sup> tomou essa decisão...

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — A Presidência pressupõe que a coerência dos Srs. Senadores os conduza a fazer o mesmo tipo de verificação.

Como a tônica da coerência sempre esteve presente em nossas decisões, não submeterei a matéria à votação, porque é evidente a falta de quórum no plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20h08min.)

#### ATA DA 110ª SESSÃO, EM 9 DE JUNHO DE 1992

(Publicada no DCN — Seção II — de 10-6-92)

##### RETIFICAÇÕES

Na página nº 4495, 1ª coluna, na fala do Sr. Presidente, referente ao Ofício nº S/12/92.

Onde se lê:

...Ofício nº S/12, de 1992 (nº 837/92, na origem),...

Leia-se:

...o Ofício nº S/12, de 1992 (nº 837.3/92, na origem)...

Ainda nas mesmas página e coluna, na fala do Sr. Presidente, referente ao Ofício nº 837.4/92.

Onde se lê:

...Ofício nº 837/92, de 5 do corrente,...

Leia-se:

...Ofício nº 837.4/92, de 5 do corrente,...

#### ATA DA 116ª SESSÃO, EM 12 DE JUNHO DE 1992

(Publicada no DCN — Sessão II — de 13-6-92)

##### RETIFICAÇÃO

Na página nº 4750, 2ª coluna, na leitura do Requerimento nº 406, de 1992

Onde se lê:

REQUERIMENTO Nº 6, DE 1992

Leia-se:

REQUERIMENTO Nº 406, DE 1992